

Transformações no Espaço Rural

Gabriela Coelho-de-Souza
Organizadora

EAD
SÉRIE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



Transformações no Espaço Rural



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
A DISTÂNCIA**

Secretário

Sérgio Roberto Kieling Franco

Vice-Secretário

Silvestre Novak

Comitê Editorial

Lovois de Andrade Miguel

Mara Lucia Fernandes Carneiro

Silvestre Novak

Sílvio Luiz Souza Cunha

Sérgio Roberto Kieling Franco,
presidente

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Ricardo dos Santos

Carlos Alberto Steil

Lavinia Schüler Faccini

Mara Cristina de Matos Rodrigues

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Antonio Carlos

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente

Transformações no Espaço Rural

Gabriela Coelho-de-Souza
Organizadora

EAD
SÉRIE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA


UFRGS
EDITORA


SEAD
Secretaria de
Educação e Distância


CURSO DE GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA
**PLANEJAMENTO E GESTÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

© dos Autores
1ª edição: 2011
Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa e projeto gráfico: Carla M. Luzzatto
Revisão: Ignacio Antonio Neis e Sabrina Pereira de Abreu
Editoração eletrônica: Jaqueline Moura

Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS

Coordenador: Luis Alberto Segovia Gonzalez

Curso de Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural

Coordenação Acadêmica: Lovois de Andrade Miguel

Coordenação Operacional: Eliane Sanguiné

T772 Transformações no espaço rural / organizado por Gabriela Coelho-de-Souza ;
coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso
de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento
Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
124 p. : il. ; 17,5x25cm

(Série Educação A Distância)

Inclui figuras e quadros.

Inclui Referências.

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento rural. 3. Conflitos ambientais – Riscos – Conservação da natureza – Identidades sociais. 4. Etnoecologia. 5. Educação do campo – Transformações sociais. 6. Segurança alimentar – Segurança nutricional – Desenvolvimento rural. 7. Turismo rural – Brasil. I. Coelho-de-Souza, Gabriela. II. Universidade Aberta do Brasil. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação a Distância. Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural. IV. Série.

CDU 631

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0161-6

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
1 – RISCOS E CONFLITOS AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS IDENTIDADES SOCIAIS	9
Marlise Amália Reinehr Dal Forno, Roberto Verdum e Rumi Regina Kubo	
2 – ETNOECOLOGIA: DIMENSÕES TEÓRICA E APLICADA.....	25
Gabriela Coelho-de-Souza, Joana Braun Bassi e Rumi Regina Kubo	
3 – TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS: EDUCAÇÃO DO CAMPO	49
Cléia Margarete Macedo da Costa Tonin, Luis Aquiles Martins Medeiros e João Daniel Dorneles Ramos	
4 – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL: A CONTRIBUIÇÃO DO PLAGEDER	71
Gabriela Coelho-de-Souza, Mariana Oliveira Ramos, Gladis Richa Bechara Kalil, Danielle Finamor Rezes de Souza, Marcelo Pinto Paim e Irio Luiz Conti	
5 – TURISMO RURAL NO CONTEXTO DO NOVO RURAL BRASILEIRO	93
Marcelino de Souza, Angela Luciane Klein, Andressa Ramos Teixeira e Renata Gonçalves Rodrigues	

Este livro apresenta, de forma acessível, uma introdução aos temas abordados na disciplina **Tópicos Especiais** – DERAD 025, a qual propiciou aos alunos a escolha entre um dos seguintes temas emergentes: Impacto Ambiental e Etnoecologia; Educação do Campo; Segurança Alimentar e Nutricional; e Turismo Rural. O livro está organizado em cinco capítulos, os quais apresentam e analisam as transformações no espaço rural a partir dos tópicos propostos na disciplina.

O primeiro capítulo contextualiza os principais conceitos relativos à temática de Impactos Ambientais e Etnoecologia, instrumentalizando os alunos para a aplicação desses conceitos em contextos de implantação de projetos de desenvolvimento.

O segundo capítulo apresenta a Etnoecologia em sua dimensão teórica e aplicada ao planejamento e à gestão da biodiversidade e à valorização da sociodiversidade, contribuindo para a compreensão das transformações do papel dos agricultores familiares, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais no cenário socioeconômico e político, pautado pelo paradigma da sustentabilidade.

O terceiro capítulo apresenta os meandros da Educação do Campo como meio de transformação do espaço rural, a qual vem se desenvolvendo de forma a atender às demandas e às características dos atores que habitam o espaço rural.

O quarto capítulo contextualiza o tema da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no debate sobre o desenvolvimento rural, refletindo sobre o papel do ensino da SAN nesse processo.

Por fim, o quinto capítulo aborda os elementos, as características, as peculiaridades e os potenciais da atividade turística no espaço rural, bem como sua relação com o desenvolvimento rural e com as políticas públicas no contexto brasileiro.

Espera-se que este livro venha a constituir-se em instrumento de capacitação dos alunos do Curso de Planejamento e Gestão em Desenvolvimento Rural, fornecendo-lhes as bases do conhecimento sobre impacto ambiental, etnoecologia, educação do campo, segurança alimentar e nutricional e turismo rural, bem como as ferramentas aplicáveis à gestão do espaço rural. Visa, assim, contribuir para as transformações que conduzam à diversificação das atividades, à valorização dos saberes e práticas locais e ao fortalecimento dos agricultores familiares e das populações tradicionais, ações essas que fortalecem a multiculturalidade brasileira.

A Organizadora

1 – RISCOS E CONFLITOS AMBIENTAIS NA PERSPECTIVA DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS IDENTIDADES SOCIAIS

Marlise Amália Reinehr Dal Forno¹, Roberto Verdum² e Rumi Regina Kubo³

INTRODUÇÃO

Na análise do meio, quando se estudam a questão ambiental e os impactos ambientais, é importante tratar de alguns conceitos-base na prática do ensino, da pesquisa e nas intervenções propostas pela prática profissional. Os conceitos de natureza, meio, ambiente e impacto apresentam diferenças de referenciais e de aplicações nas diversas áreas do conhecimento científico. É fundamental que se proponha um caminho teórico para auxiliar na interpretação e nas formas de intervenção das realidades locais, regionais e globais em que esses referenciais possam ser aplicados. Da conjunção desses termos, derivam também situações de disputas e de conflitos, que colocam gradativamente em pauta a faceta social da questão ambiental, a partir da qual se pode falar de justiça ambiental. Nesse caminho, também as identidades sociais são reivindicadas e trazidas à discussão, permitindo problematizar categorias como, entre outras, a de populações tradicionais. No presente capítulo, serão definidos e problematizados alguns desses termos, com base em diferentes campos do conhecimento, tais como a Geografia, a Antropologia e a Etnoecologia.

1 Mestre e doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS; Professora-Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural; Professora do PLAGEDER.

2 Doutor em Geografia e Gestão do Território pela Universidade de Toulouse le Mirail, Toulouse, França; Professor Associado do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor-Pesquisador do PPG em Geografia/IG/UFRGS e do PPG em Desenvolvimento Rural, FEC/UFRGS; Professor do PLAGEDER.

3 Bióloga e antropóloga; mestre em Botânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; doutora em Antropologia Social pela UFRGS; Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS; Professora-Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS; Professora do PLAGEDER; Coordenadora do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA).

NATUREZA

Refletir sobre o conceito de *natureza* leva-nos a inúmeras concepções, as quais não são necessariamente elaboradas da mesma maneira ou com os mesmos objetivos (BRANCO, 1995). Conduzidos por essa preocupação acadêmica de orientar nossa prática de ensino, pesquisa e intervenção social, buscamos estabelecer referenciais que nem sempre são consensuais e que não constituem regra para todos.

Inicialmente, pode-se propor a compreensão da natureza como um sistema que se relaciona diretamente com a existência humana. Santos (2002, p. 95), ao se referir aos “sistemas da natureza” como sendo sucessivos, afirma que a natureza é “continente e conteúdo do homem, incluindo os objetos, as ações, as crenças, os desejos, a realidade esmagadora e as perspectivas”. Assim, passamos a compreender que a presença do homem na Terra gera, por parte das sociedades humanas, sua descoberta, sua apropriação e sua eterna redescoberta. Numa trajetória de existência, transitamos de uma história natural, essencialmente, para a criação de uma “natureza social”. Nesse sentido, a natureza é também fruto da racionalidade humana, isto é, artefato e instrumento dessa racionalidade. Ou seja, a natureza, como diz este autor, passa a ser “domesticada”.

Pode, pois, haver uma “natureza mágica”, aquela das crenças e dos mitos a ela associados com suas dinâmicas próprias, e uma “natureza racional”, produto dos esquemas lógicos para sua interpretação. Segundo Santos, os esquemas lógicos humanos evoluem e se alteram, assim como as crenças são recriadas, juntamente com a evolução da materialidade e das relações humanas. No passado, as sociedades humanas, em sua relação com a natureza e em uma porção dela das quais eles podiam se apropriar, renovavam-se cotidianamente em suas vidas, através de objetos naturais que podiam ser úteis, tais como plantas, animais, água, rochas, etc.

Mas a história da humanidade é construída, progressivamente, por uma sequência de rupturas nessa relação entre os homens e os objetos da natureza dos quais eles se re-apropriam constantemente. Instrumentos técnicos são elaborados e aprimorados ao longo da história humana, e a natureza é cada vez mais artificializada, atingindo-se na atualidade “o estágio supremo dessa evolução com a tecnociência” (SANTOS, 2002, p. 97). A mundialização da economia gera, de modo progressivo, uma unificação nas formas de pensar e de agir, e assim impõe um modelo técnico único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos. Busca-se unificar a heterogeneidade da natureza em função das demandas sociais que se homogeneizam em escala mundial, tanto em termos de circulação quanto de distribuição de riquezas e mercadorias (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Assim sendo, o trabalho social produz objetos cada vez mais imbuídos de técnica, que se justificam, mais e mais, por serem indispensáveis ao cotidiano e produzidos para atender a demandas específicas, demandas essas que se moldam por um modelo de vida que pressupõe a exploração contínua e exponencial da

natureza. Tais objetos alteram suas dinâmicas, estruturas e formas em espaços geográficos que se ampliam a uma velocidade que ultrapassa o tempo reconhecido como geológico.

Nessa perspectiva, a essência da questão ambiental traduz-se pelo volume de elementos explorados da natureza, pela amplitude, magnitude e velocidade dessa exploração. Traduz-se também pelos subprodutos e processos oriundos da transformação agrícola e industrial desses elementos e, além disso, pela incorporação de outros processos artificializados nas atividades de produção humana e nas formas de descarte por seus diversos usos.

MEIO, IMPACTO E QUESTÃO AMBIENTAL

Santos (2005) afirma que, em relação à ruptura progressiva entre a sociedade humana e seu entorno, o meio inicia com a história do homem na Terra. A aceleração desse processo progressivo ocorre concomitantemente à instrumentalização técnica, que gera uma “natureza artificializada”. Segundo o autor, a concepção de uma economia cada vez mais mundializada, na qual se adotam modelos técnicos semelhantes, torna a natureza cada vez mais unificada frente ao olhar e às demandas sociais.

Essa lógica concretiza-se em diversas escalas, da local à regional, e desta à mundial, sendo hierarquizada de acordo com os investimentos, a circulação de riquezas e a distribuição de mercadorias. No entanto, é localmente que essa lógica se revela, através da busca de eficácia e de lucro no uso das tecnologias, do capital e do trabalho (SANTOS, 2005). Nesse sentido, a técnica passa a ser a mediação essencial entre a sociedade e seu entorno, o *meio*.

Cumprir destacar ainda que, no âmbito da análise geográfica, é fundamental tratar essa hierarquização escalar entre o local e o mundial e a instrumentalização técnica da sociedade como sendo diferenciadas. Monteiro (2003) salienta que é essencial distinguir entre os “centros hegemônicos do poder mundial” e os “dependentes”. Esses centros hegemônicos dominam altas tecnologias concebidas ao longo do processo histórico, sendo a resolução de problemas relacionados à degradação do meio direcionada para o uso de capital intensivo e de tecnologias ditas “limpas”. Os países “periféricos” ou “dependentes”, além de serem, em geral, fornecedores de bens naturais, recebem em seus territórios plantas industriais, modelos de produção agrícola e, até mesmo, resíduos sólidos com forte impacto na degradação do meio.

Num processo de globalização da economia e num mundo socialmente desigual, deve-se considerar que, no tocante à degradação ambiental, se manifestam preocupações diferenciadas nas distintas áreas do conhecimento. Pondera Monteiro (2003, p. 42):

[...] a relação Homem-Natureza não decorre de um modismo recente, mas atravessou os tempos com a preocupação de compreender os lugares como morada do homem numa relação que não é passiva, mas

conjuntiva, já que em sua evolução histórica o homem vem derivando os fatos naturais tanto positiva quanto negativamente. Os grandes avanços tecnológicos alcançados progressiva e vertiginosamente ao longo deste século expirante agravaram os efeitos que, cumulativamente, atingiram o nível “global”.

Para Theys, citado por Sánchez (2006), existem três formas de se conceituar o *ambiente* para caracterizar as ações da sociedade humana na natureza. A concepção *objetiva* refere-se à ideia de natureza vista como uma coleção de objetos naturais em diferentes escalas, níveis de organização e de relações entre eles. A concepção *subjetiva* define o ambiente como um sistema de relações entre os sujeitos e os objetos. O ambiente é visto como algo externo, onde os sujeitos estabelecem regras de apropriação dos objetos do ambiente, o que o transforma em campo de conflitos. A concepção *tecnocêntrica* caracteriza-se pela mediação que existe entre as sociedades contemporâneas e o ambiente através da técnica, que é cada vez mais sofisticada e capaz de gerar uma crescente artificialização da natureza.

De acordo com Besse (1992), a relação moderna com a natureza é essencialmente “desdobrada”: por um lado, a natureza é apreendida como horizonte sensível da existência humana, como ocorre com a apreensão pela *paisagem*; mas, por outro lado, ela é concebida como sendo objetiva, do ponto de vista da ciência e da técnica. A natureza é ao mesmo tempo compreendida como reservatório de recursos materiais da existência humana e suporte de suas atividades técnicas e como elemento e totalidade do sentimento estético.

Nessa perspectiva, a natureza é, desde o século XVII, integrada ao movimento do trabalho humano, na concepção industrial que a considera como uma mina de material a ser explorada e transformada. E é precisamente essa relação industrial da sociedade com a natureza que está em crise. Uma crise prática, que, de acordo com Besse (1992, p. 90), não se reduz a uma simples controvérsia de ordem teórica, mas expressa o fato de “atingirmos os limites objetivos da natureza”.

Em contrapartida, segundo o mesmo autor, a representação moderna da *paisagem* pode propiciar-nos o desenvolvimento de uma consciência estética da natureza, que permite manter uma relação viva entre o homem e a parcela da natureza que está em seu entorno imediato. A paisagem tem, nesse sentido, um papel de mediação, permitindo à natureza subsistir ao mesmo tempo enquanto composição estética e enquanto base material para a sociedade.

A despeito da diversidade dessas concepções de ambiente, os autores consideram ser fundamental tentar determinar as condições de produção do melhor ambiente possível para o ser humano, bem como o que é suportável para a natureza, estabelecendo limites à ação da sociedade. Para tanto, cumpre levar em conta não somente os bens de natureza material, denominados por muitos de recursos naturais ou ambientais, como também os bens imateriais ou intangíveis. Estes incluem uma

grande diversidade de produções coletivas humanas, tais como línguas, mitos, danças, festividades, etc. (SANCHÉZ, 2006).

Assim, a *questão ambiental* deve ser entendida como o resultado das ações conduzidas pela sociedade no que se refere às rupturas e mudanças produzidas entre ela e o seu entorno, ao longo da história humana na Terra, observando-se, cada vez mais, a aceleração e a amplitude das questões ambientais, devido à incorporação da mecanização e da tecnificação nos processos de intervenção social na natureza.

O reconhecimento das alterações na relação natureza/sociedade em diversas escalas permite construir uma tese sobre as mudanças complexas nas dinâmicas da natureza, nos processos que se poderiam perceber como sendo especificamente relacionados ao *meio*. Assim, por exemplo, a infiltração da água é considerada um processo que se reconheceu e se estudou como sendo do meio. No entanto, a impermeabilização do solo pelas atividades sociais altera esse processo, gera escoamentos superficiais concentrados e ravinamentos; e, nesse caso, passamos a identificar um *impacto ambiental*. Ou seja, todas as alterações que identificamos nas dinâmicas do meio passam a ser identificadas como impactos ambientais. Estes podem ser positivos ou negativos, imediatos ou de longo prazo, temporários ou permanentes (BASSO; VERDUM, 2006; SÁNCHEZ, 2006; VERDUM, 2010).

Pode-se, portanto, afirmar que a complexidade e a gravidade dos problemas ambientais não só colocam em questionamento os efeitos sobre a saúde humana, o potencial produtivo dos ecossistemas e a sobrevivência dos seres vivos, mas também apontam para uma mudança de escala espacial e temporal desses problemas. Eles ultrapassam a esfera do local, do visível e do imediato, revelando-se como problemas que atingem toda a humanidade. Essa realidade registrada na história recente da civilização humana projeta na atualidade uma viva discussão sobre a relação entre o modelo de desenvolvimento econômico de caráter consumista e a conservação/preservação do meio; e, por que não dizer, sobre o potencial da pesquisa como instrumento técnico-científico de intervenção nesses processos de degradação ambiental crescente.

Atualmente, na perspectiva de estudar as dinâmicas que se estabelecem na relação sociedade-natureza, os pesquisadores defrontam-se com certos desafios, tais como:

- ▶ reconhecer que a degradação ambiental no meio rural e urbano traz a marca de nossas opções no passado, devidas tanto ao desconhecimento que se tinha das dinâmicas da natureza e dos desdobramentos das intervenções sociais nessas dinâmicas quanto ao cinismo e à ganância produtiva;
- ▶ reconhecer o grau de estabilidade e o potencial geoecológico do meio, isto é, os limites de tolerância que, quando ultrapassados, alteram sua dinâmica, tornando a degradação gerada irreversível no prazo dos próximos 25 anos, considerado como período de surgimento de uma nova geração;
- ▶ planejar o espaço de tal forma que os ecossistemas artificiais produzidos pelas diversas formas de modernização da agricultura e que fornecem os recursos para a sociedade sejam capazes de funcionar sem degradações

ambientais e que, assim, permitam a continuidade do desenvolvimento dos processos produtivos.

A análise da produção científica atual permite identificar a existência de estudos que levam em conta diferentes abordagens no que concerne à relação *natureza-sociedade*, tais como a paisagem, os domínios morfoclimáticos, os geossistemas, a ecodinâmica, entre outras. O fundamental, nesses estudos, é que eles contribuem gradativamente para que se proponham, a partir dos elementos herdados e das relíquias, diferentes medidas de proteção ambiental, quando reconhecidamente úteis, a fim de prolongar sua existência.

CONFLITOS AMBIENTAIS

A partir do reconhecimento da questão ambiental, resultante da dinâmica da relação entre o ser humano e o meio, verifica-se a complexidade dessa temática e, sobretudo, seu desdobramento em diferentes ângulos de abordagem. De uma forma geral, o que há de comum em todas as críticas de análise das questões ambientais, segundo Alonso e Costa (2002, p. 5), é

[...] a percepção (o grifo é nosso), provavelmente generalizada entre os ambientalistas, de que os atuais mecanismos de negociação ambiental são ainda incapazes de garantir as duas condições mínimas consideradas necessárias ao tratamento “adequado” da questão ambiental: (1) uma abordagem “sistêmica” dos problemas ambientais, que sugere a natureza pontual e corretiva das políticas públicas tradicionais; e (2) um estilo de resolução consensual dos conflitos ambientais, o único, creem, capaz de produzir resultados consistentes com o caráter complexo e integrado dos problemas ambientais.

As questões ambientais são, por sua vez, resultado de um processo de construção social dessa percepção. E, para tanto, cabe dizer que a problemática ambiental é um processo político e, como tal, essencialmente conflituoso.

Essas questões podem ser mais bem compreendidas se levarmos em conta a estrutura de oportunidades políticas que condiciona o próprio surgimento dos atores, em especial os do movimento ambientalista, e se atentarmos para a dinâmica conflituosa que se estabelece entre eles. Nesse sentido, “a questão ambiental ganha maior inteligibilidade quando analisada da ótica de uma sociologia dos conflitos” (ALONSO; COSTA, 2002, p. 7).

Enceta-se, assim, a abordagem com base em uma sociologia da ação, sem abrir mão do quadro sócio-histórico mais amplo que o estruturalismo oferece. O foco recai sobre o *processo político*, e não sobre os eventos; sobre trajetórias, e não sobre atores. E o processo político citado é compreendido nessa corrente a partir de quatro conceitos básicos, organizados metodologicamente por Alonso e Costa (2002), quais sejam:

- ▶ *as estruturas de oportunidades políticas*, que visam a descrever as mudanças no ambiente político que dilatam ou restringem as opções de ação disponíveis para os agentes;
- ▶ *a lógica da ação coletiva*, isto é, o modo pelo qual o entrecruzamento não-intencional de diversas linhas de ação configura padrões de organização e de comportamento;
- ▶ *as estruturas de mobilização*: para agir politicamente, cada grupo precisa organizar-se, gerar uma estrutura de grupo e redes de interdependência; e
- ▶ *o repertório contencioso*, que descreve o conjunto de formas de agir e de pensar disponíveis para os agentes em determinada certa sociedade, em determinado momento histórico.

À luz destas considerações, poderíamos afirmar que há uma modalidade específica de conflito social a ser estudada: a ambiental. O problema a ser investigado não são as interfaces entre ambientalismo, de um lado, e democracia, de outro, mas os conflitos ambientais. Tomar a questão ambiental brasileira do ângulo da escola do processo político significa, antes de mais nada, redefinir o próprio fenômeno, como propõem Alonso e Costa no roteiro de conceitos expostos acima.

A discussão acerca dos *conflitos de natureza ambiental* é um processo complexo para todas as partes envolvidas na intenção de sua solução. As partes personalizam-se nas relações sociais objetivas, escreve Silva (2001). Nesse caso, a dinâmica da personalidade das partes em conflito, relacionada à formação do consenso, também está equivocada. E esse processo, de acordo com o autor, é validado socialmente pela cultura, vista como sendo o modo mais eficaz de resolução dos conflitos. A sustentação dessas condições tem como objetivo a manutenção das posições (das partes) em fóruns de negociações.

JUSTIÇA AMBIENTAL E RISCO

Uma das facetas da abordagem da questão ambiental na perspectiva de conflitos refere-se aos movimentos por *justiça ambiental* no Brasil e em outros países, a partir dos anos 1990. Estes podem ser analisados através de sua intervenção em dois níveis do espaço social: o da *distribuição do poder* sobre as coisas e o da *luta discursiva* (ACSELRAD, 2002). Houve, a partir de então, progressivamente, embates entre projetos, discursos, concepções, instituições e práticas distintas.

A noção de justiça ambiental expressa um movimento de *ressignificação* da questão ambiental, segundo Acsehrad (2010). Resulta, portanto, da apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social. O meio ambiente, nesse sentido, tem significações e lógicas diferentes de uso de acordo com cada sociedade e cada cultura e é visto como oportunidade de negócios para o mercado. É a noção

de justiça ambiental que identifica a exposição desigual ao *risco ambiental* como resultado de uma lógica que faz com que a acumulação de riqueza se realize com base na penalização ambiental dos mais desfavorecidos. O movimento de justiça ambiental não pleiteia *poluição mais equitativa*, mas, sim, o aumento da participação das comunidades nos fóruns que pretendem elucidar essa discussão.

Para a análise da dinâmica do movimento de justiça ambiental, Acsehrad (2002) propõe o levantamento de uma sequência de momentos objetivistas e subjetivistas para o estudo de cada caso de injustiça ambiental em questão, ao longo dos quais a noção de justiça ambiental vem promovendo uma articulação de forças sociais dotada de legitimidade no espaço público. E conclui sua proposta sustentando que a força simbólica do movimento de justiça ambiental decorre de sua tríplice capacidade de:

- ▶ estender a matriz dos direitos civis ao campo do meio ambiente, fundando a noção de “justiça ambiental” como alternativa à oposição Homem/Natureza;
- ▶ politizar, nacionalizar e unificar uma multiplicidade de embates localizados; e
- ▶ elaborar uma “classificação” dos grupos sociais compatível com a posição diferencial dos indivíduos no espaço social.

Acsehrad (2010) argumenta:

Justiça ambiental é, portanto, uma noção emergente que integra o processo histórico da construção subjetiva da *cultura dos direitos* (o grifo é nosso). Na experiência recente, essa noção de justiça surgiu da criatividade estratégica dos movimentos sociais que alteraram a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em determinadas circunstâncias, produziram mudanças no aparelho estatal regulatório responsável pela proteção ambiental (p. 111).

Nessa perspectiva, as injustiças ambientais são mediadas por processos de segregação espacial e de concentração de populações pobres no entorno de fontes potenciais de risco. É preciso, portanto, adotar instrumentos que permitam a análise de “diferenciais socioeconômicos” (CARTIER et al., 2009) no espaço urbano ou rural para se poder identificá-las e, por conseguinte, enfrentá-las com as medidas necessárias para sua solução. Não se trata, pois, de transferir o custo do *desenvolvimento* para os mais pobres. Muito pelo contrário, o que se defende são os direitos a uma proteção ambiental equânime (ACSELRAD, 2010) contra a segregação socioterritorial e a desigualdade ambiental promovidas pelo mercado, principalmente no que toca à concentração das terras férteis, das águas e do solo seguro nas mãos dos interessados nesse mercado.

Há uma condição de *risco* que se corre quando se enfrentam *conflitos* e *injustiças* no campo das discussões e das tensões ambientais atuais. Se quisermos resolver a crise ambiental imposta, argumenta Sachs (2000), precisamos colocar no centro do debate a *questão social*.

Até aqui, procuramos definir a questão ambiental enquanto problemática contemporânea, abarcando a preocupação com o meio e o biológico, e passamos, gradativamente, a explicitar sua dimensão social. Nesta última perspectiva, podemos situar a categoria de populações tradicionais.

Cabe ressaltar que introduzir a categoria *população tradicional* no contexto da temática ambiental é uma tarefa complexa, sobretudo porque ela envolve outras noções igualmente complexas, como a de cultura. Ao mesmo tempo, verificamos que todos esses conceitos, por remeterem a campos de conhecimento e de poder (BOURDIEU, 1999), constituem conceitos cujo conteúdo é objeto de disputas. Assim, a categoria população tradicional, como qualquer outro conceito, tem sua gênese relacionada a determinado momento histórico, em que o contexto favorece a emergência de determinados discursos ou questões. No caso específico dessa categoria no contexto brasileiro, pode-se dizer que ela está relacionada à emergência do movimento ambientalista a partir da década de 1970 e do encontro com outros movimentos sociais, como o dos seringueiros no estado do Acre⁴.

Embora a discussão em torno das compreensões de cultura seja diversificada⁵, interessa-nos, neste momento, como termo inicial para entrar no debate, remeter a algumas questões específicas. Uma noção de cultura que podemos considerar absorvida em uma perspectiva ampla está relacionada à ideia de uma “qualidade original, um espírito ou essência que aglutinaria as pessoas em nações e separaria umas das outras” (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 354). Essa concepção de cultura como a essência de um grupo tem sido gradativamente desconstruída, em função tanto da dinamicidade dos fluxos sociais quanto da própria ênfase das abordagens analíticas que passam a incorporar dimensões como subjetividade, reflexividade e agenciamento. Pode-se considerar que, no caso da categoria populações tradicionais, esta se constrói na perspectiva da desconstrução da noção amplamente difundida de cultura, o que também permite tecer algumas reflexões sobre as diferentes configurações que tal noção de cultura tem tomado.

Quanto à temática ambiental, além de associá-la à constatação da crescente aceleração e tecnificação dos processos de intervenção social na natureza, cabe lembrar que ela se insere no mundo urbano contemporâneo como questão central, ligada à estética romântica naturalista e a formas de sentir e de pensar atreladas à noção de escassez (McCORMICK, 1992, DIEGUES, 2000). A partir da configuração dessa maneira de olhar o mundo, emergem problemáticas tais como a preocupação com a poluição ambiental e a preservação de áreas naturais (PRIMACK; RODRIGUES, 2001) e, conseqüentemente, termos como *impacto*, *risco* e *conflito*.

4 Para maiores detalhes, ver ALMEIDA (2004).

5 Para maiores detalhes sobre essa discussão, ver SAHLINS (1997).

Tais problemáticas, ao mesmo tempo em que tensionam noções de desenvolvimento centradas na perspectiva econômica e no esgotamento dos recursos naturais, também acabam impondo formas hegemônicas de gestão e de manejo dos recursos naturais. Uma forma de equacionar essa questão apresenta-se através da ideia de intocabilidade, ou seja, ambientes “naturais” sem intervenção humana. Com base nesta abordagem, justificam-se e difundem-se propostas como a das unidades de conservação de proteção integral expressa na Lei nº 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (BRASIL, 2000).

Em uma posição crítica a essas propostas de conservação sem a presença humana, autores como Antonio Carlos Diegues sugerem a categoria *populações tradicionais*, reportando-se a estudos sobre as práticas de manejo de ecossistemas por comunidades tradicionais (ANDERSON; POSEY, 1985, 1987; GÓMEZ-POMPA, 1971; POSEY, 1987a). Esses estudos atestam que determinados ecossistemas considerados “naturais” são, na realidade, resultado da interação entre comunidades tradicionais e seus ambientes. Essa constatação leva alguns autores a lançarem a hipótese de que muitos dos ecossistemas tropicais considerados “naturais” e, portanto, intocados podem ter sido profundamente moldados por populações tradicionais (ANDERSON; POSEY, 1987). Tais argumentos associam modos de vida tradicionais a propostas de gestão sustentável. Nessa perspectiva, propõe-se um modelo de conservação que envolve o resgate, o estudo e a valorização do conhecimento tradicional (DIEGUES, 2000) ou ecológico local (BERKES, 1998; HANAZAKI, 2003), associado a um manejo sustentável dos recursos e à criação de planos de desenvolvimento mais bem adaptados às condições locais. Essa concepção é proposta no âmbito das políticas públicas e dos movimentos ambientalistas pela vertente do socioambientalismo (SANTILLI, 2005) e propicia a constituição de campos disciplinares e interdisciplinares, entre os quais a Etnoecologia (TOLEDO, 1992; POSEY, 1987a; COELHO-DE-SOUZA et al., 2009; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008).

Tais perspectivas pressupõem um conjunto de práticas e conhecimentos relacionados a esses grupos que poderiam servir de base para propostas de desenvolvimento sustentável e se encontram pautados em documentos internacionais como o *Relatório Brundtland*⁶ e a *Agenda 21*⁷. Por outro lado, também pautada pela especificidade dos conhecimentos desses grupos, configura-se a ideia de conhecimentos tradicionais sobre recursos genéticos, como base para as inovações (tecnológicas,

6 Elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, presidida pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, e publicado em 1987 com o título *Nosso futuro comum*.

7 Documento elaborado durante o Fórum Global 92, realizado paralelamente à Eco-92, ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em junho de 1992, contém um programa de ação em matéria de meio ambiente e de desenvolvimento, tratados em múltiplas áreas que afetam a relação entre o meio ambiente e a economia, tais como atmosfera, energia, desertos, oceanos, água doce, tecnologia, comércio internacional, pobreza e população.

farmacológicas) que formatam todo um constructo legal e institucional firmado em instâncias como a *Convenção sobre a Diversidade Biológica* (CDB)⁸.

Pode-se ressaltar igualmente todo o movimento que se produziu em torno de uma maior valorização dos direitos e do respeito às especificidades culturais dos diferentes grupos, concretizado em documentos tais como a *Convenção 169*, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989⁹, a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* (UNESCO, 2001)¹⁰ e a *Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas* (ONU, 2007)¹¹. A realização de todos esses eventos e essas propostas de ordenamento em nível global apontam para uma concepção universalista e hegemônica de desenvolvimento econômico e resulta no crescente reconhecimento da diversidade cultural e étnica no interior dos diferentes Estados nacionais, na reemergência das regiões e no reconhecimento de diferentes escalas de abordagem. O que implica a adoção da questão étnica enquanto peso e medida das propostas de desenvolvimento (LITTLE, 2002). Essas reflexões sobre a diversidade cultural e sobre os vínculos entre a cultura e o desenvolvimento têm sido gradativamente incorporadas por programas e organismos internacionais, como no caso do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que publicaram importantes relatórios sobre o tema (UNESCO, 2009).

Assim, pode-se dizer que a categoria *populações tradicionais* se vincula a esse contexto global emergente e representa a possibilidade de uma “nova” configuração da sociedade em relação à diferença e à diversidade, pautada pela questão do desenvolvimento sustentável. E é nesse contexto que também cabe problematizar a própria conceituação dessa categoria. Trata-se de uma categoria vinculada a situações de disputas ou conflitos. Pois está em jogo uma definição cujos desdobramentos têm consequências políticas que vão desde o reconhecimento da alteridade de determinado grupo até a legitimação de seu acesso a determinado território, mas que, por outro lado, é a todo momento tensionada pela questão ambiental.

Nesse sentido, definir tal categoria implica compreender o contexto de disputas que a envolve, tornando difícil propor uma caracterização genérica e monolítica, aplicável a todos os casos, e mais difícil ainda – e quicá pretensioso – operar ou operacionalizar essa definição. Cabe ressaltar que não se trata apenas de definir se

8 Resultado da Eco-92, ou Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro, é o principal fórum mundial na definição do marco legal e político para temas e questões relacionados à biodiversidade.

9 Ver: BRASIL (2004).

10 Proposta no âmbito da UNESCO, que, em sua 31ª Conferência Geral, afirma a diversidade cultural como um “patrimônio comum da humanidade”. Para maiores detalhes, ver: UNESCO (2002).

11 Declaração adotada pela Assembleia Geral da ONU em 13 de setembro de 2007, é um documento abrangente que aborda os direitos dos povos indígenas. Ela não estabelece novos direitos, mas reconhece e afirma direitos fundamentais universais no contexto das culturas, realidades e necessidades indígenas.

determinado grupo é ou não tradicional, ou se determinado indivíduo integra ou não uma população tradicional, mas de saber que eles se relacionam a todo um conjunto de situações de assimetria social, de injustiça ambiental, de disputas em torno de formas de perceber e de intervir no mundo. E de saber que aderir a determinada definição significa assumir ou impor uma forma de ver o mundo.

Nesse movimento, como que em um movimento circular, parece não haver saídas, sem que se façam opções ou sem que se incorra em contradições. É o dilema para quem se situa nesse cenário. Dilema e conflito de nosso tempo. Dilema que vai na mesma direção da desconstrução de uma cultura objetivamente definida, do reconhecimento das múltiplas dimensões e formas de abordar a natureza e da reflexão sobre o estatuto do ser humano e da sociedade em relação a essa natureza e, conseqüentemente, sobre os rumos de um projeto de desenvolvimento.

Por outro lado, acreditamos que a produção crescente e qualificada nos estudos relacionados à temática ambiental traz uma contribuição valiosa enquanto referencial nos questionamentos e nas decisões que se referem à adoção de modernizações na agricultura e de alterações nos espaços urbanos. Principalmente, se não se levarem em consideração exclusivamente os mecanismos econômicos e políticos, em detrimento das dinâmicas do meio. Pois, desconhecendo a importância dessas dinâmicas e processos, estaremos gerando fontes de degradação não somente da natureza, mas também, com certeza, dos fatores socioeconômicos que sustentam as relações humanas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. *Anais...*, 2002.

_____. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP v. 24, n. 68, p. 103-120, 2010.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Direitos à floresta e ambientalismo: os seringueiros e sua luta. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, p. 33-52, jun. 2004.

ALONSO, Ângela Maria; COSTA, Valeriano. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ALIMONDA, Hector (Org.). *Ecología Política: naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires: CLACSO – Conferência Latino-Americana e Caribenha de Ciências Sociais, 2002. p. 115-135.

ANDERSON, Anthony B. White; POSEY, Darrell Addison. Manejo de Cerrado pelos índios Kayapó. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Série Botânica*, v. 2, n. 1, p. 77-98, 1985.

ANDERSON, Anthony B. White; POSEY, Darrell Addison. Reflorestamento indígena. *Ciência Hoje*, SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 6, n. 31, p. 44-50, 1987.

BASSO, Luis Alberto; VERDUM, Roberto. Avaliação de impacto ambiental: EIA e RIMA como instrumentos técnicos e de gestão ambiental. In: VERDUM, Roberto; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira (Org.). *RIMA – Relatório de impacto ambiental: legislação, elaboração e resultados*. 5. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. p. 73-80.

BECKER, Bertha Koifmann; CHRISTOFOLETTI, Antonio; DAVIDOVICH, Fany R.; GEIGER, Pedro P. (Org.). *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2002.

BERKES, Fikret. *Sacred Ecology: traditional ecological knowledge and resource management*. Philadelphia: Taylor & Francis, 1998.

BESSE, Jean-Marc. Entre modernité et postmodernité: la représentation paysagère de la nature. In: ROBIC, Marie-Claire (Org.). *Du milieu à l'environnement : pratiques et représentations du rapport homme/nature depuis la Renaissance*. Paris: Economica. 1992. p. 89-121.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRANCO, Samuel Murgel. Conflitos conceituais nos estudos sobre meio ambiente. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 9, n. 23, p. 217-233, jan./abr. 1995.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

_____. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CARTIER, Ruy; BARCELLOS, Christovam; HÜBNER, Cristiane; PORTO, Marcelo Firpo. Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, p. 2695-2704, dez. 2009.

CASSETI, Valter. *Ambiente e apropriação do relevo*. São Paulo: Contexto, 1991.

COELHO-DE-SOUZA, Gabriela; TAVARES, Francinei Bentes; RAMOS, Mariana Oliveira; ADOMILLI, Gianpaolo Knoller; PIEVE Stella Maris Nunes; MELLO, Ricardo Silva Pereira; KUBO, Rumi Regina. Etnobiologia, multidisciplinaridade e extensão: conflitos de uso dos recursos naturais e a etnoconservação. In: ARAÚJO, Thiago Antonio de Sousa; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino (Org.). *Encontros e desencontros na pesquisa etnobiológica e etnoecológica: os desafios do trabalho em campo*. Recife: Núcleo de Publicações em Etnoecologia e Etnobotânica Aplicada – NUPEEA, 2009. p. 45-74.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da Natureza*. São Paulo: HUCITEC, Nupaub, 2000.

GÓMEZ-POMPA, Arturo. Posible papel de la vegetación secundaria en la evolución de la flora tropical. *Biotropica*, College Park, Maryland, v. 3, n. 2, p. 125-135, Dec. 1971.

GUERRA, Antonio José Teixeira; VITTE, Antonio Carlos (Org.). *Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

GUERRA, Antonio José Teixeira; ALMEIDA, Josimar Ribeiro de; ARAÚJO, Gustavo Henrique de Sousa. *Gestão ambiental de áreas degradadas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HANAZAKI, Natalia. Comunidades, conservação e manejo: o papel do conhecimento ecológico local. *Biotemas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 23-47, 2003.

LITTLE, Paul E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, Campo Grande, v. 2, n. 3, p. 33-52, out. 2002.

McCORMICK, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MENDONÇA, Francisco de A. *Geografia e meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2001.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *A questão ambiental na Geografia do Brasil*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Declaração das Nações Unidas sobre os Povos Indígenas*. 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. México: Siglo XXI, 2001.

POSEY, Darrell Addison. Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, Berta Gleizer (Coord.). *Suma etnológica brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1987a. p. 15-25.

_____. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, Berta Gleizer (Coord.). *Suma etnológica brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1987b. p. 173-185.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. *Biologia da conservação*. Londrina: Vida, 2001.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SAHLINS, Marshall. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em vias de extinção. *Mana*, Rio de Janeiro, Parte I, v. 3, n. 1, p. 41-73, abr. 1997, Parte II, v. 3, n. 2, p. 103-150, out. 1997.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. *Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos*. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

SANTILLI, Juliana Ferraz da Rocha. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. *GeoTextos*, Universidade Federal da Bahia, v. 1, n. 1, p. 139-151, 2005.

SILVA, Harrysson Luiz da. A epistemologia do conflito ambiental. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Rio Grande, UFRG, v. 7, out./nov./dez. 2001.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; BASSO, Luis Alberto; VERDUM, Roberto (Org.). *Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

TOLEDO, Victor Manuel. What is Ethnoecology? Origins, scope and implications of a rising discipline. *Etnoecológica*, México, v. 1, n. 5, p. 5-21, 1992.

TOLEDO, Victor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. *La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales*. Barcelona: Icaria, 2008.

UNESCO. *O Programa O Homem e a Biosfera (MaB)*. 1971. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/biodiversity/mab-programme-in-brazil/>>. Acesso em: 20 ago. 2006.

_____. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2006.

_____. *Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural: Relatório Mundial da UNESCO*. 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755por.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2006.

VERDUM, Roberto. A natureza, o meio e o despertar da questão ambiental. In: MAZINNI, Luiz Fernando Fontoura; VERDUM, Roberto (Org.). *Questão agrária e legislação ambiental*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010, p. 27-39.

_____. Diversidade e conflitos ambientais no Brasil. *L'Ordinaire Mexique Amérique Centrale*, Toulouse, v. 1, n. 200-201, p. 71-78, 2005.

VERDUM, Roberto; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira (Org.). *RIMA – Relatório de impacto ambiental: legislação, elaboração e resultados*. 5. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

VERDUM, Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens Augustinus. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: _____ (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010. p. 11-33.



Gabriela Coelho-de-Souza¹², Joana Braun Bassi¹³ e Rumi Regina Kubo¹⁴

INTRODUÇÃO

Alguns conceitos e noções da Etnoecologia foram abordados na disciplina **Impacto Ambiental e Etnoecologia** - DERAD 025¹⁵. Nela, buscou-se enunciar a ideia de impactos ambientais inserida na dinâmica de interação do ser humano com seu meio e, sobretudo, seus desdobramentos atrelados a uma concepção de desenvolvimento centrada na modernização da agricultura visando ao aumento da produtividade. Resulta desse modelo o uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da motomecanização e, conseqüentemente, a homogeneização das paisagens (as monoculturas são a paisagem dominante no espaço rural). Essas dinâmicas, que se observam a partir de meados da década de 1960, conduzem, nas décadas de 1970 a 1990, no Brasil, à desvalorização da produção agrícola tradicional e a um processo de deslocamento populacional e de intenso êxodo rural.

Tais fenômenos têm profundas conseqüências na organização social que envolve o “contínuo desacoplamento dos atores, das organizações e dos subsistemas sociais uns em relação aos outros” [...] e o “declínio de comprometimentos, rotinas e expectativas tradicionais” (NEVES, 2011, p. 14-15) e contribuíram de forma

12 Bióloga; mestre e doutora em Etnobotânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Pós-Doc em Desenvolvimento Rural; Professora Adjunta do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS; Professora-Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS; Professora do PLAGEDER; Coordenadora do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA); Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN).

13 Bióloga; mestre em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA); Técnica Ambiental da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul (SEMA/RS).

14 Bióloga e antropóloga; mestre em Botânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; doutora em Antropologia Social pela UFRGS; Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da UFRGS; Professora-Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS; Professora do PLAGEDER; Coordenadora do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA).

15 Ressalta-se que a Etnoecologia também foi contemplada nas disciplinas **Agricultura e Sustentabilidade** – DERAD 008 e **Seminário Integrador II** – DERAD 014.

genérica para a desvalorização dos espaços rurais e dos agricultores familiares, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

Por outro lado, o desenfreado processo de degradação dos ecossistemas e dos recursos naturais – decorrente desse modelo de produção – levou, a partir da década de 1960, à emergência de um movimento ambientalista. Dos marcos associados a esse movimento, destacam-se, no âmbito internacional, a Conferência de Estocolmo, em 1972, o *Relatório Brundtland*, em 1987, a Convenção das Mudanças Climáticas e a Convenção da Biodiversidade, em 1992. No Brasil, a implantação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, em 2000, foi uma das medidas para a conservação dos ecossistemas naturais. Entretanto, essa estratégia de criação de unidades de conservação, calcada no modelo de preservação dos ecossistemas naturais sem a interferência humana, tem como uma de suas consequências a retirada das comunidades locais de seus territórios, onde vivem tradicionalmente, tornando sua situação ainda mais problemática. No Brasil, essas concepções preservacionistas tiveram forte ressonância a partir da década de 1990, em contraposição a um intenso processo de degradação em curso, e foram implementadas através de uma legislação ambiental bastante restritiva quanto às opções de uso.

Outro fenômeno, paralelo aos fatos acima referidos, relaciona-se ao gradativo reconhecimento e valorização da diversidade cultural. Esse processo associa-se a grandes mudanças ocorridas no cenário internacional, como a queda do muro de Berlim e a instauração de um fenômeno de globalização, que refletem as tensões entre o local e o global. Assim, observa-se, nas décadas de 1990 e 2000, o reconhecimento da diversidade cultural brasileira e de sua relação com a agrodiversidade e a biodiversidade regional. Segundo Santilli (2005), a Constituição Federal de 1988 promulga a síntese socioambiental, reconhecendo ao Poder Público o dever de assegurar a proteção à diversidade biológica e à salvaguarda do patrimônio sociocultural brasileiro (Art. 225 e Art. 215), a preservação da diversidade e da integridade do patrimônio genético (Art. 225, § 1º, II) e a valorização da diversidade étnica e regional (Art. 215, § 3º). A partir dessa evolução, os povos e comunidades tradicionais passaram a ser atores políticos no cenário das ações sociopolíticas e ambientais, contemplados por políticas públicas específicas. Destacam-se, entre estas, as unidades de conservação de uso sustentável previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), como as Reservas Extrativistas e Reservas de Uso Sustentável, as quais preveem a permanência das populações tradicionais nesses territórios da União.

Cumprе salientar, entre essas mudanças, a criação e o fortalecimento de órgãos governamentais responsáveis pela implantação das políticas públicas, tais como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Fundação Cultural Palmares e a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, no âmbito do Ministério da Justiça, do Ministério da Cultura e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, respectivamente. Esses órgãos vêm

desenvolvendo programas e ações intersetoriais, como as políticas de segurança alimentar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar e a Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas, entre outras.

A ciência teve um papel relevante nesse processo, pois contribuiu, a partir de pesquisas em Antropologia, Desenvolvimento Rural e Etnoecologia, para o reconhecimento do Brasil como país megabiodiverso e multicultural, valorizando a biodiversidade e a diversidade cultural. Assim, as populações tradicionais despontam no cenário nacional reivindicando seus territórios e melhores condições de vida, entre as quais, segundo Santilli (2005), a proteção e o acesso aos recursos naturais, a afirmação de direitos sobre a biodiversidade e sobre os conhecimentos tradicionais a ela associados.

Nesse contexto de reconhecimento da importância da biodiversidade e da diversidade cultural, bem como da importância dos saberes e práticas tradicionais para a sustentabilidade do manejo dos recursos naturais, a Etnoecologia constituiu-se em um campo de conhecimento, na interface entre a Antropologia e a Ecologia (COELHO-DE-SOUZA et al., 2009), que contribuiu para a construção da síntese socioambiental. Ela se debruçou sobre temas como populações tradicionais, territórios tradicionais, manejo dos recursos naturais, segurança alimentar e nutricional, produtos da sociobiodiversidade, justiça ambiental, conservação da biodiversidade e valorização da diversidade cultural.

O presente capítulo¹⁶ tem como objetivo apresentar sinteticamente as bases da Etnoecologia, avaliando sua contribuição com base em seu aporte teórico e aplicado para a instrumentalização do planejamento e da gestão do Desenvolvimento Rural. O capítulo está estruturado em três subdivisões. A primeira aborda a Etnoecologia em sua dimensão teórica e conceitual. A segunda apresenta a contribuição da Etnoecologia e do manejo tradicional para a conservação da biodiversidade, discutindo modelos de conservação a partir da abordagem da Etnoconservação. Por fim, apresenta-se a dimensão aplicada da Etnoecologia, examinando a contribuição de seus instrumentos para o planejamento e a gestão territorial e ambiental, na perspectiva da participação efetiva de povos indígenas e de populações tradicionais, processos esses que promovem a gestão compartilhada dos territórios e dos recursos naturais.

A ETNOECOLOGIA EM SUA DIMENSÃO TEÓRICA

A Etnoecologia enquanto campo científico desenvolve-se a partir de uma gama diversificada de abordagens sobre a relação entre natureza e cultura. Essas abordagens ampliam os limites dos diversos campos disciplinares, passando a abar-

16 O capítulo está baseado em: COELHO-DE-SOUZA; KUBO (2006); COELHO-DE-SOUZA et al. (2009a); COELHO-DE-SOUZA et al. (2009b); BASSI (2011).

car diferentes interfaces entre as ciências biológicas – entre as quais se destacam historicamente a Botânica, a Zoologia e a Ecologia – e as ciências sociais, principalmente a Antropologia e a Sociologia. Dependendo da perspectiva analítica, diversos enfoques podem ser desenvolvidos na pesquisa etnoecológica. Segundo a visão oriunda das ciências biológicas, o pesquisador envolve-se com o objeto de estudo caracterizado como conhecimento ecológico local, podendo enfocar relações específicas, como proposto pela Etnoictiologia (BEGOSSI; FIGUEIREDO, 1995; SILVANO, 2004), ou abarcar relações amplas e sistêmicas, como a Etnoecologia (BERKES; FOLKE, 1998; HANAZAKI, 2003; TOLEDO, 1982, 1992). Mas muitas vezes o escopo da pesquisa não prevê debruçar-se sobre o contexto socioambiental em que as populações tradicionais estão inseridas.

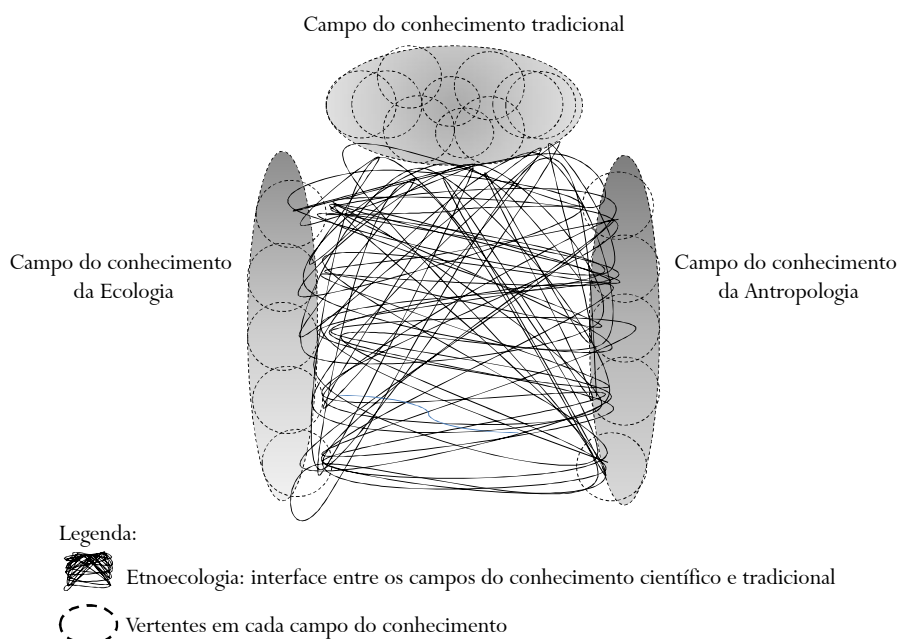
A mesma preocupação já está presente na Ecologia, que, de acordo com Lévêque (2002, p. 20), “na busca de princípios unificadores nas interações entre os seres vivos e o seu meio, está na encruzilhada de numerosos saberes sobre a natureza”, sendo, por isso, considerada uma ciência de síntese. De acordo com Di Castri (citado por LÉVÊQUE, 2002), convergem para a Ecologia múltiplas disciplinas, entre as quais a Botânica, a Zoologia, a Climatologia, a Ciência dos Solos, a Geografia, a Física, a Bioquímica e a Microbiologia, e ela está atualmente bastante próxima das Matemáticas avançadas. Entretanto, o mesmo autor também considera que a Sociologia, a Geografia Humana, a Psicologia e as Ciências Econômicas estão no escopo de interação no bojo de uma Ecologia ampla. Embora exista essa concepção complexa de Ecologia, é a abordagem reducionista que predomina, segundo Pickett, citado por Lévêque (2002).

É nesse contexto que Lévêque ressalta a necessidade de que os conhecimentos em Ecologia sejam desenvolvidos a partir de uma abordagem multidisciplinar. Berkes e Folke (1998) demonstram que os conhecimentos tradicionais sobre os sistemas ecológicos combinam a ecologia, a ética e a cultura no âmbito de uma percepção do mundo segundo a qual os homens são parte da natureza. A visão mecanicista do ecossistema, resultante da influência dominante das ciências físicas sobre a Ecologia, resulta na construção de conceitos produzidos pela ciência ocidental, os quais não dão espaço para o estabelecimento de uma relação simétrica com outros campos do conhecimento, como o saber tradicional.

As dificuldades para a construção de uma Ecologia com essa abordagem ampliada relacionam-se à incorporação da abordagem das ciências sociais. Um grande desencaixe, nesse sentido, deve-se à valorização da análise das ciências sociais, que se contrapõe à síntese proveniente das ciências naturais. De acordo com Cardoso de Oliveira (1988), em seu esforço de constituição de uma epistemologia da antropologia brasileira, uma ciência é a articulação sistemática de um conjunto de paradigmas que coexistem no tempo, mantendo-se todos, e cada um, ativos e relativamente eficientes. Essa definição, no entanto, parece não se referir às ciências naturais, que registram os paradigmas em sucessão, num processo

contínuo de substituição, baseado em uma concepção de evolução segundo a qual a técnica está sempre em aperfeiçoamento. Apresentam-se, nesses contrastes, as tensões presentes no esforço em busca de uma integração disciplinar.

Para além dessa situação de dominância de uma ecologia mecanicista, interfaces entre a Ecologia e a Antropologia foram sendo aprofundadas, tanto no polo da Ecologia quanto no da Antropologia. Assim sendo, entende-se a Etnoecologia como um campo científico existente na interface entre Antropologia e a Ecologia, na interação entre suas diferentes vertentes, atravessado ainda pelo campo do conhecimento tradicional. Resulta desse entendimento a definição da Etnoecologia como um campo de múltiplas abordagens, como se observa na figura a seguir.



Representação esquemática da Etnoecologia como um campo científico situado na interface entre a Antropologia e a Ecologia e atravessado pelo conhecimento tradicional

Fonte: COELHO-DE-SOUZA. In: BASSI; COELHO-DE-SOUZA; KUBO, 2010, p. 31.

Como essas aproximações e proposições ainda são bastante recentes, estão abertas a questionamentos, reflexões e revisões. No entanto, no esforço de aprofundar tais aproximações, propõe-se, abaixo, um quadro sintético das escolas e períodos da Antropologia e da Etnoecologia como subsídio para entender as influências da Antropologia sobre a Etnoecologia, buscando tecer relações entre as diferentes escolas situadas no âmbito da Antropologia (Silva, 2011) e os períodos da Etnoecologia, esta última com base em Clément (1998).

Período	Antropologia	Etnoecologia
Século XIX	<p>Escola/Paradigma: Evolucionismo Social</p> <p><i>Características:</i> Sistematização do conhecimento acumulado sobre os “povos primitivos”. Predomínio do trabalho de gabinete. <i>Temas e conceitos:</i> Unidade psíquica do homem. Evolução das sociedades, das mais “primitivas” às mais “civilizadas”. Busca das origens (perspectiva diacrônica). Estudos de parentesco / religião / organização social. Substituição do conceito de raça pelo de cultura. <i>Autores:</i> Maine, Herbert Spencer, Eduard Burnett Tylor, Lewis Henry Morgan, James Frazer.</p>	<p>Pré-clássico (1860-1899): período I</p> <p><i>Características:</i> Usos econômicos. Recursos biológicos e sua utilidade. Pesquisadores de museus e universidades.</p> <p><i>Concepções:</i> Estudo das plantas usadas por povos aborígenes e primitivos (<i>aboriginal peoples</i>). (Harshberger, 1896).</p>
Séculos XIX e XX	<p>Escola/Paradigma: Escola Sociológica Francesa</p> <p><i>Características:</i> Definição dos fenômenos sociais como objetos de investigação socioantropológica. Definição das regras do método sociológico. <i>Temas e conceitos:</i> Representações coletivas. Solidariedade orgânica e mecânica. Formas primitivas de classificação (totemismo) e teoria do conhecimento. Busca pelo Fato Social Total (biológico + psicológico + sociológico). A troca e a reciprocidade como fundamento da vida social (dar, receber, retribuir). <i>Autores:</i> Émile Durkheim, Marcel Mauss, Henri Hubert.</p>	<p>Pré-clássico (1900-1953): período II</p> <p><i>Características:</i> Coleta de informações. Aprofundamento empírico em pesquisa. Terminologias locais, mitos e crenças. Estudos comparativos e métodos padronizados.</p>
Século XX Década de 1920	<p>Escola/Paradigma: Funcionalismo</p> <p><i>Características:</i> Modelo de Etnografia clássica. Ênfase no trabalho de campo (observação participante). Sistematização do conhecimento acumulado sobre uma cultura. <i>Temas e conceitos:</i> Cultura como totalidade. Interesse pelas instituições e suas funções para a manutenção da totalidade cultural. Ênfase na sincronia x diacronia. <i>Autores:</i> Bronislaw Malinowski, Radcliffe Brown, Daryll Forde, Evans-Pritchard, Raymond Firth, Max Glukman, Victor Turner, Edmund Leach.</p>	
Século XX Década de 1930	<p>Escola/Paradigma: Culturalismo Norte-Americano</p> <p><i>Características:</i> Método comparativo. Busca de leis no desenvolvimento das culturas. Relação entre cultura e personalidade. <i>Temas e conceitos:</i> Ênfase na construção e identificação de padrões ou estilos de cultura (<i>ethos</i>). <i>Autores:</i> Franz Boas, Margaret Mead, Ruth Benedict.</p>	<p>Pré-clássico (1932-1953): período III</p> <p><i>Características:</i> Primeiras sínteses. A Etnobiologia surge como campo distinto. Sínteses delimitando seu escopo. Distinção entre Botânica Econômica e Etnobotânica.</p>
Século XX Década de 1940	<p>Escola/Paradigma: Estruturalismo</p> <p><i>Características:</i> Busca das regras estruturantes das culturas presentes na mente humana. Teoria do parentesco / Lógica do mito / Classificação primitiva. Distinção Natureza x Cultura. <i>Temas e conceitos:</i> Princípios de organização da mente humana: pares de oposição e códigos binários. Reciprocidade. <i>Autor:</i> Claude Lévi-Straus.</p>	<p>Clássico (1954-1968): período I</p> <p><i>Características:</i> Influência do surgimento das etnociências. Conhecimento êmico. Foco na organização de sistemas em uma perspectiva êmica. Linguística e métodos da Antropologia. Início do interesse pela classificação etnobiológica e pelas bases científicas do conhecimento tradicional.</p>

continua...

<p>Século XX Década de 1960</p>	<p>Escola/Paradigma: Antropologia Interpretativa</p> <p><i>Características:</i> Cultura como hierarquia de significados. Busca da "descrição densa". Interpretação x Leis. Inspiração hermenêutica. <i>Temas e conceitos:</i> Interpretação antropológica: leitura da leitura que os "nativos" fazem de sua própria cultura. <i>Autor:</i> Clifford Geertz.</p>	<p>Clássico (1969-1980): período II</p> <p><i>Características:</i> Classificação etnobiológica. Princípios de classificação e nomenclatura. Análises de correspondências entre classificação científica e local. Crescente interesse pela Etnobiologia fora dos EUA e da Europa: América Latina e Pacífico.</p>
<p>Século XX Década de 1980</p>	<p>Escola/Paradigma: Antropologia Pós-Moderna ou Crítica</p> <p><i>Características:</i> Preocupação com os recursos retóricos presentes no modelo textual das etnografias clássicas e contemporâneas. Politização da relação observador/observado na pesquisa antropológica. Crítica dos paradigmas teóricos e da "autoridade etnográfica" do antropólogo. <i>Temas e conceitos:</i> Cultura como processo polissêmico. Etnografia como representação polifônica da polissemia cultural. Antropologia como experimentação/arte da crítica cultural. <i>Autores:</i> James Clifford, Georges Marcus, Michel Fischer, Richard Price, Michel Taussig.</p>	<p>Pós-clássico (1981-1992): período I</p> <p><i>Características:</i> Associações. Trabalhos empíricos baseados na colaboração entre pesquisadores acadêmicos e locais. Abordagens teóricas: relações de gênero no uso de recursos, significado cultural dos recursos biológicos, reconstrução histórica dos sistemas de conhecimento autóctones. Sociedades acadêmicas e periódicos especializados.</p>
		<p>Pós-clássico (1993-...): período II</p> <p><i>Características:</i> Manejo de recursos. Publicação de manuais de metodologias. Técnicas qualitativas e estudos empíricos inovadores. Etnobiologia aplicada à conservação e ao desenvolvimento sustentável. Interesse renovado pela Botânica Econômica e por benefícios nutricionais e medicinais. Participação local. Propriedade intelectual e repartição de benefícios. Regulamentação do acesso. Inclusão. Perspectiva de conflitos socioambientais¹⁷.</p>

Escolas e períodos da Antropologia e da Etnoecologia, buscando visualizar uma primeira aproximação entre essas ciências e o campo científico na interface entre Antropologia e Ecologia. Adaptado por BASSI, 2011, a partir de: SILVA, 2011, e CLÉMENT, 1998.

Para entender a formação desse campo na interface do conhecimento, Clément (1998) faz uma revisão do histórico da Etnoecologia e de suas tendências de abordagens, propondo sua divisão em períodos denominados pré-clássico, clássico e pós-clássico. Inicialmente, a perspectiva situada na metade do século XIX interessava-se pela utilidade e pelos usos econômicos dos recursos biológicos (período pré-

¹⁷ A perspectiva da inclusão dos conflitos socioambientais como parte do escopo da Etnoecologia aconteceu recentemente (Coelho-de-Souza et al., 2009 a). Esta nova abordagem é fruto da aproximação do campo científico do Desenvolvimento Rural com a Etnoecologia, onde novas interfaces foram explicitadas. Um exemplo é a inclusão da seção de trabalhos em conflitos socioambientais nos anais do VI Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia (SBEE, 2006).

-clássico), passando por uma abordagem (período clássico) que acentua aspectos cognitivos e busca compreender os sistemas lógicos construídos pelos diferentes povos. Por fim, é apresentado o momento atual (período pós-clássico), em que os trabalhos empíricos são baseados nos princípios de simetrização, com a colaboração entre pesquisadores acadêmicos e locais, bem como num interesse significativo pelo manejo de recursos naturais.

No período clássico, primeiro momento de um diálogo mais aprofundado entre Etnoecologia e Antropologia, a principal influência foi a da Antropologia de base ecológica e da ciência do concreto de Lévi-Strauss, com foco em todos os saberes sobre a natureza e não dependendo apenas de utilidade prática (ROUÉ, 1997). As abordagens cognitivas propostas pela Etnoecologia nesse período objetivavam, através do pensamento indígena – seus conhecimentos e classificações¹⁸ –, desvelar as lógicas que lhe são subjacentes:

Os padrões de classificação e de nomenclatura aclaram os princípios subjacentes à lógica indígena e os elos que unem ditos conceitos. A própria elaboração de subcategorias constitui um guia êmico, isto é, visto de dentro, que permite penetrar no âmago dos sistemas, fornecendo um indício seguro do seu significado cultural. [...] Apesar de que nem todas as crenças e conhecimentos de fenômenos naturais da cultura em estudo coincidam com a ciência ocidental, os dados devem ser registrados em sua totalidade [...] (POSEY, 1987, p. 14-15).

Nessa abordagem cognitiva, próxima à perspectiva da Antropologia ecológica, o discurso nativo é reduzido a algumas proposições sobre as quais o pesquisador produz uma explicação da razão pela qual elas são “acreditadas” por eles, na medida em que esse conhecimento é logicamente explicável pela ciência. Uma tal abordagem reproduz o *status* do conhecimento científico dominante nos diferentes campos de conhecimento.

Ao buscar refletir sobre as múltiplas abordagens da Etnoecologia, Marcio D’Olne Campos (2002) questiona aquela, amplamente adotada, em que o modo de entender o outro se dá a partir de um recorte e de uma “filtragem disciplinar” situados na “tradição científica ocidental”. O autor problematiza, nesse sentido, a imposição de categorias ocidentais de divisão do mundo, que fizeram emergir diversas etnodisciplinas, tão numerosas quanto os compartimentos disciplinares da Ciência.

Essa Etnoecologia que se propõe a estudar a “ciência de um povo” através de seus saberes e práticas sobre a natureza apresenta como um de seus eminentes expoentes o antropólogo Darrell Posey. O autor sugere o abandono dos conceitos etnocêntricos de superioridade frente ao saber indígena, “a fim de que se possa registrar, com acuidade, os conceitos biológicos de outras culturas e, com isso, desen-

18 Através de questões tais como: De que forma as sociedades humanas usam a natureza? Como as sociedades humanas veem a natureza? Como a natureza é nomeada e categorizada? (CLÉMENT, 1998).

volver ideias e hipóteses que enriqueçam nosso próprio conhecimento” (1987a, p. 25). Enfatizando categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo, considera a Etnobiologia como o “estudo do conhecimento e conceituações desenvolvidos por qualquer sociedade a respeito da biologia” (p. 15). Nessa perspectiva, somam-se à abordagem acadêmica os aspectos políticos relativos tanto ao direito de propriedade intelectual relacionado ao conhecimento tradicional quanto à construção de modelos ecologicamente benéficos com base na maneira com que sociedades tradicionais interagem com seu meio.

A atenção às categorias e aspectos cognitivos também é compartilhada pelo pesquisador mexicano Victor Toledo, segundo o qual a Etnoecologia pode ser definida como uma perspectiva interdisciplinar que investiga como a natureza é vista pelos grupos humanos através de uma projeção de crenças e conhecimentos e como, em termos dessas imagens, os humanos usam e/ou manejam os recursos naturais (TOLEDO, 2003, p. 6).

Reconhecendo que o primeiro obstáculo a ser transposto na pesquisa etnoecológica é a tendência de se separarem os fenômenos cognitivos de seus objetivos práticos, Toledo (2003) realiza a análise a partir de três categorias, distintas e complementares, a fim de entender o processo humano de “apropriação” da natureza: o cosmos (cosmovisão), o *corpus* (sistema cognitivo) e a práxis (práticas). Embora atento às conexões que existem entre eles, o autor começa por separar os fenômenos para fins analíticos.

A atenção à dimensão cognitiva que se consolidou no período clássico (CLÉMENT, 1998) continua atravessando décadas na Etnoecologia, fato relacionado, conforme Alves e Souto (2010), aos primórdios do desenvolvimento histórico da etnociência, que focaliza o conhecimento como aspecto fundamental das culturas.

O desenvolvimento da Etnoecologia no período clássico contribuiu para a discussão de certos pressupostos da Ecologia. Estudos de Anderson e Posey (1985) comprovam que as práticas de manejo dos Kayapó influenciam todos os níveis ecológicos das áreas de Cerrado por eles habitadas, áreas essas anteriormente consideradas “naturais”. A partir de estudos sobre as práticas de manejo de ecossistemas por comunidades tradicionais (ANDERSON; POSEY, 1985, 1987; GÓMEZ-POMPA, 1971; POSEY, 1987), comprovou-se que determinados ecossistemas considerados “naturais” são resultado da coexistência entre comunidades tradicionais e ambientes, o que leva alguns autores a lançarem a hipótese de que muitos dos ecossistemas tropicais considerados “naturais” podem ter sido profundamente moldados por populações tradicionais (ANDERSON; POSEY, 1987), originando o conceito de *florestas antropogênicas*.

A perspectiva pós-clássica avança ao buscar não comparar ou marcar diferenças entre um viés êmico (na perspectiva da comunidade local) e um viés ético (na perspectiva do pesquisador), mas preconizar um projeto a ser elaborado conjuntamente por pesquisadores e pesquisados, objetivando especialmente a aplicação da Etnoecologia à conservação, ao desenvolvimento sustentável, à construção e à implementação de políticas públicas.

ETNOECOLOGIA E ETNOCONSERVAÇÃO: A VALORIZAÇÃO DA SOCIODIVERSIDADE E A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

A Etnoecologia foi fundada no Brasil por ocasião do I Encontro Internacional de Etnobiologia, realizado no Pará em 1988, quando da elaboração da *Declaração de Belém*, que apresentava à comunidade científica e à sociedade internacional os princípios da Etnoecologia. Nesse documento, os etnoecólogos, juntamente com os povos indígenas, ponderavam que

[...] as florestas tropicais estão desaparecendo, muitas espécies animais e vegetais se encontram em perigo de extinção, e as culturas indígenas de todo planeta estão sendo desmembradas e destruídas; [...] as condições econômicas, agrícolas e de saúde das populações dependem destes recursos, [...] as populações nativas têm sido os fornecedores de 99% dos recursos genéticos do mundo, [...] existe uma inseparável ligação entre diversidade cultural e diversidade biológica [...] (*Declaração de Belém*, 1988).

Esses princípios foram incorporados à *Convenção sobre Diversidade Biológica*, em 1992, e, posteriormente, de forma consistente e inovadora, ao ordenamento jurídico brasileiro, de acordo com Santilli (2005), resultando na formulação de um rol de instrumentos que permitem a valorização da diversidade cultural e a conservação da biodiversidade e contribuindo para a gestão dos recursos da biodiversidade.

É nesse contexto que a Etnoecologia concorre para a conservação da biodiversidade, através da criação de modelos de conservação com a inclusão das comunidades locais. Tais modelos são construídos a partir do diálogo entre os saberes e práticas tradicionais e o saber científico, e envolvem o resgate, o estudo e a valorização do conhecimento ecológico local (BERKES, 1998; HANAZAKI, 2003). Na elaboração desses modelos, procede-se à caracterização, através da Etnoecologia, do manejo agrícola e dos ecossistemas – roças, quintais, agroflorestas, florestas, campos e lagoas –, tal como praticado pelos agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, entre outros.

Esses estudos contribuem para embasar os parâmetros para o extrativismo dos recursos da biodiversidade, incluindo a alimentação da fauna, a manutenção das populações da espécie manejada e as demandas das comunidades locais e dos mercados por elas acessados. Os estudos etnoecológicos são realizados a partir de abordagens multidisciplinares, considerando o nível (i) dos ecossistemas e das comunidades, das populações, os quais buscam manter no sistema os componentes da diversidade biológica, (ii) das comunidades locais e de sua cultura, procurando inter-relacioná-los com o contexto socioeconômico e político, e (iii) dos modelos de conservação e das políticas públicas adotados pelos países.

É nesse contexto que o conceito de *etnoconservação*, cunhado por Diegues (2000), se contrapõe ao conceito de *conservação*, utilizado em sentido amplo, como conservação ou manutenção de alguns ou de todos os componentes da diversidade biológica, incluindo seu uso sustentável, sua restauração e recuperação (WATSON;

HEYWOOD, 1995). Segundo Diegues, embora o discurso moderno conceitue a conservação incluindo seu uso sustentável e reconhecendo, por pressuposto, o saber e as influências das comunidades tradicionais sobre os ecossistemas, a conservação limita-se, na prática, à proteção, manutenção e restauração do mundo natural.

No bojo dessa discussão da repercussão socioambiental, encontram-se em disputa diversos interesses representados por diferentes atores sociais, entre os quais o poder público, organizações internacionais, iniciativas privadas, organizações não governamentais, comunidades tradicionais e academia. Da negociação entre as diferentes atribuições e interesses dos atores sociais, nasce a elaboração de instrumentos de gestão, dentre os quais se destaca a regulamentação dos usos dos recursos da biodiversidade.

Isso explica a importância da multidisciplinaridade na Etnoecologia, que estabelece interfaces entre disciplinas e atores sociais e constitui a base para a instauração de uma visão abrangente a partir do compartilhamento de saberes tradicionais, técnicos e científicos. Essa visão conjunta, aliada aos diferentes interesses e papéis sociais dos atores, fundamenta a tomada de decisão coletiva, caracterizada como gestão compartilhada dos recursos da biodiversidade.

Produtos da sociobiodiversidade: um modelo de conservação para a Mata Atlântica no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, onde a Mata Atlântica foi intensamente devastada, o bioma Mata Atlântica abrange 39,7% da área do estado, correspondendo a 112.027km². Em 1995, a área com remanescentes de Mata Atlântica se encontrava reduzida a 2,69% (7.496,67km²) da área do bioma (SOS MATA ATLÂNTICA, 1998). Em 2010, a área aumentou para 7,31% de remanescentes no bioma Mata Atlântica, correspondendo a 10.062,47km² (SOS MATA ATLÂNTICA, 2010). Na região nordeste do Rio Grande do Sul, a área de Mata Atlântica protegida por unidades de conservação corresponde a 1,1% (1.226,78km²)¹⁹, sendo 0,4% com proteção integral (RIO GRANDE DO SUL²⁰, 2009). Além das unidades de conservação nessa região, o relevo acidentado, com topos de montanhas, áreas de entorno de corpos hídricos e presença de ecossistemas protegidos, como banhados e restingas, são os responsáveis pelos remanescentes que representam a conservação de 3,5% da área do estado.

Esta condição ambiental específica, somada ao histórico de ocupação por diferentes povos e culturas – como índios, açorianos, africanos, alemães, italianos, poloneses –, confere à região uma diversidade cultural associada à diversidade ambiental. Essa articulação da diversidade biológica com a diversidade cultural é denominada

19 Nesta região, localizam-se 12 Unidades de Conservação, sendo sete de Proteção Integral, abrangendo 0,4% (444,91km²) do bioma, e quatro Áreas de Proteção Ambiental, abrangendo 0,7% (781,87km²) (RIO GRANDE DO SUL, 2009).

20 Nos dados do Projeto Conservação da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul – PCMARS (RIO GRANDE DO SUL, 2009), foi incluído o Parque Natural de Tupancy, em Arroio do Sal, com área de 21 ha.

Sociobiodiversidade, entendendo-se que na contemporaneidade a questão ambiental não é dissociada da questão social, principalmente na realidade de países megabiodiversos e de grande diversidade cultural, como o Brasil. Nesse contexto, agricultores familiares, samambaieiros, índios guarani, xoclengues, quilombolas e pescadores, ao mesmo tempo em que convivem com os recursos da biodiversidade, estão sujeitos às restrições ambientais associadas às atividades agrícolas e ao manejo tradicional de seus territórios, incluindo os remanescentes de florestas. Afora essa situação, a região nordeste vem sendo largamente impactada pelos monocultivos de espécies arbóreas, como os *Pinus* sp. na região dos Campos de Cima da Serra, pelo desmatamento das matas ciliares e uso de agrotóxicos na região das encostas e várzeas, pela urbanização e pelo fluxo sazonal de turistas na região das restingas, das lagoas e do litoral. Essa intensa ocupação do território por diferentes grupos sociais com visões e interesses distintos acirram os conflitos socioambientais.

Essa condição suscita, no âmbito da etnoconservação, o desenvolvimento de estudos e ações por instituições de extensão, de universidades e de ONG's, com o respaldo do poder público, visando à compatibilização do modo de vida das populações tradicionais, inclusive o manejo sustentável dos produtos da sociobiodiversidade, com a legislação ambiental. Tais iniciativas estão sendo concretizadas a partir de processos de gestão compartilhada, tendo como centralizador o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA)²¹ e a participação da gestão das Reservas da Biosfera (RBs), no âmbito do Programa O Homem e a Biosfera (MAB), programa de cooperação científica da UNESCO que busca “promover o conhecimento, a prática e os valores humanos para implementar as boas relações entre as populações e o meio ambiente em todo o planeta” (UNESCO, 1971). As RBs, implantadas em áreas de alta biodiversidade, constituem-se em um sistema de gestão compartilhada que visa à promoção da conservação da biodiversidade, da geração e difusão do conhecimento regional e do desenvolvimento sustentável (RBMA, 2004).

No espírito dos princípios das RBs, estão sendo estabelecidos, na região nordeste do Rio Grande do Sul, processos dialógicos entre os saberes locais e saberes científicos, sobre o manejo da agrobiodiversidade e dos produtos da biodiversidade, tais como a samambaia-preta (*Rumohra adiantiformis*), palmeira-juçara (*Euterpe edulis*), junco (*Schoenoplectus californicus*), butiá (*Butia capitata*), taboa (*Typha domingensis*) e pinheiro-brasileiro (*Araucaria angustifolia*), entre outros, como se observa no quadro abaixo.

21 Com destaque para o Posto Avançado, que visa a construir localmente as três diretrizes da RBMA: a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável e a geração e difusão do conhecimento, como no caso do Posto Avançado Maquiné (COELHO-DE-SOUZA et al., 2010).

Nome científico/ nome popular	Produtos da sociobiodiversidade	Região de manejo	Comunidades locais que praticam o manejo	Instituições envolvidas em ações e/ou pesquisas	Publicações
<i>Araucaria angustifolia</i> (Bertol.) Kuntze/ Araucária	pinhão	Planalto Sul-Rio-Grandense	agricultores familiares	PPG-Ecologia/UFRGS; DESMA/PGDR/UFRGS	Job, 2007; Silveira et al., 2007a
<i>Butia capitata</i> (Mart.) Becc./ Butiá	fibras e frutos de butiá	Litoral Norte, Médio e Sul	agricultores familiares, pescadores artesanais	CURICACA; FEPAGRO; PPG-Ecologia e PPG-Botânica/UFRGS	Lutkemeier, 2006; Schindwein et al., 2006
<i>Euterpe edulis</i> Mart./Palmeira-juçara	frutos da palmeira-juçara	Litoral Norte	agricultores familiares	Centro Ecológico; ANAMA; FEPAGRO; DESMA/PGDR/UFRGS	Favreto, 2006; Gonçalves, 2008; Mello, 1998; Saldanha, 1999; Troian, 2009; Favreto, 2010.
<i>Pyrostegia venusta</i> (Ker-Gawl.) Miers / Lianas	artesanatos de cipós	Todo o território	caingangues, agricultores familiares, quilombolas	PPG-Antropologia/UFRGS; DESMA/PGDR/UFRGS; ANAMA; CAPA	Freitas, 2006; Coelho-de-Souza, 2003
<i>Panicum prionites</i> Nees / Capim-santa-fé	construção de telhados	Planície Costeira da Metade Sul	pescadores artesanais	EMBRAPA; SEMA/RS	Godinho, 2005
<i>Rumohra adiantiformis</i> (G. Forst.) Ching / Samambaia-preta	frondes de samambaia-preta	Litoral Norte (maior ocorrência)	agricultores familiares	ANAMA; DESMA/PGDR/UFRGS; NPFT/UFSC	Coelho-de-Souza et al., 2008; Baldauf et al., 2007
<i>Schoenoplectus californicus</i> (C. A. Mey.) Soják / Junco	fibra de junco: esteiras, fibras para trançar	Planície Costeira	pescadores artesanais, agricultores familiares	ANAMA; DESMA/PGDR/UFRGS	Silveira et al., 2006 Silveira et al., 2007b
<i>Typha domingensis</i> Pers./ Taboa	fibra de taboa	Planície Costeira	agricultores familiares, pescadores artesanais	ANAMA; DESMA/PGDR/UFRGS	Silveira et al., 2010 Silveira et al., 2007b Silveira et al., 2007c

Produtos da sociobiodiversidade manejados por comunidades locais das regiões do nordeste e da Planície Costeira do Rio Grande do Sul

Fonte: COELHO-DE-SOUZA et al., 2009b.

Pesquisas realizadas com a samambaia-preta (*Rumohra adiantiformis*) comprovam que o manejo realizado pelos extrativistas não prejudica a regeneração da espécie, sendo uma atividade de interesse social, pois é praticada há mais de 30 anos por cerca de 2.000 famílias de agricultores das áreas de encosta da Floresta Ombrófila Densa, de onde provêm 50% da produção do país. Em 2006, foi instituída a Instrução Normativa que regulamenta a coleta das frondes de samambaia-preta no estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2006), caracterizadas como o primeiro produto da biodiversidade regulamentado no estado. A sustentabilidade ecológica foi comprovada a partir de metodologias que envolveram estudos etnoecológicos, fitossociológicos, estrutura

populacional e genética da samambaia-preta. No âmbito social, esse processo reconheceu os saberes e práticas tradicionais dos “samambaieiros”, no contexto da agricultura familiar, como sendo importantes para a conservação da Mata Atlântica (COELHO-DE-SOUZA et al., 2008).

A discussão estabelecida sobre o extrativismo da espécie *Rumohra adiantiformis* é a primeira experiência dialógica no Rio Grande do Sul a envolver órgão licenciador estadual, organizações não governamentais, instituições de ensino superior e extrativistas, sendo esse processo de gestão compartilhada referência para o licenciamento de produtos da biodiversidade não madeiráveis no estado (RIO GRANDE DO SUL, 2006).

A partir do aprofundamento da problemática centrada na samambaia-preta, foram levantadas outras espécies oriundas de extrativismo que, do mesmo modo, são passíveis de licenciamento, devido a seu uso difundido e ao fato de apresentarem potencial para um manejo sustentável, mas carecerem de dados para obterem seu licenciamento. Este é o caso da palmeira-juçara (*Euterpe edulis*), do junco (*Schoenoplectus californicus*), do butiá (*Butia capitata*), da taboa (*Typha domingensis*) e do pinhão (*Araucaria angustifolia*), entre outras.

No Rio Grande do Sul, a ocorrência da palmeira-juçara, também conhecida como jçara, içara, ripa do mato, ripeira, é registrada na encosta atlântica do Litoral Norte, na Depressão Central e na região do Alto Uruguai. Devido à sua interação com uma fauna diversa, ela promove a dispersão de sementes quando os animais procuram seus frutos para se alimentar. Seu uso tradicional para a produção do palmito levou a uma superexploração da espécie e à sua inclusão na lista de espécies ameaçadas de extinção (RIO GRANDE DO SUL, 2002). Atualmente, o aproveitamento de seus frutos para a produção de polpa vem se destacando como uma nova possibilidade de utilização, comprovando ser uma importante alternativa para o manejo sustentável da espécie. A coleta dos frutos não exige o corte da planta, o processamento dos frutos gera sementes viáveis e a polpa como alimento revela grande potencial de mercado. Em nível local, esta pode ser uma excelente fonte de renda para os agricultores familiares e uma via para a solução de conflitos socioambientais provocados pelo corte do palmito e pelo uso da terra (FAVRETO et al., 2010).

O butiazeiro é uma das espécies de palmeiras presentes na Lista das Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção no Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2002). A pressão causada pela urbanização, a partir da década de 1960, afetou muito a distribuição dos butiazais. Eles se encontram, atualmente, bastante reduzidos e alterados principalmente em função da ocupação agrícola e pecuária, que obstaculiza sua regeneração natural. No estado, desde a década de 1930 até meados da década de 1970, os butiazais tinham importância econômica, pois suas folhas (crina vegetal) eram extraídas e utilizadas na fabricação de colchões e de peças de estofaria e, desde tempos remotos, seus frutos vinham sendo consumidos *in natura*. Seu potencial para a geração de renda para populações das áreas costeiras do estado tem sido pesquisado. Assim, além do aprofundamento de pesquisas demográficas em diferentes regiões, estão sendo realiza-

dos estudos etnobotânicos sobre os saberes e práticas do uso dos subprodutos do butiazeiro nas comunidades locais, bem como estudos etnoecológicos para a avaliação do grau de sustentabilidade das atividades, objetivando fomentar a manutenção da espécie através do manejo (LÜTKEMEIER; BRACK, 2006). Reconhecendo a necessidade de estabelecer parâmetros para o uso e a conservação do butiazeiro, o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CERBMA) está avaliando as condições ecológicas da espécie no estado visando à implantação de um projeto-piloto de licenciamento, nos mesmos moldes do projeto que está sendo implementado para a palmeira-juçara.

Nas áreas da Planície Costeira do Rio Grande do Sul, destaca-se o extrativismo pelas comunidades locais de algumas marrecas (*Dendrocygna bicolor*, *Dendrocygna viduata*, *Netta peposaca*), da pomba-de-bando (*Zenaida auriculata*), do pombão (*Patagioenas picazzuro*) e da perdiz (*Nothura maculosa*), espécies caçadas em todo o estado há muitas décadas como caça esportiva ou de subsistência (DUARTE, 2007), além da capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*) e do ratão-do-banhado (*Myocastor coypus*). Nos ambientes de água doce, como a Bacia do Rio Tramandaí, são identificadas 120 espécies de peixes, destacando-se a traíra (*Hoplias malabaricus*), o pintado (*Pimelodus maculatus*) e o jundiá (*Rhamdia sp.*). Nos ambientes estuarinos, destaca-se a pesca do camarão-rosa (*Farfantepenaeus paulensis*), da tainha (*Mugil platanus*), da corvina (*Micro-pogonias furnieri*), do linguado (*Paralichthys orbignyanus*) e do siri-azul (*Callinectes sapidus*) (COELHO-DE-SOUZA et al, 2009b).

Nos ambientes lagunares, encontram-se também espécies vegetais utilizadas na manufatura de utensílios domésticos, tais como o junco (*Schoenoplectus californicus*) e o capim santa-fé (*Panicum prionites*). O uso do junco para a confecção de artesanato é uma atividade tradicional bastante difundida, que representa grande contribuição para a renda das comunidades. Entre as comunidades locais que utilizam esse recurso, destacam-se as agricultoras familiares samambaieiras, que vivem no interior dos vales, no entorno da Reserva Biológica da Serra Geral, em Maquiné, e os pescadores artesanais, que vivem nas áreas de restingas e florestas paludosas que separam os corpos lacustres da Planície Costeira.

As comunidades de pescadores artesanais localizadas no entorno das lagoas dependem do extrativismo do junco para a complementação de sua renda, oriunda da pesca artesanal. Segundo os pescadores, além de a renda mensal não cobrir as necessidades básicas das famílias, a pesca tem decaído nos últimos anos em consequência do uso de agrotóxicos nas plantações da região da Planície Costeira. Cabe ressaltar que, durante o verão, ocorre a desova de diversas espécies de peixes, sendo este o período de defeso da piracema e estando, portanto, proibida a atividade pesqueira (BRASIL, 2005).

Silveira et al. (2011) apontam o potencial de uso sustentável do junco, considerando que esta é uma espécie pioneira, altamente produtiva, de ampla distribuição geográfica e elevada resiliência frente à forma tradicional de coleta. Do ponto de vista da manutenção da população, os estudos do autor apontam que não há indicativo de restri-

ção quanto a seu uso. No entanto, para a regulamentação do manejo sustentado da espécie, impõe-se o monitoramento da atividade e dos processos ecológicos nela envolvidos, principalmente porque essas áreas marginais de lagos e lagoas com densa vegetação de junco e outras espécies são o “berçário” de muitas espécies da fauna aquática.

O reconhecimento do uso sustentável de produtos da sociobiodiversidade por comunidades locais, ao longo da Mata Atlântica, valida o modelo de ocupação adotado por agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais, desde o período anterior à Revolução Verde, nos remanescentes da Mata Atlântica do estado do Rio Grande do Sul. Esse modelo inclui o modo de vida de tais populações, caracterizado pela diversificação das práticas de manejo de seus territórios, entre as quais a produção para o autoconsumo, o extrativismo de produtos da biodiversidade para consumo e comercialização, a comercialização para mercados institucionais, como o PNAE, e o desenvolvimento de projetos em parcerias com ONGs e universidades.

As áreas de Mata Atlântica são reconhecidas pela humanidade como de grande valor em termos de riqueza e de endemismos biológicos, ao mesmo tempo em que são fortemente influenciadas pela sociedade circundante. A proximidade com os grandes centros urbanos traz maiores riscos de degradação ambiental, em função da possibilidade de instalação de indústrias ou de turismo desenfreado. Esses processos também colocam em cheque os valores culturais, tendendo a homogeneizar concepções e práticas de manejo dos ecossistemas. Por outro lado, a proximidade e o reconhecimento de áreas prioritárias para a conservação são fatores responsáveis por grandes investimentos internacionais em conservação, incrementando a fiscalização e controlando as opções de uso de tais áreas. Assim sendo, a gestão compartilhada tem se apresentado como o espaço de mediação onde os diferentes saberes – tradicional, científico, técnico, jurídico, governamental e não governamental – contribuem para um diálogo interinstitucional sobre o manejo de recursos naturais.

Os processos de regulamentação dos produtos da biodiversidade envolvem normas desenvolvidas no âmbito do processo de gestão compartilhada. Do ponto de vista da conservação da biodiversidade, a regulamentação estabelece critérios de monitoramento e cria mecanismos de controle da atividade, compatibilizando a atividade já praticada com os parâmetros científicos propostos para a manutenção da população da espécie manejada.

Com a regulamentação e a implantação do monitoramento, através do acompanhamento do manejo das populações, avalia-se a viabilidade do extrativismo ao longo do tempo (Baldauf, 2006). Como ressalta Garay (2001), a avaliação e o monitoramento da diversidade biológica constituem-se em atividades de caráter multidisciplinar, envolvendo objetivos sociopolíticos e econômicos fixados pela Convenção da Diversidade Biológica, em acordo com as políticas de desenvolvimento próprias dos países. No Rio Grande do Sul, as demandas de agricultores familiares, de povos e de comunidades tradicionais para manterem o manejo tradicional agrícola dos recursos da biodiversidade vêm incentivando a elaboração de uma política para o ma-

nejo de árvores e florestas nativas do estado²² do Rio Grande do Sul. Esta é pautada pelos princípios do Código Florestal Estadual, da Lei e Decreto da Mata Atlântica e da Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, onde os produtos da sociobiodiversidade têm papel central.

Ao longo da Mata Atlântica vivem várias comunidades locais, entre as quais caiçaras, pescadores artesanais, agricultores familiares e quilombolas, que têm modo de vida semelhante, incluindo a diversificação da propriedade, práticas extrativistas, contato com mercados locais e regionais e parceria com ONGs e universidades (DIEGUES, 2002; MIRANDA, 2006; NUNES, 2003; ZANONI et al., 2000). Esses exemplos constituem o modelo atual de coexistência entre a diversidade cultural e a biodiversidade na Mata Atlântica.

ETNOECOLOGIA: DIMENSÃO APLICADA

A Etnoecologia contribui com métodos para a elaboração de instrumentos de gestão da biodiversidade, tais como os planos de manejo de unidades de conservação, de zoneamento das Terras Indígenas, de planejamento do uso das áreas de Reserva Legal, de zoneamento ecológico e econômico, além de instrumentos normativos para o extrativismo de produtos da biodiversidade. Dentre esses instrumentos, destacam-se o etnomapeamento e o etnozoneamento, os quais, segundo Santilli (2011), são desenvolvidos através de processos participativos de diagnóstico e de planejamento para uso sustentável do território e dos recursos da biodiversidade.

O etnozoneamento identifica e define, conjuntamente com as comunidades locais, a localização dos recursos da biodiversidade no território, as áreas de manejo agrícola, as áreas para rotação de culturas e/ou consórcios, as áreas de fragilidade ambiental e locais sagrados. O etnozoneamento também prevê a “faixa de segurança etnoambiental”, instrumento no qual é definida uma faixa no entorno dos territórios indígenas – como as zonas de amortecimento das unidades de conservação –, sendo essa faixa estabelecida conjuntamente pela FUNAI (e órgãos competentes) e pelos povos indígenas, para assegurar a proteção das terras e sua sustentabilidade ambiental, por meio de ações de fiscalização, monitoramento e educação ambiental (Santilli, 2011).

O processo de gestão compartilhada entre atores governamentais e a sociedade civil organizada, buscando o diálogo de saberes, apresenta-se como uma ferramenta conceitual e metodológica efetiva nas ações para a gestão da biodiversidade e a valorização dos saberes e práticas das comunidades locais. Na perspectiva dos produtos da sociobiodiversidade, à medida que o extrativismo de determinado produto de uma espécie nativa é regulamentado, efetiva-se a consolidação das atividades econômicas no

22 O decreto estadual que estabelece as normas básicas para o manejo de florestas nativas do estado do Rio Grande do Sul está sendo elaborado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, com a participação do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

entorno dessa atividade. A regulamentação permite o extrativismo de forma regularizada, garantindo a sustentabilidade das populações da espécie, ao mesmo tempo em que estimula a organização da cadeia produtiva dos produtos da sociobiodiversidade.

A agrobiodiversidade e os produtos da sociobiodiversidade vêm sendo manejados por comunidades locais para a segurança alimentar e nutricional, para a elaboração de artesanatos e para a medicina, entre outros usos intimamente relacionados à cultura local. Esses produtos regionalizados, que se destinam ao autoconsumo e constituem fonte de renda, ao mesmo tempo em que contribuem para a conservação ambiental, fortalecem a identidade cultural dessas comunidades. A construção de uma identidade, a partir da categoria população tradicional, associada à produção sustentável de produtos da sociobiodiversidade, tem sido reconhecida como um processo de certificação e tem fortalecido ações voltadas ao desenvolvimento rural, como a comercialização de produtos sustentáveis e o turismo rural. No âmbito das políticas públicas, destaca-se o fortalecimento das cadeias da sociobiodiversidade. Além dos programas e ações em prol da biodiversidade, Santilli (2009) apresenta os processos de Indicação Geográfica e Registro de Bens Culturais Imateriais como instrumentos de reconhecimento e valorização dos saberes e das práticas associados à biodiversidade, os quais objetivam proteger e salvaguardar o patrimônio cultural imaterial, constituindo-se em instrumento indireto de gestão da biodiversidade.

É nesse contexto que os direitos das populações tradicionais foram incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro, estimulando, nas décadas de 1990 e 2000, o desenvolvimento de instrumentos de gestão do espaço rural, que acolhem as pautas dos agricultores familiares, dos povos indígenas e das comunidades locais que demandam seus territórios, o acesso aos recursos naturais e o reconhecimento de seus conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. A Etnoecologia contribui, dentro de uma perspectiva teórica e aplicada, para o fortalecimento da síntese socioambiental, trazendo elementos para a compreensão das transformações desses atores do espaço rural no cenário socioeconômico e político. É nesse cenário que a questão do desenvolvimento apresenta, em uma perspectiva internacional, o paradigma da sustentabilidade ambiental.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ângelo Giuseppe Chaves; SOUTO, Francisco José Bezerra. Etnoecologia ou Etnoecologias? Encarando a diversidade cultural. In: ALVES, Ângelo Giuseppe Chaves; SOUTO, Francisco José Bezerra; PERONI, Nivaldo (Org.). *Etnoecologia em perspectiva: natureza, cultura e conservação*. Recife: Nupeea, 2010. p. 17-39.

ANDERSON, Anthony B. White; POSEY, Darrell Addison. Manejo de Cerrado pelos índios Kayapó. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Botânica*, v. 2, n. 1, p. 77-98, 1985.

ANDERSON, Anthony B. White; POSEY, Darrell Addison. Reflorestamento indígena. *Ciência Hoje*, SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 6, n. 31, p. 44-50, 1987.

BALDAUF, Cristina. *Extrativismo de samambaia-preta (Rumohra adiantiformis (G. Forst) Ching) no Rio Grande do Sul: fundamentos para o manejo e monitoramento da atividade*. 2006. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BASSI, Joana Braun; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela; KUBO, Rumi Regina. Etnoecologia contemporânea e interdisciplinaridade: contribuições da antropologia ecológica de Tim Ingold. In: ENCONTRO REDE DE ESTUDOS RURAIS, 4., 2010, Curitiba. Meio Ambiente e Ruralidades: possibilidade e limites do desenvolvimento. *Anais...*, 2010.

BASSI, Joana Braun. *Viver do mato só não dá!: relações ecológicas entre pessoas, mato e paisagem em uma experiência etnográfica junto a habitantes do Confim das Águas*. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – PGDR, Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BEGOSSI, Alpina; FIGUEIREDO, José Luís Aguiar. Ethnoichthyology of southern coastal fishermen: cases from Búzios Island and Sepetiba Bay (Brazil). *Bulletin of Marine Sciences*, Miami, v. 56, p.710-717, 1995.

BERKES, Fikret; FOLKE, Carl. *Linking social and ecological systems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BERKES, Fikret. *Sacred Ecology: traditional ecological knowledge and resource management*. Philadelphia: Taylor & Francis, 1998.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa nº 44, de 27 de outubro de 2005. Fixa o período de defeso da piracema para as bacias hidrográficas e demais coleções de água dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, proibindo a pesca no período entre 1º de novembro de 2005 e 31 de janeiro de 2006. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/ambiente/legislacao/id4678.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2006.

_____. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e dá outras providências.

CAMPOS, Marcio D’Oliveira. Etnociência ou etnografia de saberes e técnicas?. In: AMOROZO, Maria Christina de Mello; MING, Lin Chau; SILVA, Sandra Maria Pereira de (Ed.). *Métodos de coleta e análise de dados em Etnobiologia, Etnoecologia e disciplinas correlatas*. Rio Claro, SP: UNESP, CNPq, 2002. p. 47-91.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Sobre pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

CLÉMENT, Daniel. The historical foundations of ethnobiology (1860-1889). *Journal of Ethnobiology*, v. 18, n. 2, p. 161-187. 1998.

COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. *Extrativismo em áreas de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul: estudo etnobiológico em Maquiné*. 2003. Tese (Doutorado em Etnobotânica) – PPG-Botânica, Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

COELHO-DE-SOUZA, Gabriela; KUBO, Rumi Regina. A perspectiva da Etnobotânica sobre o extrativismo de produtos florestais não madeiráveis e a conservação. In: KUBO, Rumi Regina; BASSI, Joana Braun; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela; ALENCAR, Néelson Leal; MEDEIROS, Patrícia Muniz de; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino (Org.). *Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia*. Recife: Núcleo de Publicações em Etnoecologia e Etnobotânica Aplicada – NUPEEA, 2006. v. 3, p. 85-100.

COELHO-DE-SOUZA, Gabriela; KUBO, Rumi Regina; MIGUEL, Lovois de Andrade (Org.). *O extrativismo da samambaia-preta no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

COELHO-DE-SOUZA, Gabriela; TAVARES, Francinei Bentes; RAMOS, Mariana Oliveira; ADOMILLI, Gianpaolo Knoller; PIEVE Stella Maris Nunes; MELLO, Ricardo Silva Pereira; KUBO, Rumi Regina. Etnobiologia, multidisciplinaridade e extensão: conflitos de uso dos recursos naturais e a etnoconservação. In: ARAÚJO, Thiago Antonio de Sousa; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino (Org.). *Encontros e desencontros na pesquisa etnobiológica e etnoecológica: os desafios do trabalho em campo*. Recife: Núcleo de Publicações em Etnoecologia e Etnobotânica Aplicada – NUPEEA, 2009a., p. 45-74.

COELHO-DE-SOUZA, Gabriela; PIEVE, Stella Maris Nunes; MELLO, Ricardo Silva Pereira; KUBO, Rumi Regina. Conservação e uso sustentável no Rio Grande do Sul: estudos e ações sobre os produtos da sociobiodiversidade. *Colóquio*, Taquara, RS, v. 7, p. 9-18, 2009b.

COELHO-DE-SOUZA, Gabriela; KUBO, Rumi Regina; FAVRETO, Rodrigo; MELLO, Ricardo Silva Pereira. Gestão compartilhada da biodiversidade na Mata Atlântica: o caso do Posto Avançado Maquiné da RBMA, RS. In: SIMPÓSIO SUL DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL, 4.; SIMPÓSIO GAÚCHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 5.; SEMANA ALTO URUGUAI DO MEIO AMBIENTE, 19.; ENCONTRO DO COLETIVO EDUCADOR DO ALTO URUGUAI GAÚCHO, 2010, Erechim. *Anais do IV Simpósio Sul de Gestão e Conservação Ambiental*. Erechim: FAPES, 2010. p. 64.

DECLARAÇÃO de Belém 1988. *Boletim da Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia*, ano 1, n. 1, jan. 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da Natureza*. São Paulo: HUCITEC, Nupaub, 2000.

_____. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos florestais da Mata Atlântica. In: SIMÕES, Luciana Lopes; LINO, Clayton Ferreira (Org.). *Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais*. São Paulo: SENAC, São Paulo Editora, 2002. p. 133-156.

DUARTE, Marcelo Maisonnette (Coord.). *Relatório Final do Programa de Pesquisa e Monitoramento de Fauna Cinegética do Rio Grande do Sul: período 2006-2007*. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, Museu de Ciências Naturais, 2007.

FAVRETO, Rodrigo; MELLO, Ricardo Silva Pereira; BAPTISTA, Luís Rios de Moura. Growth of *Euterpe edulis* Mart. (Arecaceae) under forest and agroforestry in southern Brazil. *Agroforestry Systems*, v. 80, n. 2, p. 303-313, 2010.

GARAY, Irene Ester Gonzalez. Avaliação do status da biodiversidade ao nível do ecossistema. In: GARAY, Irene Ester Gonzalez; DIAS, Bráulio Ferreira de Souza (Org.). *Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais: avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 399-411.

GÓMEZ-POMPA, Arturo. Posible papel de la vegetación secundaria en la evolución de la flora tropical. *Biotropica*, College Park, Maryland, v. 3, n. 2, p. 125-135, Dec. 1971.

HANAZAKI, Natalia. *Ecologia de caçaras: uso de recursos e dieta*. 2001. Tese (Doutorado em Ecologia Humana) – UNICAMP, Campinas, 2001.

_____. Comunidades, conservação e manejo: o papel do conhecimento ecológico local. *Biotemas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 23-47, 2003.

LÜTKEMEIER, Karin Luísa; BRACK, Paulo. Estudo demográfico sobre *Butia capitata* (Mart.) Becc. (Arecaceae) em área localizada no Morro da Grota, Parque Estadual de Itapuã. In: CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 57., ENCONTRO DE BOTÂNICOS, 13., ENCONTRO ESTADUAL DE HERBÁRIOS, 5., 2006, Gramado, RS, Sociedade Brasileira de Botânica.

MIRANDA, Tatiana Mota. *Etnobotânica de restinga em comunidades caçaras da Ilha do Cardoso (SP) e da Ilha de Santa Catarina (SC)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

NEVES, Fabrício Monteiro et al. A modernização da agricultura e os eixos temáticos. In: ALMEIDA, Jalcione (Org.). *A modernização da agricultura*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010. Unidade 2, p. 19-58.

NUNES, Márcia. *Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins/SP*. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PIEVE, Stella Maris Nunes; KUBO, Rumi Regina; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. *Pescadores artesanais da Lagoa Mirim: etnoecologia e resiliência*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

POSEY, Darrell Addison. Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, Berta Gleizer (Coord.). *Suma etnológica brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1987a. p. 15-25.

_____. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, Berta Gleizer (Coord.). *Suma etnológica brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1987b. p. 173-185.

REIS, Maurício Sedrez dos. Manejo sustentado de plantas medicinais em ecossistemas tropicais. In: DI STASI, Luiz Claudio (Org.) *Plantas medicinais: arte e ciência*. Um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo: UNESP, 1996. p. 199-210.

RESERVA da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA). Texto síntese. 2004. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_1_textosintese.asp>. Acesso em: 20 ago. 2006.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 42.099, de 31 de dezembro de 2002. Lista das Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção no Rio Grande do Sul.

_____. Secretaria do Meio Ambiente (SEMA). Instrução Normativa nº 001/2006, de 21 de novembro de 2006. Regulamenta a coleta das folhas da samambaia-preta.

_____. *Projeto Conservação da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, 2004-2009*. Porto Alegre: SEMA, 2009. Disponível em: <<http://www.sema.rs.gov.br/upload/REVISTA%20PCMARS%202004-2009.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

ROUÉ, Marie. Novas perspectivas em etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de; PINTON, Florence (Org.). *Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup, UFPA/NAEA, 1997.

SANTILLI, Juliana Ferraz da Rocha. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

_____. *Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores*. São Paulo: Peirópolis, 2009.

_____. As indicações geográficas e os produtos da agrobiodiversidade. *Revista de Direito Ambiental*, ano 15, v. 61, p. 167-193, jan./mar. 2011.

SECRETARIADO DA CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA. *Panorama da Biodiversidade Global 2*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente (MMA), Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2006.

SILVA, Vagner Gonçalves. Antropologia. Disponível em: <<http://www.fllch.usp.br/da/vagner/antropo.html>>. Acesso em: 2 jun. 2011.

SILVANO, Renato Azevedo Matias. Pesca artesanal e Etnoicictologia. In: BEGOSSI, Alpina (Org.). *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. São Paulo: HUCITEC, 2004. cap. 5, p. 185-220.

SILVEIRA, Thiago Cesar Lima. *Impacto do corte das macrófitas aquáticas Schoenoplectus californicus e Typha domingensis sobre a fauna de macroinvertebrados: subsídios para o extrativismo sustentável*. 2007. Dissertação (Mestrado em Biologia Animal), Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SILVEIRA, Thiago Cesar Lima; BASSI, Joana Braun; RAMOS, Cristófer; TERME, Carolina Michelon; FUHR, Guilherme; KUBO, Rumi Regina; RODRIGUES, Gilberto Gonçalves; Mello, Ricardo Silva Pereira; COELHO-DE-SOUSA, Gabriela; IRGANG, Bruno Edgar. *Schoenoplectus californicus – Junco*. In: CORADIN, Lídio; SIMINSKI, Alexandre; REIS, Ademir (Org.). *Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: plantas para o futuro – Região Sul*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2011, p. 282-290.

SOS Mata Atlântica. *Atlas da evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados no domínio da Mata Atlântica no período 1990-1995*. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, INPE, 1998.

_____. *Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica. Período 2008-2010*. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, INPE, 2010.

TOLEDO, Victor Manuel. Indigenous peoples and biodiversity. In: LEVIN, Simon A. et al. (Org.). *Encyclopedia of Biodiversity*. New York: Academic Press, 2003.

UNESCO. *O Programa O Homem e a Biosfera (MaB)*. 1971. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/natural-sciences/biodiversity/mab-programme-in-brazil/>>. Acesso em: 20 ago. 2006.

WATSON, Robert T.; HEYWOOD, Vernon Hilton. *Global biodiversity assessment*. United Nations Environment Programme. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

ZANONI, Magda M.; FERREIRA, Angela Duarte; MIGUEL, Lovois de Andrade; FLORIANI, Dimas; CANALI, Naldy; RAYANAUT, Claude. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Universidade Federal do Paraná, n. 2, p. 39-55, jul./dez. 2000.

Cléia Margarete Macedo da Costa Tonin²³, Luis Aquiles Martins Medeiros²⁴
e João Daniel Dorneles Ramos²⁵

INTRODUÇÃO

A temática Educação do Campo figura neste livro como resultado do desenvolvimento da disciplina **Tópicos Especiais**: – DERAD 025, oferecida no Curso de Graduação Tecnológica na modalidade a distância Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural – PLAGEDER, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aqui, abordamos a Educação do Campo, suas concepções e relações com o contexto histórico e social, bem como as experiências dos movimentos sociais populares do campo, além das políticas públicas implementadas e experiências alternativas que visam ao desenvolvimento de uma educação de qualidade *no* e *do* campo, articulada com a cultura, com os valores e com as lutas do campo.

Em um primeiro momento, tratamos da *Educação do Campo: aspectos históricos, concepções e diretrizes*, onde apresentamos e discutimos os aspectos do processo histórico que constituiu a Educação do Campo, seus componentes sociais, políticos e culturais, as concepções e movimentos sociais que permearam e construíram esse processo, os aspectos legais e as diretrizes que orientam e fundamentam a implementação das políticas públicas para uma Educação Básica do Campo.

Em um segundo momento, intitulado *Educação do Campo e os Centros Familiares de Formação por Alternância*, apresentamos a Pedagogia da Alternância, a partir das experiências das Casas Familiares Rurais, das Escolas Famílias Agrícolas e dos Centros de Formação por Alternância, como propostas alternativas para a Educação do Campo na busca da qualidade da educação, da sustentabilidade e do desenvolvimento do campo.

Por último, abordamos a *Educação Menor, Educação do Campo e Desenvolvimento*, onde estudamos, com base em autores como Sílvio Gallo, Gilles Deleuze e Arturo Escobar, a relação entre a noção de educação menor e as concepções de educação do

23 Pedagoga; mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria; Professora do Instituto Federal Farroupilha, Campus São Vicente do Sul; Professora do PLAGEDER.

24 Agrônomo; mestre e doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Santa Maria; Professor do Instituto Federal Farroupilha, Campus São Vicente do Sul; Professor do PLAGEDER.

25 Sociólogo; mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; doutorando em Antropologia Social pelo PPGAS da UFRGS; Tutor a Distância do PLAGEDER.

campo, bem como suas implicações no processo de construção de discurso sobre o desenvolvimento sustentável.

Sabemos que este espaço seria insuficiente para abrigar todas as discussões e reflexões sobre a Educação do Campo, mas procuramos circunscrever-nos a um recorte que possibilite aos alunos do PLAGEDER uma identificação e sistematização coerente dos assuntos estudados ao longo da disciplina **Tópicos Especiais**.

Esperamos estar contribuindo para o debate sobre a educação *dos e pelos* povos do campo, rumando para o desenvolvimento de um projeto de sociedade sustentável e democrática.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEPÇÕES E DIRETRIZES

Breve histórico e legislação da educação do Campo

A forma como foi feita a colonização das terras brasileiras e, mais, a evolução da distribuição do solo, a estratificação social, aliados a modelos importados de cultura letrada, condicionaram a evolução da educação escolar brasileira (ROMANELLI, 1991).

Historicamente, a evolução da educação brasileira sempre esteve atrelada a um modelo escravocrata, onde as desigualdades econômicas e sociais geraram um forte preconceito em relação aos povos que vivem e trabalham no campo, raiz de uma grande dívida social em relação à educação e à vida desses trabalhadores.

Constata-se, no entanto, que, mesmo diante da complexidade do modelo existente, a sociedade organizada do campo vem incentivando movimentos que buscam superar a lógica da exploração, apontando suas necessidades e exigindo ações do Estado para a implantação de políticas públicas que respeitem os modos de vida e as diversidades dos povos do campo.

Desde a década de 1930, com o movimento dos pioneiros da educação, buscava-se uma educação para todos, uma vez que não havia proposta que atendesse às demandas dos trabalhadores do campo. Já na década de 1960, alguns movimentos sociais buscavam um sistema de ensino para o campo baseado na concepção da educação como elemento de pertencimento social e cultural. Porém, tais movimentos foram suplantados pela lógica de uma sociedade autocrática que se instaurava no país com a ditadura militar.

É a partir dos anos 1980 que a educação do campo começa a se instituir como luta efetiva dos povos do campo, no momento em que ocorrem os movimentos de redemocratização do país, quando organizações da sociedade civil – principalmente da educação popular – incluem na pauta das reivindicações uma educação que considera as diversidades culturais, as necessidades dos trabalhadores do campo e seus direitos sociais.

As ações de movimentos como o Movimento de Educação de Base (MEB/1961), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG/1963), a

Comissão Pastoral da Terra (CPT/1975), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/1979) foram fundamentais para a mobilização por uma educação pública para o campo, e que respeitasse os direitos e as peculiaridades desses sujeitos sociais. Também contribuíram para a organização da educação do campo outras iniciativas, quais sejam, as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), as Casas Familiares Rurais (CFRs) e os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFAs), que surgiram no Brasil nos anos 1960, inspiradas em modelos franceses, e que apontaram a Pedagogia da Alternância como uma proposta de educação de qualidade a ser desenvolvida no campo.

A partir desses movimentos, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) consolidou o compromisso do Estado em promover uma educação para todos, conforme reza o artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Com base na Constituição de 1988, o Brasil instituiu políticas de direitos educacionais bastante significativas, como a Nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996b), os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Plano Nacional da Educação (BRASIL, 2001). Esses documentos e a nova legislação contribuíram para a elaboração e a implementação de reformas educacionais que possibilitaram novas políticas para a educação. Pois as populações organizadas do campo conseguem, a partir dos anos 1990, colocar na pauta da esfera pública a questão da educação do campo como questão de interesse nacional e fazer-se ouvir como sujeitos de direito.

A nova LDBEN regulamenta o ensino escolar, amplia sua abrangência, considerando que a educação está relacionada ao mundo do trabalho e que a prática escolar deve ser determinada por sua adequação às peculiaridades da vida rural, legitimando a educação do campo:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Isso permite uma adaptação da educação básica às peculiaridades da zona rural e de cada região e às condições climáticas e a adequação à natureza do trabalho dos

povos do campo, de acordo com uma proposta com conteúdos curriculares e metodologia apropriada a seus interesses e necessidades.

Nesse contexto, o conceito de povos do campo, e outros a ele associados, tais como cultura, modo de vida, relações com o trabalho e a produção, tempo, espaço e ambiente, passam a ser relevantes nas discussões nacionais. Vários movimentos e eventos contribuíram para aprofundar as discussões sobre a educação do campo, bem como para ensinar a institucionalização de políticas públicas para a educação do campo:

- ▶ 1997: realizou-se o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o apoio da UNESCO, da UNICEF, da CNBB e da UnB;
- ▶ 1998: foi criada a Articulação Nacional por uma Educação do Campo, composta por membros da UNICEF, da UNESCO, da CNBB (CPT, CIMI, MEB), do MST (ITERRA) e da UnB (GTRA), que teve como objetivo de mobilizar os povos do campo para a construção de políticas públicas de educação e de contribuir para a reflexão político-pedagógica, com base nas práticas já existentes. Essa entidade supraorganizacional promoveu a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo;
- ▶ 1998: também foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que tem por objetivo a escolarização formal para trabalhadores rurais assentados, em rede de universidades públicas e escolas técnicas, movimentos sociais e sindicais, Secretarias de Educação, em todos os estados da Federação;
- ▶ 2002: foram instituídas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), que apresentam um processo inovador de construção de política pública na relação com a sociedade civil organizada e com os povos organizados do campo;
- ▶ 2003: foi criado o Grupo Permanente de Trabalho (GPT) de Educação do Campo no MEC, contemplando os povos do campo: pequenos agricultores, sem-terra, povos da floresta, pescadores, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, assalariados rurais;
- ▶ 2004: foi criada, no Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), com quatro Departamentos: Educação de Jovens e Adultos, Desenvolvimento e Articulação Institucional, Avaliação e Informações Educacionais e Educação para a Diversidade e Cidadania, e cinco Coordenações: Ações Educacionais Complementares, Diversidade e Inclusão Social, Educação Ambiental, Educação do Campo e Educação Indígena;

- ▶ 2004: foi aprovado, com a participação dos movimentos sociais, o II Plano Nacional de Reforma Agrária, onde são propostas novas políticas públicas para viabilizar o desenvolvimento dos assentamentos, dando-se prioridade a ações de educação e de formação;
- ▶ 2005: realizou-se o I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, promovido pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de ampliar e de aprofundar as reflexões sobre a educação do campo, com base em pesquisas e intervenções nas universidades e em outros fóruns (agências de financiamento, organizações não governamentais), e de criar centros regionais de pesquisa. Nesse encontro, refletiu-se sobre a identidade dos pesquisadores, buscando a aproximação entre pesquisadores das universidades públicas e pesquisadores provenientes da militância nos movimentos sociais do campo e a vinculação entre docência, pesquisa, militância e intervenção;
- ▶ 2007: foi criado pelo MEC/SECADI o PROCAMPO – Licenciatura em Educação do Campo, através da instauração de cursos regulares nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, para professores em exercício e educadores em experiências alternativas em Educação do Campo, contemplando formação por áreas de conhecimento, formação em alternância, de acordo com a realidade social e cultural específica das populações do campo;
- ▶ 2007: realizou-se o III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA;
- ▶ 2008: realizou-se o II Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação do Campo, na Universidade de Brasília/UnB;
- ▶ 2010: realizou-se o III Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação do Campo, também na Universidade de Brasília/UnB.
- ▶ De 2008 até os dias atuais, foram implementadas, a partir das políticas públicas, muitas outras ações, tais como o PROJovem DO CAMPO/ Saberes da Terra, a continuidade de Programas como o PROCAMPO e a Rede de Educação para a Diversidade, grupo permanente de instituições públicas de ensino superior dedicado à formação continuada de profissionais da educação, que tem como objetivo disseminar e desenvolver metodologias educacionais para a inserção dos temas da diversidade no cotidiano das salas de aula. Essa rede abrange cursos de formação continuada para professores da rede pública da educação básica em oito áreas da diversidade: relações étnico-raciais, gênero e diversidade, formação de tutores, jovens e adultos, educação do campo, educação integral e integrada, educação ambiental e diversidade e cidadania.

Da mesma forma, o programa Escola Ativa do MEC/SECADI busca melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo. Entre suas principais estratégias, está a implantação nas escolas de recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e a capacitação de professores.

Quanto aos aspectos legais, verifica-se que somente com a Constituição de 1988 a legislação brasileira passou a contemplar as especificidades das populações do campo. A LDB (BRASIL, 1996b) reforça o reconhecimento dessas peculiaridades:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

[...]

§ 2º. O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

A Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996 (BRASIL, 1996a), instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que, com sua implantação a partir de 1998, garantiu o financiamento da educação no Ensino Fundamental. Foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020, a fim de garantir a obtenção de recursos para toda a educação básica e contribuir, assim, para a universalização do acesso ao ensino.

Entre os objetivos do Plano Nacional de Educação de 2001 (BRASIL, 2001), relativos à educação do campo, consta:

A escola rural requer um tratamento diferenciado, pois a oferta de ensino fundamental precisa chegar a todos os recantos do País e a ampliação da oferta de quatro séries regulares em substituição às classes isoladas unidocentes é meta a ser perseguida, consideradas as peculiaridades regionais e a sazonalidade.

As Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), representam um marco histórico e estabelecem orientações para o projeto pedagógico das escolas do campo, respeitando sua diversidade e visando à construção de sua identidade:

Art. 2º. Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena

na, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal.

Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

A Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 (BRASIL, 2008), estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Ela regulamenta o oferecimento de todas as etapas da Educação Básica nas escolas do campo e a formação de professores, demonstrando o avanço das políticas públicas para as populações do campo.

A mobilização pela organização da Conferência Nacional de Educação – CONAE assegura e consolida, desde 2008, uma política nacional para a educação do campo, ampliando a oferta e o financiamento, a permanência, a manutenção e a ampliação das escolas no campo.

A atual proposta do Plano Nacional de Educação, Projeto de Lei nº 8035/2010 (BRASIL, 2010b), que tramita no Congresso Nacional, também propõe metas e ações para a consolidação da política nacional para a educação do campo.

O Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 (BRASIL, 2010a), dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, destacando em seu artigo 1º:

A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

Todo o arcabouço legal que se constituiu ao longo das décadas vem contribuindo para a efetivação de políticas públicas que garantam a inclusão social de todas as pessoas na sociedade. Também os movimentos sociais da sociedade se organizam em torno do desafio que representa a institucionalização da educação no espaço rural como movimento pedagógico centrado nos sujeitos do campo e como projeto de sociedade sustentável.

Concepções da Educação do Campo

A Educação do Campo nasceu posicionando-se contra a lógica econômica que exclui as famílias dos trabalhadores de suas terras e que desconsidera os interesses e as especificidades dos trabalhadores do campo nas políticas públicas para o setor agrícola. Um projeto de nação deve incluir os povos do campo como sujeitos concretos em seus processos de produção, de trabalho, de cultura, de educação e afirmar as lógicas de produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades e formas.

Existe uma especificidade e uma diversidade dos povos do campo que precisa ser reconhecida e garantida no processo de universalização do direito à educação, para que esta constitua uma síntese dessa diversidade.

A educação do campo deve estar vinculada ao mundo do trabalho, à cultura, ao modo de produção, à luta pela terra, ao projeto de desenvolvimento do campo. Os processos educativos acontecem fundamentalmente no movimento social, nas lutas, no trabalho, na produção, na família e na vivência cotidiana.

Em relação à educação do campo, cabe ressaltar que a concepção de educação que vem sendo adotada pela cultura dominante e elitista não tem favorecido satisfatoriamente, ao longo da história, a identidade, a cultura e as necessidades humanas e sociais dos povos do campo.

Partindo desse princípio, constata-se que a expressão *educação rural* está relacionada a uma postura presente na concepção positivista, mercadológica, competitiva, capitalista, na qual a política educacional contempla uma formação pragmática, que transforma a força do trabalho humano em objeto e desumaniza o sujeito.

A expressão *educação rural* foi empregada na época do Governo Vargas para diferenciar a educação implementada no espaço rural daquela implementada no espaço urbano. Naquela época, as práticas educativas desenvolvidas no Brasil levavam em conta apenas as características do espaço urbano. O rural representava o espaço das políticas compensatórias, a relação homem/natureza caracterizava-se como exploratória, o lugar em que projetos econômicos e políticos da cultura capitalista se instauravam, sendo, assim, o lugar da exclusão social e da expropriação realizada por uns em detrimento de outros.

Como aponta Candau (2002), o desafio de tentar definir um conceito de educação do campo pressupõe uma postura político-pedagógica crítica, dialética, dialógica, que requer uma formação “técnica e política” de sujeitos politicamente conscientes, detentores de uma visão humanizadora, segundo a qual a valorização do sujeito se dá através de sua identidade cultural e o trabalho é compreendido como algo que dignifica o homem enquanto sujeito histórico.

A discussão sobre o perfil de escola do campo deve, portanto, abordar, não uma educação *para* os sujeitos do campo, mas, sim, uma educação *com* os sujeitos do campo. Lembram Molina e Jesus (2004) que a educação do campo, como novo paradigma, está sendo construída por diversos grupos sociais e por universidades, rompendo com o paradigma rural cuja referência é a do produtivismo, ou seja, o campo como lugar da produção de mercadorias, e não como espaço de vida, como lugar da dialetização da cultura, do saber e da formação de identidades.

A luta pelo direito universal à educação, ou seja, a luta para que todos tenham seu desenvolvimento pleno como direito humano e a cidadania como direito social, remete à compreensão da educação *do campo* e *no campo* segundo o conceito de Caldart e Benjamin (2000):

[...] uma educação que seja *no* e *do* campo. *No*: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive. *Do*: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais (p. 10).

[...] Trata-se de uma educação *dos* e não *para os* sujeitos do campo (p. 19).

Trata-se, pois, de pensar uma educação popular *dos*, e **não** *para os* sujeitos do campo, construída *com os* sujeitos do campo, e que esteja incluída num projeto de educação e de país. Por isso, o debate sobre a educação do campo está incluído em um debate geral sobre a educação. É o que pondera Arroyo (2004):

A identidade da escola do campo é definida pela vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes [...] e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país (p. 106).

As políticas públicas devem contemplar o reconhecimento da legitimidade dos sujeitos do campo como produtores de conhecimento, de cultura e de educação e contribuir para a construção de novas alternativas para o desenvolvimento do campo, constituindo importante estratégia para o projeto de sociedade democrática e sustentável que se almeja. O mesmo autor propõe:

As políticas de educação e de formação se debaterão com duas tarefas: de um lado, superar os velhos estilos e as velhas lógicas ainda dominantes na visão e no trato dos povos do campo e, de outro lado, criar novos estilos embasados em novas lógicas e em novas imagens dos direitos dos povos do campo. Políticas atreladas a um outro Projeto de Campo no Projeto de Nação (p. 98).

A sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política e cultural e os conceitos relacionados à diversidade devem ser levados em consideração pela educação do campo, pois pressupõem novas relações entre as pessoas e a natureza e entre os seres humanos e os demais seres dos ecossistemas.

Assim, o projeto pedagógico das escolas do campo não pode estar desarticulado de um projeto de sociedade, pois, hoje, conforme as Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002), a educação do campo deve voltar-se para o mundo do trabalho e para o “desenvolvimento socioeconômico justo e economicamente sustentável”. Isso implica, porém, pensar em um currículo que dê conta dessas características.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E OS CENTROS FAMILIARES DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA

Os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) são constituídos, por similaridade de atuação, pelas Casas Familiares Rurais (CFRs) e pelas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs). Ambas são instituições que se propõem a desenvolver o ensino escolar por meio de uma metodologia de organização que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos (TEIXEIRA; BERNARTT; TRINDADE, 2008).

As CFRs, originadas na França, em 1935, adotam a pedagogia da alternância, que implica, em princípio, alternar a permanência dos jovens por uma semana na CFR e por duas semanas na propriedade rural, junto à família e à comunidade. As EFAs, que são uma adaptação italiana da metodologia francesa, também trabalham com a alternância, porém com alguma diferença no sistema adotado (FANCK, 2007).

A prática educativa das CFRs procura direcionar sua formação mais para o trabalho agrícola, preparando filhos de trabalhadores rurais para a permanência no campo, sem deixar de atender suas necessidades quanto à formação escolar. As EFAs, por terem surgido em outro contexto e terem sido pensadas a partir de outra realidade, direcionam sua prática educativa prioritariamente para a formação escolar, sem deixar de focar o trabalho agrícola, conforme expõem Laval, Pineau e Lambert, citados por Fanck (2007).

No entanto, apesar dessa importante distinção, verificam-se, além da alternância, muitos outros pontos de aproximação entre o trabalho desenvolvido por uma e outra instituição. Um ponto relevante, nesse sentido, é a relação que existe entre a CFR ou a EFA, a família e a comunidade em que o jovem está inserido, e que se dá por meio da alternância. Existe, por outro lado, uma participação marcante da Igreja naquelas instituições, desde o início de sua organização.

A história registrada em todos os estudos sobre o surgimento dos CEFFAs relata a iniciativa de um pequeno grupo de agricultores, juntamente com um padre católico de uma comunidade rural do sudoeste da França, e a situação de um jovem de 14 anos, filho de um desses agricultores, que se recusava a frequentar a escola regular. Alegava o jovem que a escola em nada contribuía para o trabalho na propriedade e que aquilo que se ensinava estava desconectado da realidade dos agricultores, pois não ajudava a resolver seus problemas. O pai, atento, e sabendo da importância do estudo, mas também da necessidade do trabalho do jovem na propriedade, naquele momento – período do pós-guerra –, reuniu-se com o padre e com outros pais para discutir e propor uma solução para a situação. Seria necessária uma escola diferente, que proporcionasse aos jovens a formação escolar e, ao mesmo tempo, contribuísse para o trabalho na propriedade rural.

Outro aspecto importante dos CEFFAs é o fato de que a participação dos pais, ou da família, vai além do encaminhamento dos jovens para a formação, pois há, de fato, um envolvimento efetivo e fundamental em todas as etapas do processo, desde a organização da turma de jovens até a administração do CEFFA, através de uma associação.

As primeiras experiências de formação por alternância no Brasil iniciaram em 1968, no município de Anchieta, estado do Espírito Santo. Por ter sido trazida da Itália, onde predominavam as EFAs, a formação por alternância brasileira deu-se inicialmente segundo esse modelo, difundindo-se, a partir daí, para outras cidades do mesmo estado (FANCK, 2007).

A alternância das CFRs chegou ao Brasil alguns anos mais tarde, durante a década de 1980. Diferentemente das EFAs, a formação desenvolvida pelas CFRs na região Nordeste do Brasil teve um período curto de duração, encontrando, no entanto, espaço para desenvolver-se na região Sul. Em 1987, o movimento das CFRs iniciou no Paraná, nos municípios de Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, e, em 1991, tiveram início as atividades de alternância das CFRs nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (BARRIONUEVO, 2005, p. 24).

O processo educativo por meio da alternância, em uma abordagem simplificada, consiste em alternar períodos que os jovens passam nos CEFFAs com períodos em que estão em sua comunidade, junto à família, na propriedade. O período que passam no CEFFA visa a proporcionar-lhe a aquisição de conhecimentos para a vida profissional e para a formação geral, ao passo que, no período em que convivem com a família, buscam aplicar os conhecimentos adquiridos na etapa anterior, uma vez que são filhos de agricultores e também estão envolvidos com a produção agropecuária.

Uma análise mais acurada permite verificar que a alternância apresenta três momentos distintos. O primeiro consiste no processo de observação que ocorre na propriedade, quando o jovem pesquisa a realidade e discute com a família o que observou, levantando possíveis problemas e registrando a experiência. O segundo momento, denominado em alguns CEFFAs de “colocação em comum”, ocorre no CEFFA com a orientação dos monitores e a participação dos demais jovens educandos, e consiste em uma reflexão sobre a realidade observada por cada um, em cada família e cada propriedade. A partir dessa reflexão, são planejados os conteúdos das aulas teóricas e das demais atividades da turma. O terceiro momento é o da aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, o momento em que a reflexão sobre o que foi observado e discutido resulta em uma mudança na forma de pensar e de agir, na tentativa de interferir na realidade da propriedade e da comunidade em que a família está inserida (RIBEIRO, 2008).

De acordo com Andrade (2003), a viabilização da proposta pedagógica da formação em alternância é sustentada por diversos instrumentos ou ferramentas metodológicos, que auxiliam no processo de articulação entre os tempos e os espaços percorridos pelos jovens durante sua formação. Destacam-se, entre tais instrumentos, o Plano de Estudo (PE), a Folha de Observação (FO), o Caderno da Realidade (CR), as Visitas e Viagens de Estudos (VVE), as Visitas às Famílias (VF), os Estágios (somente nas EFAs), as Atividades de Retorno (AR) e os Serões.

O Plano de Estudo, conforme expõe Andrade, permite manter a relação entre a vida familiar do jovem e o CEFFA, estimulando a reflexão-ação. É elaborado com

base em um tema gerador definido previamente e em conjunto pelo jovem e pelo monitor, nos momentos de reflexão sobre a realidade observada. Constitui-se de perguntas relacionadas ao meio em que o jovem está inserido, à situação familiar, às práticas e sistemas de produção da propriedade, a situações organizacionais e problemas da comunidade e a questões ambientais, entre outras. Permite, além disso, conduzir à compreensão do significado dos conteúdos, bem como ao redirecionamento do conjunto destes, se for o caso. A estrutura do PE inclui as seguintes etapas:

- (i) Motivação – busca estimular a curiosidade e ligar o tema à sua realidade;
- (ii) Fato concreto – constitui o ponto de partida e o objetivo ou a referência a ser trabalhada;
- (iii) Análise – efetua o diagnóstico e a compreensão dos fatores envolvidos;
- (iv) Comparação – estabelece um confronto entre dois ou mais fatos e duas ou mais ideias;
- (v) Reflexão – constrói uma visão crítica, visando à tomada de consciência da relação individual e do meio;
- (vi) Ideia geral – sintetiza a percepção de que as coisas existem e eu posso interferir, ou seja, a percepção real da situação.

O instrumento pedagógico Caderno da Realidade consiste na sistematização dos resultados obtidos na aplicação do Plano de Estudos. Expressa a realidade vivenciada pelo jovem e representa o resultado da interação família/escola no processo de aprendizagem.

A Folha de Observação constitui um instrumento em que são formulados questionamentos pelos jovens em conjunto com os monitores, com o objetivo de auxiliar na compreensão dos aspectos técnicos do curso. Ela contribui para que o jovem estabeleça a relação entre os conhecimentos adquiridos e a realidade do sistema produtivo desenvolvido na propriedade. Assim como o PE, a FO segue etapas predeterminadas, com o intuito de conduzir a organização dos registros: (i) hipótese; (ii) experiência; (iii) análise; (iv) comparação; (v) interpretação; e (vi) generalização.

Os Serões são ferramentas pedagógicas organizadas em períodos noturnos, quando o jovem se encontra no CEFFA, e compreende uma série de atividades, que vão desde o debate de questões curriculares surgidas no dia a dia até a apresentação de outras temáticas elaboradas pelos monitores ou por pessoas convidadas. As atividades dos Serões propiciam aos educandos maior abertura na análise dos diversos temas estudados.

As Visitas e Viagens de Estudos são procedimentos pedagógicos que viabilizam a confrontação com outras realidades, verificando-se nesse processo também uma ampliação em relação ao horizonte do conhecimento adquirido. Os educandos têm a oportunidade de conhecer estruturas e instituições que desenvolvem atividades produtivas, atividades de pesquisa, ensino e cooperação, entre outras. Os registros de tais atividades são feitos por meio de relatórios de cada visita e devem fazer parte do Caderno da Realidade.

As Visitas às Famílias representam mais um instrumento metodológico utilizado na formação em alternância. Elas são realizadas pelo monitor do CEFFA num dos períodos em que o jovem se encontra no convívio familiar. Permitem o compar-

tilhamento da responsabilidade pela formação do jovem e uma compreensão mais aprofundada da relação escola/família/comunidade.

Nos CEFFAs em que o encerramento do curso se concretiza com a concessão de um certificado de conclusão de curso técnico profissionalizante, como no caso das EFAs, exige-se ainda a realização de um Estágio, que consiste em um estudo mais elaborado sobre uma vivência, com maior aprofundamento técnico-científico. Nas CFRs, a conclusão do curso se dá com a apresentação do Projeto Profissional de Vida do jovem, proposto e implementado durante o período de sua formação na propriedade da família.

As experiências em formação por meio da pedagogia da alternância que têm sido relatadas, assim como ocorreu na França já em 1935, surgem sempre da necessidade de atendimento alternativo frente à escola regular. São experiências de comunidades geralmente constituídas de agricultores familiares que sofrem com o êxodo rural, nas quais o ensino formal não contribui para o desenvolvimento e tampouco para o retorno dos jovens à propriedade, propiciando a continuidade de suas atividades graças à possibilidade de geração de renda. Da mesma forma, a organização de tais experiências ainda depende muito da capacidade de mobilização das famílias, das comunidades e das associações na busca e na formalização de parcerias. No entanto, em todas as situações em que esses esforços têm logrado êxito, é sensível a mudança na realidade da vida dos jovens, de suas famílias e da comunidade. A formação integral proporcionada a todos os envolvidos nesse processo reflete-se na melhoria da qualidade de vida das famílias, alcançada pelo aumento da eficiência produtiva das propriedades, pela ampliação da diversificação das atividades, pelo incremento da capacidade de planejar, investir e administrar o sistema produtivo. Além disso, não é rara a formação de lideranças, a qual, somada à mobilização das famílias e, por vezes, de comunidades em torno do objetivo de viver bem permanecendo no campo, acaba por proporcionar exemplos de desenvolvimento rural a serem seguidos.

A EDUCAÇÃO MENOR, A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O DESENVOLVIMENTO RURAL

Durante a primeira edição da disciplina **Tópicos Especiais** – DERAD 025, tivemos a oportunidade de conjugar algumas concepções teóricas acerca da educação menor com a questão da educação do campo. Por isso, esta parte do terceiro capítulo abordará as implicações da educação menor e complementará o entendimento acerca do desenvolvimento rural com a compreensão do discurso de desenvolvimento, buscando demonstrar como a educação menor, pensada em um âmbito de entrelaçamento com a educação do campo, pode contribuir para se apreender e, sobretudo, se questionar o desenvolvimento considerado como um discurso.

A discussão sobre uma educação menor foi suscitada por Sívio Gallo, em sua obra *Deleuze e a Educação* (2003), partindo da noção de “literatura menor”, proposta por Gilles Deleuze e Félix Guattari, quando esses dois filósofos pensam a obra de

Franz Kafka. Gallo explica o sentido de uma “educação menor” através da percepção de possíveis contribuições da filosofia de Deleuze para a educação. Embora o autor francês não tenha publicado qualquer trabalho dedicado especificamente à educação, seus escritos, em parceria tanto com Félix Guattari quanto com Michel Foucault, trazem muitas contribuições que nos auxiliam a pensar esse tema.

Deleuze, nascido em 1925 e falecido em 1995, foi um filósofo francês, amigo e contemporâneo de Foucault e de Guattari. Entre seus mais importantes escritos, figuram *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* e *O Anti-Édipo*. Também publicou *Kafka: por uma literatura menor*, obra aqui pensada por Gallo para criar a noção de educação menor. Essas três obras, Deleuze as escreveu em parceria com Guattari.

Para Deleuze, a filosofia, assim como outras disciplinas, tem como função criar conceitos, mas não para transformar esses conceitos em verdades. O conceito é algo que é produzido e que produz a partir de determinadas condições. É, pois, entendido ao mesmo tempo enquanto produto e produtor. Alguns exemplos de criação de conceitos são apresentados ao longo da explicação desenvolvida por Gallo. É o caso da utilização do conceito de *desterritorialização*, para se pensar e se colocar em ação a educação.

Como se diz em um diálogo entre Deleuze e Foucault²⁶, a teoria opera enquanto *caixa de ferramentas*; ou seja, a criação de conceitos pode ser um exercício prático, na medida em que esses conceitos forem funcionais. Podemos lembrar que, quando precisamos de determinada ferramenta para consertar algo, usamos para tanto uma ferramenta certa ou adequada. Da mesma forma, a teoria deve ser pensada enquanto algo que explique e, ao mesmo tempo, entre em relação com aquilo que ela busca explicar. Não se trata simplesmente de encaixar a teoria em uma prática, ou vice-versa, ou de aceitar uma teoria como sendo universal, assim como não usamos chave de fenda para cravar um prego. O que está em jogo aqui é o exercício de outra relação entre teoria e prática, em que a segunda perfura a parede que a primeira estabelece, e em que esta, por sua vez, multiplica e se multiplica.

Educação Menor

Gallo inicia a parte dedicada à educação menor trazendo algumas contribuições de um autor italiano, Antonio Negri, pensando na diferença que esse autor estabelece entre “professor militante” e “professor profeta”. Para Negri, “o professor militante seria aquele que, vivendo com os alunos o nível de miséria que esses alunos vivem, poderia, de dentro desse nível de miséria, de dentro dessas possibilidades, buscar construir coletivamente” (GALLO, 2003, p. 61). A proposta de Negri não leva a pensar a miséria enquanto carência, e sim, enquanto possibilidade de criar, nesse sistema educativo, espaços de libertação. Esse processo pode ser observado como uma luta cotidiana;

26 Indico a leitura de “Os intelectuais e o Poder”, de 1972, disponível em: <www.4shared.com/document/RfTN7_1-/Foucault__Deleuze_-_Os_Intelec.htm>. Acesso em: 6 jun. 2011. Ou na coleção Ditos e Escritos IV (MOTTA, 2006).

deve ocorrer nas relações que o professor ou a professora trava com seus/suas colegas no ambiente de trabalho, em seu ambiente social e na luta sindical, por exemplo. A luta com que o autor identifica a prática do(a) educador(a) é pensada como ativismo, como um deslocamento teórico e prático, que tem por base a *construção coletiva* da educação, processo constante de ensino e aprendizado.

Já o “professor profeta” é aquele que anuncia as possibilidades, que mostra um novo mundo e que, vislumbrando a possibilidade de um novo mundo, faz a crítica do presente. Se o professor profeta é alguém que age individualmente para mobilizar multidões, o professor militante é aquele que age coletivamente, “para tocar cada um dos indivíduos” (GALLO, 2003, p. 60-61).

Mas Gallo vai além ao abordar essa questão e essas diferenças entre as práticas professorais e propõe, como prática para a ação de um(a) professor(a) militante, o deslocamento, operando com a noção de educação menor. Para tanto, o autor apresenta alguns conceitos criados por Deleuze e Guattari sobre a obra de Franz Kafka, que eles consideram como “literatura menor”.

Realizar o deslocamento conceitual e operar a noção de educação menor funciona como um dispositivo para se pensar a educação como um processo comprometido com as transformações *in statu quo*, desde que essa educação esteja comprometida com a singularização e comprometida com os valores libertários. A proposta de Deleuze e Guattari quanto ao que denominam de literatura menor naquilo que Kafka fazia é que “uma literatura menor não é uma língua menor, mas, antes, a que uma minoria faz em uma língua maior”. Com o exemplo de Kafka – um judeu tcheco que escrevia em alemão por causa da ocupação alemã em sua região –, os filósofos explicam que o que Kafka faz é “subverter uma língua, fazer com que ela seja o veículo de desagregação dela própria” (GALLO, 2003, p. 62).

A partir de algumas características que os autores destacam para discorrer sobre a literatura menor de Kafka, Gallo serve-se do mesmo procedimento para compreender como opera uma educação menor.

“escrever como um cão que faz seu buraco, um rato que faz sua toca...” A educação menor como máquina de resistência...

Para se compreender por que uma educação é considerada menor, mas não mínima, nem “local”, é preciso entender o seguinte raciocínio. Se uma educação maior é aquela estabelecida pelos planos nacionais, aquela instituída e que quer instituir-se, fazer-se presente, aquela dos grandes mapas e projetos unificadores, aquela, enfim, produzida por uma macropolítica nos gabinetes estatais e expressa nos documentos legais e institucionais, então a educação que se situa em contraposição ao sentido unificador e estatal pode ser considerada como educação menor, segundo a expressão cunhada por Gallo. Uma tal educação opera, pois, como uma máquina de resistência.

Ou seja, ela está inserida em uma micropolítica: ela atua na sala de aula e se expressa nas ações cotidianas de cada um(a), nas relações professor(a)/estudante.

Para definir como opera uma educação menor, Gallo toma emprestados alguns conceitos de Deleuze e Guattari sobre a literatura menor para explicar a educação menor. O autor verifica que existem, na obra de Deleuze e Guattari, três características principais referentes à literatura menor que podem ser destacadas para se pensar a noção de educação menor.

O quadro a seguir apresenta três características da literatura menor definidas por Deleuze e Guattari e a aplicação dessas três características por Gallo, para a conceituação de educação menor.

Características da literatura menor de Kafka	Características da educação menor
<p>Desterritorialização</p> <p>Toda língua tem sua territorialidade, está em certo território físico, em certa tradição, em certa cultura. A literatura menor subverte essa realidade, desintegra esse real, arranca-nos desse território, dessa tradição... Leva-nos sempre a novos agenciamentos.</p>	<p>A educação se desterritorializa nos próprios processos educativos. A educação maior é considerada como máquina de produção de indivíduos em série, como máquina de controle. É preciso desterritorializar os princípios, as normas, gerando possibilidades de aprendizado insuspeitadas. De dentro da máquina maior, opor resistência, agir nas brechas. Trata-se, com a educação menor, de produzir diferenças.</p>
<p>Ramificação política</p> <p>A existência de uma literatura menor é um ato político em sua essência. O próprio ato de existir uma literatura menor é um ato revolucionário, um desafio ao sistema instituído.</p>	<p>Agindo no sentido de desterritorializar as diretrizes políticas da educação maior, abre-se espaço para que o(a) educador(a) militante possa exercer suas ações em um nível micropolítico. É preciso promover a política do cotidiano, com as relações diretas entre os indivíduos. A educação menor é rizomática, ou seja, não está preocupada com a instauração de nenhuma falsa totalidade. O que importa é fazer rizoma, viabilizar conexões, que são sempre novas. A educação menor opera, portanto, como uma máquina de guerra, e não como um aparelho de Estado.</p>
<p>Valor coletivo</p> <p>Nas literaturas menores, tudo adquire valor coletivo. Uma obra de literatura menor não fala por si mesma, mas por milhares, por toda a coletividade. Os agenciamentos são coletivos. Não há sujeitos individuais, somente agenciamentos coletivos.</p>	<p>Todo ato, na educação menor, adquire valor coletivo. Toda ação implica muitos indivíduos. A educação menor é o exercício de produção de multiplicidades; ou seja, todo ato singular se coletiviza e todo ato coletivo se singulariza. Na educação menor, não há sujeitos, não há objetos, não há ações centradas em um ou outro. Existem projetos, acontecimentos, individuações sem sujeito. Todo projeto é coletivo. Todo valor é coletivo e todo fracasso também.</p>

Elaborado pelos autores a partir de: GALLO, 2003.

Partindo desses três elementos fundamentais para pensar a prática de uma educação menor, a proposta de Gallo (2003, p. 70) para a “permanência do potencial” desse tipo de educação, que manteria um caráter minoritário, “está relacionada com sua capacidade de não se render aos mecanismos de controle”. Segundo o autor, é necessário resistir “à cooptação, resistir a ser incorporado; manter acesa a chama da revolta, manter em dia o orgulho da minoridade, manter-se na miséria e no deserto”.

Percebe-se que a proposta em construção de uma educação menor pode contribuir para o debate da educação do campo por diversos motivos, conforme exposto a seguir:

(i) a educação menor opera de forma compreendida como rizomática de construção do conhecimento. Esse conhecimento rizomático supõe que não exista uma verdade única para explicar as coisas;

(ii) além disso, a educação menor opera na micropolítica. É no cotidiano de cada pessoa, seja professor(a), seja estudante, que ela atua; e

(iii) a educação menor busca fazer diferenças. Se ela desterritorializa a noção do institucional, é porque pode promover outras práticas educacionais, diferentes da forma-Estado.

A relação que se entende ser possível entre educação menor e educação do campo está baseada nessas três características, pois: (i) a educação do campo leva em conta outras formas de conhecimento, principalmente de agricultoras e agricultores, além de outros grupos do meio rural; (ii) se existir essa relação entre estudantes e grupos do meio rural, haverá uma interseção de conhecimentos (o prático-teórico, já abordado no início desta seção) que multiplicam e se multiplicam; e (iii) a educação *do* campo busca, de certa forma, o desenvolvimento de uma maior autonomia dos grupos do campo, já que está pautada por sua diferença em relação à educação *no* campo (sendo esta pensada como aplicável ao campo). A educação do campo é aquela que é formada e realizada *pelos* e *para os* grupos rurais.

As duas propostas de educação (menor e do campo) podem ser vistas aqui como equivalentes, já que, segundo os elementos acima enumerados, se conclui que:

(i) relacionar conhecimentos teóricos e práticos, entre agricultores(as), estudantes e professores(as), por exemplo, é operar a educação e o saber em formas rizomáticas: os conhecimentos de cada pessoa envolvida são acrescidos de outros conhecimentos. Não há, pois, um conhecimento/saber único e fixo;

(ii) na interseção desses conhecimentos que não são tidos como universais, que fazem rizoma, opera uma micropolítica, já que, no envolvimento cotidiano entre estudantes e agricultores(as), por exemplo, podem ser forjadas formas de participação e de sociabilidade com outro caráter político. Outras relações sociais, políticas e com a terra podem, pois, surgir dessa interseção micropolítica; e

(iii) a implementação da educação pelos e para os grupos rurais, conectando conhecimentos não-universais, forjando uma participação coletiva e micropolítica e

desenvolvendo a autonomia e a liberdade de quem a faz, opera como desterritorialização da educação.

A EDUCAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO: O DESENVOLVIMENTO ENTENDIDO COMO DISCURSO

Tendo sido expostas as características de uma educação menor, buscar-se-á relacionar essa proposta educativa com uma das questões discutidas em nossa disciplina e no próprio curso: o desenvolvimento rural. Graças à percepção de uma prática educativa como a que apresenta a educação menor e a educação do campo, pode-se exercitar um tensionamento da noção de desenvolvimento. Um exercício desse tipo também é possível a partir das implicações que Arturo Escobar menciona em sua obra *Antropología y desarrollo* (1996). A partir de algumas dessas implicações, mostrar-se-á como uma educação menor, rizomática, pode fundamentar uma crítica ao projeto desenvolvimentista.

Será preciso, sem dúvida, entender que existe um processo determinista para se alcançar o desenvolvimento, segundo seu discurso. Ou seja, há certa implantação de um pacote de desenvolvimento, que é pensado pelos grandes impérios para o dito “terceiro mundo”. Nesse sentido, ocorre uma negação da diferença. Para o projeto desenvolvimentista, o que serviu para a Europa e para os países considerados desenvolvidos deve ser implantado em todo o mundo.

Segundo Escobar, se se pretende analisar o desenvolvimento, deve-se examinar como essa noção foi entendida ao longo da história, ou seja, em quais princípios de autoridade e com quais consequências para quais grupos ela veio à tona e passou a ser seguida. É preciso, argumenta o autor, analisar os fundamentos sobre os quais se construiu o desenvolvimento como objeto de pensamento e de prática e apreender o desenvolvimento como uma invenção, como uma experiência histórica singular, que não foi nem natural nem inevitável, e sim, produto de processos históricos.

Dizer que o desenvolvimento foi um invento não equivale a tachá-lo de mentira, mito ou conspiração, mas a diagnosticá-lo enquanto uma forma cultural concreta enquadrada em um conjunto de práticas. Considerar o desenvolvimento como uma invenção também sugere, segundo o mesmo autor, que essa invenção pode “desinventar-se” ou reinventar-se de modos muito distintos.

As razões acima expostas permitem-nos considerar que, sendo o desenvolvimento um discurso, criado e praticado enquanto verdade – assim, quando se trata de um novo empreendimento para uma determinada região, ou de uma nova indústria que está sendo instalada, fala-se em “desenvolvimento que está chegando” –, essa noção impregnada de processos históricos, socioeconômicos, culturais e políticos pode ser “re-inventada” de outra forma. A partir do tensionamento da noção, ao buscar esmiuçar os fundamentos e as práticas que forjaram o desenvolvimento, opera-se um processo de desterritorialização do conhecimento, produzindo uma diferença. Esse

tensionamento é possível ao se tratar de uma educação menor, rizomática, de um pensamento nômade.

Se essa forma teórico-prática de educação entrar em conexão com as posições da educação do campo – que busca forjar outras relações no meio rural –, esse tensionamento será possível. Poderão ser discutidas, debatidas, visualizadas e recriadas outras formas de desenvolvimento, considerando-se outras formas possíveis de educação, de comunicação, de organização e de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cumprе ressaltar que a educação do campo precisa ser construída a partir da identidade dos sujeitos do campo. A articulação dos movimentos sociais tem vencido muitos desafios e dado visibilidade à educação do campo. Há, porém, outros desafios a serem superados, os quais implicam a construção de uma nova cultura e a compreensão do ser humano como sujeito social capaz de transformar a realidade, que é diversificada e contraditória. Trata-se de uma construção coletiva e solidária que pressupõe que todos os educadores estejam empenhados e comprometidos em esboçar uma nova história para a educação do campo em nosso país.

A educação menor contribui para a discussão e a reflexão sobre a educação do campo, pois opera em uma forma rizomática de construção do conhecimento; ou seja, esse conhecimento supõe que não exista uma verdade universal, e sim, uma operação micropolítica. É no cotidiano de cada pessoa que a educação acontece. Essa proposta de educação (menor) visa a construir diferenças. Ela desterritorializa a noção do institucional e promove outras práticas educacionais, diferentes da forma-Estado. A educação feita pelos e para os grupos rurais, enquanto potência de conhecimentos não-universais, forjando uma participação coletiva e desenvolvendo a autonomia e a liberdade de quem a faz, opera como desterritorialização da educação.

Diante do exposto no terceiro capítulo deste livro e durante o desenvolvimento da disciplina **Tópicos Especiais** – DERAD 025, pode-se considerar que as reflexões realizadas com a participação dos alunos nos fóruns de discussão e por ocasião da orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs contribuíram para o enriquecimento e o aprofundamento dos debates para além do que foi apresentado nos módulos. Entende-se que a contribuição trazida por este livro propiciará maiores reflexões sobre a temática da educação, bem como mais amplas possibilidades de pesquisa em torno das questões aqui abordadas: educação do campo, pedagogia da alternância, educação menor e desenvolvimento rural.

Esta disciplina apresentou propostas que conduziram à elaboração de diversos TCCs sobre temas como:

- ▶ *a proposta curricular de uma escola rural, com o objetivo de analisar como ocorre a contribuição para a valorização da vida no campo;*
- ▶ *a escola do campo em turno integral;*

- ▶ *a constituição da identidade de agricultores e agricultoras*, pesquisa feita por meio da análise de livros didáticos; e
- ▶ *a experiência do Programa Semeando Educação e Saúde na agricultura familiar*, buscando identificar possibilidades para a permanência do jovem rural no campo (dois trabalhos).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Márcio. *Formação de lideranças e pedagogia da alternância: um estudo do itinerário de três jovens reconhecidos como líderes*. 2003. Dissertação (Mestrado Internacional em Ciências da Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa; Département des Sciences de l'Éducation e de la formation de l'Université François Rebelais de Tours, Tours. 2003.

ARROYO, Miguel Gonzalez. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagem*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999. (Por uma Educação Básica no Campo, 2).

BARRIONUEVO, Agostinho. *Sucesso profissional: formação experiencial, formal e reflexiva*. Pato Branco, PR: Imprepel, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

_____. Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996a.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996b. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002. Institui diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. 2010a.

_____. Congresso Nacional. Projeto de Lei nº 8.035, de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. 2010b.

CALDART, Roseli Salet; BENJAMIN, César. *Projeto popular e escolas do campo*. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2000. (Por uma Educação Básica do Campo, 3).

CANDAU, Vera Maria Ferrão (Org.). *Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ESCOBAR, Arturo. *Antropología y desarrollo*, 1996. Disponível em: <http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/Antropologia_y_desarrollo_AEscobar.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2011.

FANCK, Clenir. *Entre a enxada e o lápis: a prática educativa na Casa Familiar Rural de Francisco Beltrão*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GALLO, Sílvio. *Deleuze e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. *Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo*. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, 2004.

RIBEIRO, Marlene. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 27-45, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n1/a03v34n1.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2012.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

TEIXEIRA, Edival Sebastião; BERNARTT, Maria de Lourdes; TRINDADE, Glademir Alves. Estudos sobre a Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectiva para a pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 227-242, maio/ago. 2008.

4 – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL: A CONTRIBUIÇÃO DO PLAGEDER

*Gabriela Coelho-de-Souza²⁷, Mariana Oliveira Ramos²⁸, Gladis Richa Bechara Kalil²⁹,
Danielle Finamor Rezes de Souza³⁰, Marcelo Pinto Paim³¹ e Irio Luiz Conti³²*

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo contextualizar o tema Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no debate sobre o desenvolvimento rural, refletindo sobre o papel do ensino da SAN nesse processo. Para tanto, aborda-se, num primeiro momento, a proposta da disciplina **Tópicos Especiais**, – DERAD 025, oferecida pela primeira vez no currículo do PLAGEDER, que contemplou elementos de fundamentação, diagnóstico municipal e construção de planos intersetoriais de gestão em SAN em nível municipal e regional. A seguir, discute-se a relação da SAN com as principais abordagens sobre o desenvolvimento rural, com base em Schneider (2010). Por fim,

27 Bióloga; mestre e doutora em Etnobotânica, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Pós-Doc em Desenvolvimento Rural; Professora Adjunta do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS; Professora-Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS; Professora do PLAGEDER; Coordenadora do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA); Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN).

28 Nutricionista; mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN) e do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (DESMA/UFRGS); Tutora a Distância do PLAGEDER.

29 Nutricionista; mestre em Ciência e Tecnologia Agroindustrial pela Universidade Federal de Pelotas; Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN).

30 Pedagoga; Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN); Técnica do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UFRGS (IEPE); Tutora a Distância do PLAGEDER.

31 Médico veterinário; mestre em Ciências Veterinárias pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; doutorando em Ciências Veterinárias pela UFRGS; Professor Horista da Universidade da Região da Campanha (URCAMP), Campus de Alegrete; Tutor a Distância do PLAGEDER.

32 Doutorando em Desenvolvimento Rural no PGDR; Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor Titular do Instituto Superior de Filosofia Berthier, de Passo Fundo; Professor do PLAGEDER; Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN); Membro do Fórum de Segurança Alimentar Sustentável do Rio Grande do Sul (FESANS) e Presidente da FIAN Internacional.

traça-se um breve panorama dos principais programas em SAN implementados no Brasil e no Rio Grande do Sul.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ENSINO

De modo crescente, a SAN encontra ressonância no interior das instituições de ensino e pesquisa, com o envolvimento e o engajamento de docentes e discentes na produção acadêmica em torno desse tema³³. Tal interesse justificou até a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN), em 2010, inserido nas estruturas do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (IEPE) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS.

Partindo da experiência acumulada do NESAN, foi construída a disciplina **Tópicos Especiais**, *Segurança Alimentar e Nutricional*. A disciplina visa a propiciar elementos de fundamentação sobre a SAN com o objetivo de formar recursos humanos em políticas públicas baseadas nos princípios da soberania alimentar e do direito humano a uma alimentação adequada. Por seu caráter interdisciplinar, a disciplina, que aborda a temática da SAN, foi proposta na etapa final, pois buscou integrar conteúdos desenvolvidos ao longo do curso. Com esse escopo, os alunos foram desafiados a elaborar diagnósticos sobre as políticas em SAN em seus municípios e a propor planos de gestão em SAN visando a transformar a situação da SAN diagnosticada.

Para concretizar tal objetivo, a ementa da disciplina incorporou temas estratégicos a ela relacionados, entre os quais: a contextualização e a fundamentação da SAN; a SAN como política de desenvolvimento rural desde a década de 1990; a legislação e as políticas de SAN no Brasil; a soberania alimentar e o direito humano à alimentação adequada; a SAN e sua relação com modelos de produção e consumo de alimentos; e, finalmente, a elaboração de planos de gestão em SAN baseados na realidade local e regional dos municípios dos polos do PLAGEDER.

Ainda que o fulcro da disciplina fosse a segurança alimentar e nutricional, foi necessário trabalhar o tema em estreita relação com o direito humano à alimentação adequada e à soberania alimentar, por serem esses temas complementares e interdependentes. Dito de outra forma, esses dois princípios mais amplos adquirem sua dimensão prática na implementação de políticas públicas que se traduzem em programas e ações de SAN nos diferentes territórios da União, dos estados e dos municípios.

A disciplina foi organizada e desenvolvida em quatro módulos. No primeiro módulo, intitulado “Conceitos e Noções Fundamentais de Segurança Alimentar e Nutricional”, foram inicialmente apresentados os professores, os tutores e a dinâmica da disciplina, bem como os instrumentos e as orientações que permitiriam aos alunos

33 O fato de 23 discentes terem escolhido em 2011 a SAN para a elaboração de seus Trabalhos de Conclusão do Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural evidencia o crescente potencial desse junto ao corpo discente e docente do PLAGEDER.

fazerem sua incursão na temática da SAN. Procedeu-se a uma introdução geral sobre a SAN e, a seguir, foram trabalhados alguns conceitos e noções fundamentais a partir de um vídeo e de referências bibliográficas. Partindo desse referencial, os alunos, previamente organizados em grupos, interagiram no espaço do Fórum da Plataforma Moodle e construíram, baseados em sua compreensão, o conceito de SAN que passou a integrar um Glossário de conceitos fundamentais relacionados à disciplina.

O segundo módulo abordou a “Contextualização e Fundamentação da Segurança Alimentar e Nutricional”. Apresentaram-se, de início, um histórico da constituição do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, os acordos internacionais que garantiram sua constituição e a legislação vigente no contexto brasileiro. Ao longo desse módulo, foram desenvolvidos os seguintes temas: a compreensão histórica da SAN; os processos econômicos, políticos, sociais e culturais relacionados à SAN; noções sobre soberania alimentar; instrumentos e mecanismos internacionais e nacionais de direitos humanos econômicos, sociais e culturais relacionados ao direito humano à alimentação adequada; a Declaração Universal dos Direitos Humanos; o Pacto Internacional de Direito Econômicos, Sociais e Culturais; o Comentário Geral nº 12 e as Diretrizes Voluntárias da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) para o atendimento do direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional; a legislação nacional e a institucionalização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no Brasil. Ao final desse segundo módulo, os alunos concluíram a elaboração do Glossário sobre conceitos fundamentais que interagem com a SAN, tais como direito humano à alimentação adequada, soberania alimentar, produção para o autoconsumo e agroecologia, entre outros.

O terceiro módulo tratou das “Políticas Públicas e Programas de SAN no Brasil”, nos níveis nacional, regional e local, com ênfase nos seguintes tópicos: o que são políticas públicas e políticas de SAN; os programas de SAN, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Para concluir esse módulo, os alunos construíram diagnósticos da situação da SAN em seus municípios de origem ou em suas regiões, os quais integraram os planos de gestão em SAN que foram trabalhados no módulo seguinte.

O quarto módulo teve como tema a “Soberania Alimentar, SAN e Modelos de Produção de Alimentos”. Além do estudo dos conteúdos que tratam das etapas de produção, abastecimento e comercialização de alimentos à luz dos princípios da SAN, solicitou-se que os alunos elaborassem um Plano de Gestão em SAN para seus respectivos municípios ou regiões. Esse plano devia ser construído a partir do diagnóstico elaborado no módulo anterior, com a caracterização do município ou da respectiva região, contemplando a população rural e urbana, índices de pobreza rural, produção agrícola e as organizações e movimentos envolvidos com a SAN. Além desses dados, os alunos também buscaram, na medida do possível, identificar e distinguir os programas federais, estaduais e municipais existentes e as atribuições e responsabilidades dos diferentes atores governamentais e da sociedade civil em sua implantação.

A realização do diagnóstico possibilitou a interação dos conteúdos teóricos estudados no decorrer da disciplina com as realidades nas quais os alunos estão inseridos e auxiliou-os na elaboração do Plano de Gestão em SAN. Dessa forma, eles identificaram os desafios a serem enfrentados a curto, médio e longo prazo, definiram os objetivos e propuseram as ações a serem desenvolvidas com o público prioritário, as instituições, organizações e movimentos sociais parceiros na execução do Plano, e os resultados esperados.

O diagnóstico sobre as políticas públicas existentes em SAN nos diferentes municípios alimentou o Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição no Rio Grande do Sul, o qual é disponibilizado pelo NESAN³⁴.

Os municípios ou regiões escolhidos para o desenvolvimento dos trabalhos fazem parte dos polos nos quais a disciplina foi oferecida. São eles: Arroio dos Ratos, Balneário Pinhal, Camargo, Constantina, Itaqui, Picada Café, Quaraí, Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula, São Lourenço do Sul e Três Passos.

Em sua maioria, os alunos optaram por desenvolver em seus Planos de Gestão em SAN temas relacionados ao fortalecimento da agricultura familiar e da produção de alimentos, tais como:

- ▶ a ampliação da oferta de alimentos provindos da agricultura familiar para suprir a demanda do PNAE;
- ▶ a implantação de hortas comunitárias;
- ▶ a expansão do PAA;
- ▶ o auxílio à organização dos agricultores familiares para acessarem ao PRONAF;
- ▶ a racionalização na utilização da água; e
- ▶ a reativação de Unidades de Produção Agrícola através da capacitação de jovens do meio rural.

Foram abordados também outros temas, de cunho mais organizativo e de socialização do saber, tais como:

- ▶ o acompanhamento de um número crescente de famílias em situação de vulnerabilidade social beneficiadas pelo Programa Bolsa Família;
- ▶ o resgate e a valorização da cultura alimentar local e de hábitos alimentares tradicionais;
- ▶ a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- ▶ a ampliação e implantação de equipamentos públicos de alimentação e nutrição e a socialização de informações para facilitar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social a esses programas e equipamentos públicos;

34 O Observatório de Políticas de SAN no RS é acessível no site: <www.ufrgs.br/pgdr/nesan>.

- ▶ a inserção da educação alimentar e nutricional nos trabalhos das equipes da Estratégia Saúde da Família; e
- ▶ a avaliação da gestão dos recursos públicos destinados aos programas de SAN, visando a facilitar a transparência na utilização desses recursos pela população.

Os planos de gestão em SAN resultantes dos trabalhos finais elaborados pelos alunos preveem ações importantes a serem desenvolvidas em seus respectivos municípios ou regiões. Dois desses planos são apresentados a seguir, especialmente por conterem propostas que contemplam a intersetorialidade, a transversalidade e a inovação para a solidificação de ações em SAN. O primeiro trata da inserção do tema no Programa Estratégia de Saúde da Família, e foi elaborado para o município de Santo Antônio da Patrulha.

**PLANO DE GESTÃO EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
PARA O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA/RS**Autores³⁵:Claiton Helizandro Castilhos Santos, Diego de Oliveira Ferreira,
Dirceu Luiz Lopes Machado e Lindomar Arceno Cardoso

O Plano de Gestão em Segurança Alimentar e Nutricional para o município de Santo Antônio da Patrulha, localizado no Litoral Norte do Rio Grande dos Sul, foi elaborado a partir do diagnóstico de programas e políticas em SAN que estão sendo desenvolvidos, levando-se em consideração a caracterização da população, a produção agrícola local, a identificação dos indicadores de pobreza e as organizações e movimentos que trabalham com segurança alimentar e nutricional no município.

Os principais objetivos do plano são: promover hábitos saudáveis de alimentação; estimular a redução do desperdício de alimentos; incentivar a produção de alimentos saudáveis e sem o uso de agrotóxicos; e fortalecer as parcerias entre instituições, organizações, sociedade e empresas privadas para ações em SAN.

O Plano prevê duas linhas de ação: a implantação de hortas comunitárias em comunidades que apresentam maiores índices de insegurança alimentar e a educação alimentar e nutricional integrada ao programa Estratégia de Saúde da Família. As instituições envolvidas são: a Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, a EMATER/RS, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Polo Universitário de Santo Antônio da Patrulha, além de associações de moradores e empresas privadas.

A criação de hortas comunitárias prevê a formalização de parcerias entre as instituições para a elaboração de projetos e a identificação das comunidades que serão beneficiadas. Os materiais necessários à implantação das hortas serão doados por empresas privadas através de parcerias, e a assistência técnica será realizada por técnicos da EMATER/RS. As associações de moradores serão responsáveis pela manutenção e gestão das hortas comunitárias.

A proposta de educação alimentar e nutricional prevê a integração com a Estratégia Saúde da Família. O quadro de agentes de saúde será aumentado para que essa estratégia atenda também as comunidades rurais. A capacitação desses agentes atenderá a estratégia da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), através da Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição, disponibilizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Polo Universitário de Santo Antônio da Patrulha, o SENAR e a EMATER/RS apoiarão o processo de capacitação dos agentes de saúde para a irradiação dos conhecimentos sobre a SAN. Caberá aos agentes comunitários de saúde, em suas visitas cotidianas, orientar as pessoas responsáveis pela elaboração das refeições, visando às melhores formas para a obtenção de uma alimentação saudável e sem desperdícios.

O trabalho desenvolvido em Quaraí, apresentado abaixo, propõe um instrumento que possibilita o monitoramento dos programas e a armazenagem de informações para que estas possam ser acessadas por toda a comunidade, promovendo, dessa forma, a transparência quanto à utilização dos recursos públicos em SAN.

35 Formandos do polo de Santo Antônio da Patrulha do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PLANO DE GESTÃO EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
PARA O MUNICÍPIO DE QUARAÍ/RS**

Autores³⁶:

Aline Aguirre Vieira, Osvaldo Castilho Trindade Jr.,
Paula M. Prates e Sandro Diatel Sarate

Após a realização de um diagnóstico das políticas e programas em SAN no município de Quaraí/RS, foi constatado que existe uma grande lacuna entre as políticas propostas e sua efetividade, o que demonstrando haver necessidade de monitoramento desses programas, bem como da armazenagem de dados.

O Plano de Gestão de Riscos e Informações em SAN tem os seguintes objetivos: (i) identificar as situações potenciais de riscos nos programas de segurança alimentar desenvolvidos no município de Quaraí/RS, através de diagnósticos e do monitoramento dos programas; (ii) armazenar informações de modo que estas possam ser acessadas por toda a comunidade; (iii) atuar junto aos agricultores familiares que vivem no município para, através de diagnóstico e posterior cadastro das propriedades, identificar fornecedores potenciais para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e (iv) conscientizar os agricultores familiares quanto à necessidade de trabalho associativo, visando a reduzir as despesas com a produção e o transporte.

Esse Plano será um instrumento de gestão que possibilitará avaliar a gestão dos recursos públicos ao promover a transparência nas informações, ao mesmo tempo em que, atuando junto aos agricultores familiares, buscará promover maior adesão destes ao PNAE. O público destinatário serão os agricultores familiares do município, as pessoas beneficiárias dos programas e as instituições que participam diretamente dos programas de SAN no município, tais como a Prefeitura Municipal, a EMATER/RS, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Sindicato Rural e o SEBRAE.

Para monitorar o Plano, serão definidas situações potenciais de risco. Para permitir um melhor desenvolvimento de ações corretivas, esses riscos poderão ser classificados como elevados, moderados e fracos, de acordo com o grau de probabilidade de sua ocorrência e da gravidade de suas consequências. Serão criados métodos e procedimentos de controle e registro de atividades e informações através de reuniões periódicas internas, devidamente registradas em atas, e de um relatório anual das atividades para avaliação.

Será efetuado, além disso, o cruzamento de informações entre as entidades, os resultados das entrevistas e os resultados dos diagnósticos e ações realizadas.

Dessa forma, pretende-se fazer um balanço das medidas adotadas, avaliar o sucesso da eliminação dos riscos e o impacto das ações junto aos beneficiários e produtores rurais, para identificar as falhas no Plano de Ação em SAN.

O ensino da SAN é um espaço de articulação de temas vinculados a diferentes ciências, visando a conferir-lhe um caráter interdisciplinar. A SAN concretiza-se na dimensão política por meio dos programas e ações intersetoriais entre diferentes órgãos do governo e com uma efetiva participação da sociedade. Enfatiza-se também, em sua efetivação, a integração e a intersetorialidade entre as três esferas governamentais, com participação ativa da sociedade civil, através dos conselhos estaduais e municipais. Graças à intersetorialidade, rompe-se com os esquemas das políticas compensatórias isoladas e pouco eficazes.

36 Formandos do polo de Quaraí do Curso de Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Diversos diagnósticos e planos de gestão elaborados nesta disciplina trouxeram à tona a importância da educação alimentar e ambiental, ressaltando as relações entre SAN, modelos de produção de alimentos e uso e conservação de recursos naturais. Desde a transição nutricional no Brasil, registrada a partir dos anos 1990 (BATISTA, 2003), quando os índices de desnutrição passaram a ser iguais ou superados pelos índices de sobrepeso e obesidade, há consenso quanto à importância do debate em torno do padrão alimentar contemporâneo (DIEZ GARCIA, 2003; BLEIL, 1998; OLIVEIRA; THEBAUD-MONY, 1996; MONDINI; MONTEIRO, 1994).

O padrão alimentar atual, baseado em alimentos industrializados, processados a partir de uma diversidade cada vez menor de itens, promove a agricultura de *commodities* ao mesmo tempo em que reduz a agrobiodiversidade e as culturas locais, aumenta a degradação ambiental e os índices de doenças crônicas associadas a uma alimentação rica em gordura, sal e açúcar e pobre em nutrientes.

Nesse sentido, as ações propostas pelos Planos de Gestão em SAN beneficiam as diferentes dimensões e setores relacionados, aproximando a agricultura, a saúde, o meio ambiente, a cultura e a educação. A instituição das Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISANs) nas três esferas de governo, conforme prevê o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, é a condição para que tais ações avancem, consolidando modelos de desenvolvimento alicerçados na equidade, na soberania alimentar e no direito humano à alimentação adequada.

Experiências de construção da Soberania Alimentar e SAN nas cinco regiões do país foram sistematizadas em 2010 pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Neste trabalho, foram identificadas cinco dimensões articuladoras da Agroecologia e da SAN: (i) diversificação da produção de alimentos e agrobiodiversidade; (ii) estabelecimento de novas relações de mercado; (iii) resgate de culturas alimentares; (iv) educação alimentar e para o consumo; e (v) políticas públicas e mercados institucionais (ANA, 2010).

Das oito experiências sistematizadas, sete são desenvolvidas no espaço rural. Entre as ações desenvolvidas nessas experiências, contam-se:

- ▶ incentivo à troca de práticas e saberes sobre plantas nativas entre as comunidades;
- ▶ apoio à produção para o autoconsumo, com diversidade de itens, resgate de culturas e de um mais-valia no ser agricultor(a);
- ▶ estabelecimento de feiras agroecológicas (que passam a ter periodicidade semanal, tornando-se um espaço fixo e diário de comercialização, administrado por associações compostas pelas famílias que produzem e vendem);
- ▶ assessoria técnica à produção de alimentos e madeira em sistemas agro-florestais;
- ▶ implantação de bancos comunitários de sementes;

- ▶ incentivo ao processamento de alimentos pela agricultura familiar e desenvolvimento de produtos a partir de frutas nativas, para a geração de renda e conservação de espécies;
- ▶ desenvolvimento de oficinas de educação popular e teatro junto às comunidades rurais, como instrumentos de sensibilização para práticas agroecológicas de produção de alimentos;
- ▶ difusão e implantação de tecnologias para a proteção de fontes; e
- ▶ captação e armazenamento de água.

Essa grande diversidade de ações concretas no meio rural das cinco regiões do Brasil, com suas diferenças e especificidades, reforça a relação entre a garantia da SAN e a produção sustentável de alimentos. Em 2005, a FAO já havia divulgado que o mundo produzia mais alimento do que necessitava para suprir as necessidades nutricionais de sua população. Mesmo assim, o argumento daqueles que promovem a agricultura empresarial era o mesmo dos anos 1960, quando impulsionaram a Revolução Verde: é necessário aumentar a produção de alimentos para atender a crescente população humana. Com base nesse argumento e na melhoria da qualidade nutricional de algumas plantas, as empresas transnacionais produtoras de sementes pressionaram pela liberação do cultivo de transgênicos no Brasil. E lograram êxito, embora muitos argumentos possam ser facilmente questionados pela comunidade científica, especialmente por violarem o princípio da precaução.

O ensino sobre SAN no Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural aproxima questões debatidas em diferentes disciplinas, especialmente porque requer a articulação desses conteúdos para a realização das atividades solicitadas, a exemplo da intersetorialidade, requerida nas ações propostas pelos Planos de Gestão elaborados pelos alunos. Ao aproximar diferentes problemáticas da atualidade, tais como a questão ambiental, as políticas econômicas e de desenvolvimento rural, a saúde pública e a educação alimentar, o ensino da SAN comprova sua relevância e sua atualidade. E, ao articular-se às temáticas do desenvolvimento rural, também viabiliza a aproximação entre espaços de trabalho profissional possíveis e necessários para egressos do curso.

DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Nos últimos anos, diferentes concepções buscam relacionar o desenvolvimento rural e seu caráter multifacetário com a SAN em suas diversas dimensões. As políticas públicas, especialmente aquelas que visam a fortalecer a agricultura familiar, trazem esse enfoque, que, cada vez mais, se torna incontornável e enriquece as concepções e práticas que concernem a esses dois grandes temas.

De acordo com Schneider (2010), o debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil emergiu e se consolidou como questão e tema de interesse na década de 1990, inicialmente a partir de reflexões de estudiosos e mediadores sobre os processos

sociais relacionados à agricultura familiar. Desse processo, nasceram dois modelos de agricultura, uma voltada à produção e à comercialização de *commodities*³⁷ e a outra baseada nas características da agricultura familiar. Esse novo olhar do Estado sobre o espaço rural resultou na implementação de políticas que dinamizaram a agricultura familiar, com ações na área de crédito agrícola, reforma agrária e apoio aos assentamentos. Posteriormente, tais ações se expandiram com temas como políticas de segurança alimentar e nutricional, combate às formas precárias de trabalho, regularização fundiária, apoio aos povos indígenas e às comunidades tradicionais e promoção do desenvolvimento territorial.

Essas políticas de intervenção e seu caráter normativo, além do processo de descentralização política e financeira do Estado instaurado pela Constituição Federal de 1988, influenciaram fortemente o debate sobre o desenvolvimento rural naquela década. Nesse processo, a sociedade civil organizada passou a participar do novo modelo de gestão, por meio de movimentos sociais, de organizações não governamentais e da implementação de conselhos de políticas públicas constituídos por membros da sociedade civil e das esferas governamentais.

A SAN é um dos marcos dessa trajetória. De acordo com Conti (2009), surgiram, na década de 1990, inúmeras organizações, articulações e redes da sociedade civil, com destaque para as da agricultura familiar, suscitando profícuas discussões e repercussões sobre as propostas de SAN no Brasil. Esse processo conduziu à ampliação e ao enriquecimento do conceito de SAN, com a incorporação de itens como qualidade dos alimentos, direito à informação, autonomia nas decisões sobre a produção e o consumo, respeito às tradições culturais e aos hábitos alimentares, manejo sustentável dos recursos naturais em toda a cadeia alimentar, além da preocupação ética com as gerações atuais e futuras.

Entre os principais temas abarcados pela SAN, destacam-se a pobreza, a fome, as questões de saúde vinculadas aos processos de alimentação e nutrição, tais como a desnutrição, o sobrepeso e a obesidade. Na década de 1990, superou-se a visão estreita, anteriormente dominante, que concebia a fome como um tema inexpressivo e natural (CASTRO, 2003). Essa nova concepção compreende-a como um tema multidisciplinar, em estreita interface com a política. Nessa perspectiva, a superação da fome é inseparável da SAN, integra as metas do combate à pobreza e é assumida como um dos temas associados ao desenvolvimento rural. No âmbito da política, ela passa a ser objetivo de políticas públicas de várias pastas governamentais, como as dos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde e do Meio Ambiente. A partir desse novo olhar, a fome passou a ser um dos temas transversais, objeto de políticas intersetoriais em todas as esferas que compõem o Estado e nos diferentes âmbitos da sociedade brasileira.

37 São produtos padronizáveis, que podem ser estocados e transacionados internacionalmente. As principais *commodities* são os grãos (milho, soja e trigo), o álcool, o algodão e carnes (meia carcaça e cortes congelados) (WAQUIL; MIELE; SCHULTZ, 2010, p. 12).

Desse modo, conforme Conti (2009), através da criação, ampliação e implementação progressiva de um conjunto de políticas, programas e ações, a SAN atingiu um estágio importante em seu processo de institucionalização, através da criação e promulgação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, normalmente chamada de LOSAN (BRASIL, 2006a). Essa Lei incorporou os avanços, especialmente aqueles oriundos dos debates efetuados em espaços da sociedade civil e das conferências nacionais de SAN, como a ocorrida em 2004, e culminou com a definição que atualmente rege a compreensão de SAN:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006a, art. 3º).

A LOSAN cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Esse sistema é regulamentado pelo Decreto nº 7.272 (BRASIL, 2010b), que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), a qual propõe uma gestão intersetorial, participativa e em articulação corresponsável entre as três esferas de governo, para acelerar, de forma progressiva, a implementação de programas e ações de SAN que visem à efetivação do direito humano à alimentação adequada, conforme preceitua o artigo 6º da Constituição Federal³⁸.

De acordo com o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, “o direito humano à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção” (ONU, 1999, par. 6º). Essa compreensão foi inteiramente absorvida pela LOSAN:

A alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar da população (BRASIL, 2006a, art. 2º).

A partir da década de 1990, torna-se relevante, de acordo com Schneider (2010), entender a forma como a SAN é incorporada às diferentes vertentes do de-

38 A Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, incorpora a alimentação ao artigo 6º da Constituição Federal, que ficou com a seguinte redação: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

bate sobre o desenvolvimento rural. O autor expõe quatro abordagens centrais que estão sendo discutidas atualmente no contexto do desenvolvimento rural no Brasil.

A primeira, proposta por Veiga e Abramovay, versa sobre as instituições, a inovação e a sustentabilidade. Nessa abordagem, há consenso sobre o reconhecimento e a valorização da agricultura familiar e de seu potencial dinamizador das economias locais. São a capacidade de inovação dos agricultores familiares e sua interação com as instituições locais os fatores responsáveis pela ampliação da geração de renda e da agregação de valor a seus produtos, bem como pela redução de custos de transação e pelo estímulo às economias de escopo.

Não se trata de querer enquadrar a SAN em uma ou outra dessas concepções de desenvolvimento rural em debate, mas a primeira delas detém diversos traços que identificam e aproximam os dois temas em uma perspectiva estratégica, especialmente na região Sul do Brasil. Entre esses traços, pode-se destacar a conjugação entre a produção familiar diversificada para o autoconsumo e a comercialização do excedente para a agregação de renda, a produção para o abastecimento local de feiras e mercados institucionais e a produção de alimentos mediante a utilização de matriz agroecológica. Estas são algumas das formas de organização da produção que aproximam entre si as cadeias de produção e consumo alimentar e mostram sua sustentabilidade social, econômica e ambiental.

A segunda abordagem, capitaneada por José Graziano da Silva³⁹, refere-se ao novo rural brasileiro, que contempla famílias pluriativas, as quais combinam atividades agrícolas e não-agrícolas e promovem a integração intersetorial, da agricultura com o comércio e serviços, e interespaçial, do rural com o urbano. Nessa perspectiva, segundo Schneider (2010), desenvolvem-se no rural três grupos de atividades:

[...] a agropecuária moderna baseada em *commodities* e intimamente ligada às grandes agroindústrias; um conjunto de atividades não-agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e, por último, um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos de mercado (p. 521).

Os grupos não inseridos na rururbanização, considerados em estado de pobreza e vulnerabilidade social, seriam beneficiários de políticas compensatórias. Incluem-se neles os povos e comunidades tradicionais. De acordo com Baptista (2011), as instituições que trabalham com os guaranis na região metropolitana classificam sua situação de subsistência como “precária”. A precariedade de condições a que os guaranis estão expostos é reconhecida pelo Estado, quando os qualifica como população em situação vulnerável beneficiária de programas de alívio à pobreza e inclusão

39 José Graziano da Silva, coordenador do Projeto Rurbano, foi Ministro do Desenvolvimento Agrário no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nos anos de 2003-2005. Em 2011, foi eleito Diretor Geral da FAO.

social. Por sua vez, Anjos (2003) problematiza a classificação dos povos indígenas e das comunidades tradicionais como grupos pobres, ao afirmar:

É preciso considerar que definições objetivas do que seja a pobreza não são apenas objetos de controvérsia e lutas sociais entre instituições profundamente engajadas em modelar as arenas públicas de intervenção sobre populações assim consideradas, mas também que, em diferentes circunstâncias, grupos sociais estão mais ou menos propensos a se assumir no interior da categoria conforme as vantagens que tal identidade possa momentaneamente proporcionar e que atores externos nem sempre têm poder de imputação de uma identidade – de pobre – que é quase sempre estigmatizante.

Associando-se a essa crítica, Coelho-de-Souza (2010) ressalta que, a partir do processo de modernização da agricultura, os conhecimentos locais e a agrobiodiversidade estão sendo transformados em importantes insumos para os mercados agroalimentares, que passam a se tornar cada vez mais privatizados. Sob essa ótica, fica explicitada a dependência dos mercados em relação a inovações representadas pelos conhecimentos das comunidades locais, evidenciando que estas não estão desadaptadas dos mercados, sequer distantes deles. Além disso, a condição de pobreza a elas atribuída é apenas uma das estratégias de dominação que as mantêm na situação de vulnerabilidade social, por desestabilizar seus sistemas tradicionais, levando-as à insegurança alimentar e nutricional.

Segundo Graziano da Silva (1999), além dos povos e comunidades tradicionais, há os “sem-sem”, que são os excluídos e desorganizados, que não têm terra, nem emprego, nem educação, nem saúde, nem renda, nem organização social. Por influência dessa concepção, foi proposta, inicialmente, a estratégia Fome Zero, com o intuito de suprir demandas emergenciais, e estruturantes em SAN, de amplas camadas de populações ainda subjugadas à extrema pobreza (INSTITUTO CIDADANIA, 2001), embora prevaleçam as medidas emergenciais em detrimento das reivindicadas políticas estruturantes.

Aqui se destacam programas de ampla abrangência nacional, instituídos a partir de 2003, entre os quais o Programa Bolsa Família (PBF), programa de transferência direta de renda condicionada para 12,2 milhões de famílias em situação de vulnerabilidade social; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), operado em diversas modalidades, que viabiliza a compra de produtos alimentícios diretamente de agricultores familiares, de assentados da reforma agrária, de povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e para distribuição à população em situação de insegurança alimentar e nutricional através de entidades socioassistenciais e de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, contribuindo para o desenvolvimento local, a valorização e o fortalecimento da cultura alimentar regional; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído em Lei (BRASIL, 2009), que garante alimentação de qualidade a 47 milhões de estudantes da rede

pública, desde o ensino fundamental até o ensino médio e de jovens e adultos, e é considerado hoje um dos maiores programas de segurança alimentar do mundo.

A terceira abordagem, intitulada por Schneider (2010) de “a força da tradição e os limites históricos e sociais ao desenvolvimento rural”, é desenvolvida por José de Souza Martins e Zander Navarro, entre outros. Esses autores partem do estudo do clientelismo, do patriarcalismo e de comportamentos e práticas sociais e políticas baseadas nas formas de dominação, segundo Max Weber. Ressaltam que a mudança a ser promovida no espaço rural consiste na promoção de processos radicais de democratização que libertem os indivíduos e grupos sociais da tutela e do controle exercidos pelas elites e pelos mediadores, tais como agentes da Igreja, do Estado, dos partidos políticos e dos movimentos sociais.

Autores como Zimmermann (2009) e Valente (2002) valem-se de elementos dessa abordagem para demonstrar que as políticas de SAN condicionadas, como o Bolsa Família, a graus mais ou menos elevados de dependência de seus beneficiários não ajudam os indivíduos a se automatizarem em sua organização e produção familiar, podendo reproduzir novas formas de dominação e paternalismo, sem emancipação social e econômica. Não raro, o Programa Bolsa Família, que beneficia inúmeras famílias rurais no Brasil, é interpretado como uma forma de assistência que contribui para a segurança alimentar de famílias rurais que vivem na extrema pobreza, mas apresenta baixo potencial de inovação na agricultura familiar e de superação das condições estruturais que perpetuam a pobreza no espaço rural.

A quarta abordagem, intitulada “um enfoque agroalimentar para o desenvolvimento rural”, é desenvolvida, principalmente, por Wilkinson. Ela parte de estudos sobre a agricultura moderna e as cadeias agroalimentares, para analisar as formas de integração da agricultura familiar nessas cadeias, analisando aspectos sociais envolvidos nesse processo. Segundo Schneider (2010), busca-se “entender em que condições os agricultores familiares e suas organizações podem fazer frente aos desafios colocados pela forma atual como o capitalismo opera na agricultura e na produção de alimentos” (p. 525).

Essa abordagem lança mão do estudo das formas de gestão, administração, tomada de decisão, inovação, acesso a mercados e comercialização, para fomentar a organização de redes sociotécnicas e de cadeias curtas de produção e desenvolver habilidades com o objetivo de construir os novos mercados em um contexto de “economia da qualidade”⁴⁰.

Tais mercados, nos quais se inserem programas sociais como o de alimentação escolar e o de aquisição de alimentos da agricultura familiar, estão voltados principalmente à dinamização do desenvolvimento local. No âmbito das políticas de SAN, esses novos mercados relacionam-se com os mercados institucionais, como aqueles promovidos a partir do PAA e do PNAE. O PAA, não obstante sua ampla aceitação,

40 A economia da qualidade refere-se a múltiplas formas de construção social (*embeddness*) da percepção do que é qualidade, que pode estar presente na oferta de produtos tradicionais, artesanais ou regionais.

ainda carece de uma legislação que viabilize sua institucionalização⁴¹, facilite sua operacionalização e amplie sua abrangência, tanto na produção quanto no consumo.

O PNAE teve nova regulamentação aprovada em junho de 2009, quando da promulgação da Lei nº 11.947, que estabelece que no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo governo federal para a alimentação escolar devem ser destinados à aquisição de produtos provindos diretamente da agricultura familiar e de povos indígenas e comunidades tradicionais, inclusive com dispensa de processo licitatório. Ambos os programas acrescem em 30% o valor pago pelos produtos originados da produção orgânica e agroecológica, como forma de estimular a produção e o consumo de alimentação saudável, livre de agrotóxicos e de transgênicos.

O cumprimento da exigência da aquisição de pelo menos 30% nessa modalidade contribui, por um lado, para o fortalecimento da organização da agricultura familiar, a fim de que ela ocupe, de modo crescente, seu espaço no abastecimento desse mercado que se abriu. Contribui, por outro lado, para a qualificação dos cardápios escolares e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição, uma vez que estes passaram a contar com maior quantidade, diversidade e regularidade de alimentos, especialmente frutas e hortaliças produzidas no município ou na região, o que representa uma alimentação culturalmente adequada e saudável. Nesse sentido, a execução do PNAE e do PAA nos municípios, no formato estabelecido pela Lei 11.947 e pela legislação específica do PAA, potencializa a relação indissociável entre a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento rural.

De acordo com Morgan (2008), os programas de abastecimento impulsionados pelo Estado evidenciam que os recursos públicos podem ser utilizados para promover o desenvolvimento rural, garantindo a produção, o abastecimento e o consumo. Reforçando essa perspectiva, Froehlich (2010) demonstra que a aquisição dos gêneros alimentícios diretamente dos agricultores familiares locais constitui um espaço de encontro entre a SAN e o desenvolvimento rural, em consonância com os princípios da LOSAN. De acordo com os princípios consolidados no artigo 4º dessa Lei (BRASIL, 2006a), são atribuições da SAN:

I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;

II – a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;

41 Tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6.680/2009, apresentado pelo Executivo em substituição a um projeto originalmente apresentado pelo Deputado Marco Maia, que visa a institucionalizar o PAA como política pública, e um Projeto de Lei que cria a Política Nacional de Abastecimento. A aprovação de ambos os projetos significaria o fortalecimento das cadeias curtas de produção e consumo.

III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;

V – a produção de conhecimento e o acesso à informação; e

VI – a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País.

Este sobrevoo permite visualizar a situação de fortalecimento da agricultura familiar, especialmente daquela que se encontra em fase de consolidação, graças aos programas e às políticas de SAN, entendidas como políticas de desenvolvimento rural. O censo agropecuário de 2006 (BRASIL, 2006c) evidenciou que a agricultura familiar está estabelecida em 24,3% do total da área ocupada pelas propriedades agrícolas, representando 84% das propriedades brasileiras. Ela é a principal produtora de alimentos básicos, tais como mandioca (87%), feijão (70%), milho (46%), arroz (34%), leite (58%), carne suína (59%) e aves (50%). Ao mesmo tempo, a agricultura familiar emprega 12,3 milhões de pessoas, o que representa 74,4% do pessoal empregado em propriedades agrícolas. Ainda que ocupe somente $\frac{1}{4}$ da área agrícola brasileira, ela emprega a grande maioria da população rural com renda agrícola e produz a maior parte dos alimentos do povo brasileiro, constituindo-se na principal abastecedora e promotora da segurança alimentar e nutricional.

É nesse contexto, de consolidação da SAN como tema estratégico no desenvolvimento rural, que se verifica uma demanda crescente do ensino de SAN, que venha a fomentar iniciativas acadêmicas e políticas públicas nas esferas estaduais e municipais que associem esse tema ao desenvolvimento rural.

POLÍTICAS E PROGRAMAS DE SAN QUE POTENCIALIZAM O DESENVOLVIMENTO RURAL

O processo de discussão, construção e implementação de políticas e programas de SAN no Brasil apresenta dois traços relevantes que importa detalhar. Por um lado, o debate sobre a SAN é fortemente influenciado pelas organizações e movimentos sociais que emergiram ao longo da segunda metade do século XX. Estes, conforme Dagnino (2002) e Gohn (2003), especialmente a partir da década de 1990, passaram da resistência e contestação a uma atitude de proposição, com expressiva ocupação de espaços públicos e participação na proposta e elaboração de políticas públicas, entre as quais aquelas voltadas à saúde, à educação, à agricultura familiar e à SAN. Aos poucos essa experiência da sociedade civil vai influenciando o Estado no sentido de reconhecer e adotar diversas dessas políticas.

Os casos do PAA e do PNAE são exemplares, pois ambos os programas foram forjados no interior de organizações sociais, e o termo de sua elaboração teve um de seus lócus no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Na esfera municipal, Baptista e Coelho-de-Souza (2011) caracterizam a adequação de uma ação em SAN às lógicas dos mbyá-guarani na região metropolitana de Porto Alegre. Nesse caso, os guarani que recebiam cestas básicas exigiram que elas contivessem farinha de trigo, farinha de milho, erva-mate e mel, alimentos necessários à sua alimentação tradicional, o que gerou um impasse, pois o mel encarecia o valor das cestas. Estas são distribuídas pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC)⁴², que assumiu a reivindicação dos guarani e fez uma adequação, retirando a sardinha enlatada e diminuindo a quantidade de açúcar. As autoras ressaltam que, embora essas ações se aproximem das lógicas guarani, para eles, “a verdadeira segurança alimentar está na possibilidade de praticar sua agricultura tradicional e consumir seus alimentos tradicionais” (p. 94).

A Emenda Constitucional nº 64, que inclui a alimentação entre os direitos sociais fundamentais consagrados no artigo 6º da Constituição Federal, é outro exemplo desse processo de mobilização social⁴³. Pois uma demanda social foi transformada em lei, graças a uma mobilização social de amplo espectro de organizações e movimentos sociais articulados em torno do CONSEA e à sensibilidade dos legisladores. Da mesma forma, a experiência da construção de cisternas no semiárido brasileiro é uma expressão da ação de organizações sociais unidas em torno da Articulação do Semiárido (ASA), que desencadearam diversas iniciativas de acesso à água e à SAN que foram, aos poucos, sendo adotadas pelo Estado brasileiro como políticas públicas de desenvolvimento e convivência com o semiárido.

Por outro lado, o governo federal vem adotando, nos últimos anos, sistematicamente, um conjunto de medidas que se traduzem em políticas públicas indutoras de novas ações nos estados e municípios. Na SAN, isso se concretiza através da adoção de programas abrangentes que potencializam a agricultura familiar e a SAN, entre os quais o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Bolsa Família (PBF), o Programa de Aquisição de Alimentos e outros tantos programas e ações que totalizam mais de 162 iniciativas em SAN no Brasil (BRASIL, 2006b).

O Programa Bolsa Família transfere diretamente renda às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, contribuindo para assegurar que a população mais vulnerável à fome amplie suas condições de adquirir seus alimentos essenciais. O PNAE transfere recursos financeiros federais para que os estados e municípios adquiriram gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar. O PAA possibilita o acesso a alimentos de qualidade, na quantidade e com a regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, contribuindo para a dinamização da

42 A FASC tem como missão formular, gerenciar e executar a política de Assistência Social no município de Porto Alegre.

43 Ver, supra, a nota 38.

agricultura familiar em pequena escala. O PRONAF viabiliza diversas modalidades de crédito para o fortalecimento da agricultura familiar, com baixas taxas de juros e baixas taxas de inadimplência por parte dos agricultores familiares. Esses quatro programas apresentam um potencial inovador para o desenvolvimento rural em escala familiar, propiciando agregação de renda e incremento na segurança alimentar e nutricional.

O Rio Grande do Sul foi um dos primeiros estados do Brasil a aprovar sua Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (RIO GRANDE DO SUL, 2007) e, na sequência, aprovou a criação da Câmara Intersetorial de SAN⁴⁴. O estado também conta com expressiva quantidade de programas e ações federais de SAN em diferentes estágios de implantação, destacando-se entre os demais estados da Federação pela implantação do PAA e do PNAE na maioria de seus municípios. A existência de um grande número de estabelecimentos caracterizados como sendo de agricultura familiar facilitou a disseminação e a implementação desses programas nos municípios.

Todos os polos do PLAGEDER contaram com a participação de alguns alunos que frequentaram esta disciplina sobre SAN. E todos eles, indistintamente, mencionaram que, em seus respectivos municípios, existe pelo menos um programa de SAN em andamento. O Programa Bolsa Família e o PNAE estão presentes em todos os municípios de proveniência dos alunos da disciplina. Já o PAA não atinge a totalidade desses municípios, mas está presente na maioria deles. Isso vem a confirmar o quanto tais programas de abrangência nacional contribuem para a dinamização da agricultura familiar e o desenvolvimento rural, ao mesmo tempo em que requerem ser fortalecidos para cumprirem a missão para a qual foram instaurados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

ANJOS, José Carlos dos. Raça e pobreza rural no Brasil Meridional: a comunidade de São Miguel dos Pretos – um estudo de caso. *Teoria e Pesquisa*, São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, v. 1, n. 42/43, p. 199-220, jan./jul. 2003. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/61/51>>. Acesso em: 10 maio 2010.

BAPTISTA, Marcela Meneghetti. *O mbyá reko (modo de ser guarani) e as políticas públicas na região metropolitana de Porto Alegre: uma discussão sobre o etnodesenvolvimento*. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

44 A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional foi criada em 2009 e instalada em 2011.

BATISTA FILHO, Malaquias; RISSIN, Anete. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, p. S181-S191, 2003.

BELIK, Walter. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan./jun. 2003.

BLEIL, Susan Inez. O padrão alimentar ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. *Cadernos de Debate*, Campinas, v. 6, p. 1-25, 1998.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006a. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Normalmente chamada de LOSAN.

_____. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. *Lei de Segurança Alimentar e Nutricional: conceitos*. Brasília, 2006b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. *Agricultura familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006*. 2006c. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/sites/default/files/cartilha%20ibge%20agricultura%20familiar.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2011.

_____. *III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional*. Relatório Final 2007. Brasília, 2007.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

_____. *A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais*. Brasília, 2010a.

_____. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010b. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.

CASTRO, Anna Maria de (Org.). *Fome: um tema proibido*. Últimos escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. O dilema brasileiro: pão ou aço. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. Modernização da agricultura e o agravamento da insegurança alimentar no Brasil: o papel das populações locais e sua agrobiodiversidade. In: SILVA, Valdeline Atanzio da; ALMEIDA, Alyson Luiz Santos de; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de (Org.). *Etnobiologia e Etnoecologia: pessoas & natureza na América Latina*. Recife: Nuppea, 2010. p. 65-85.

CONTI, Irio Luiz. *Segurança alimentar e nutricional: noções básicas*. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier – IFIBE, 2009.

DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002.

D'ÁVILA, Cláudia Romeiro; ROVERSI, Mariana Menezes Santarelli. Programa de Aquisição de Alimentos. In: CONTI, Irio Luiz (Org.). *Programa de Aquisição de Alimentos: uma inovação em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional*. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier – IFIBE, 2010. p. 21-32. (GenteSan, 3).

DIEZ GARCIA, Rosa Wanda. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 16, n. 4, p. 483-492, out./dez. 2003.

FROELICH, Elizângela. *A capacidade de “fazer diferente”*: os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do Programa de Alimentação Escolar em Dois Irmãos e Tapes (RS). 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GAZOLA, Marcio. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GOHN, Maria da Glória Marcondes (Org.). *Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro*. Campinas: Instituto de Economia, Ed. da UNICAMP, 1999. (Pesquisas, 1).

INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil*. 2001. Disponível em: <www.fomezero.gov.br/download/livro_projeto%20fome.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2011.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco; VALENTE, Flávio Luiz Schiecki. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. *Revista Cadernos de Debate*, Campinas, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, v. 4, p. 66-88, 1996.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco. *Segurança alimentar*. 2000. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/download/tconferencias_Maluf_Menezes_2000_por.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2011.

MONDINI, Lenise; MONTEIRO, Carlos A. Mudanças no padrão de alimentação da população urbana brasileira (1962-1988). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 28, n. 6, p. 433-439, 1994.

MORGAN, Kevin. Greening the realm: sustainable food chains and the public plate. *Regional Studies*, London, v. 4, p. 1237-1250, Sept. 2008.

OLIVEIRA, Silvana Pedroso; THÉBAUD-MONY, Annie. Modelo de Consumo Agroindustrial: Homogeneização ou Diversificação dos Hábitos Alimentares? *Revista Cadernos de Debate*, Campinas, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, v. 4, p. 1-13, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos. *Comentário Geral nº 12*. O direito humano à alimentação, 1999. Disponível em: <<http://www.abrandh.org.br/download/20100702204835.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

RIGON, Sílvia do Amaral et al. (Org.). *Soberania e segurança alimentar na construção da agroecologia: sistematização de experiências*. Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia – GT SSA/ANA. Rio de Janeiro: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 12.861, de 18 de dezembro de 2007. Institui o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Rio Grande do Sul – SISANS-RS.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 3 (119), p. 511-531, jul./set. 2010.

VALENTE, Flávio Luiz Schiecki. *Direito humano à alimentação: desafios e conquistas*. São Paulo: Cortez, 2002.

VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

WAQUIL, Paulo Dabdab; MIELE, Marcelo; SCHULTZ, Glauco. *Mercado e comercialização de produtos agrícolas*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010. (Educação a Distância, 16).

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. As políticas sociais e os direitos: alguns apontamentos sobre o Programa Bolsa Família no Nordeste. *Política Hoje*, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, v. 18, p. 342-366, 2009.

*Marcelino de Souza*⁴⁵, *Angela Luciane Klein*⁴⁶,
*Andressa Ramos Teixeira*⁴⁷ e *Renata Gonçalves Rodrigues*⁴⁸

INTRODUÇÃO

A atividade turística vem emergindo constantemente em pautas de políticas públicas, debates e pesquisas científicas que abordam o desenvolvimento rural brasileiro, sendo vislumbrada como uma atividade capaz de auxiliar no incremento da qualidade de vida de famílias que vivem no campo, graças à geração de uma série de benefícios proporcionados pela inserção dessa atividade no meio rural.

Todavia, pensar o turismo no contexto do desenvolvimento rural pressupõe que se conheçam os elementos e as etapas do processo turístico, a fim de que se possa planejar a atividade com o intuito de maximizar seus benefícios e minimizar seus efeitos negativos. Nesse sentido, a disciplina **Tópicos Especiais**, ao abordar o tema do *Turismo Rural*, em um curso que visa a preparar profissionais aptos a planejar o espaço rural contemplando as diversas esferas do desenvolvimento, objetiva proporcionar o conhecimento dos elementos, das características, peculiaridades e potencialidades da atividade turística no meio rural, bem como de sua relação com o desenvolvimento rural e as políticas públicas no contexto brasileiro.

Com base no objetivo e no conteúdo desse tema, foi elaborado o material apresentado no presente capítulo, o qual visa a dar o aporte necessário ao entendimento dos aspectos acima mencionados. O capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira seção, são expostas algumas perspectivas recentes sobre o mundo rural que propiciaram a emergência do turismo no cenário rural brasileiro. Na segunda seção, apresentam-se os conceitos e as tipologias que concernem ao turismo rural,

45 Engenheiro agrônomo; mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria; doutor em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de Campinas; Professor Associado do Departamento de Ciências Econômicas e dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e do Agronegócio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

46 Pedagoga; mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Tutora a Distância do PLAGEDER.

47 Geógrafa; mestre em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Tutora a Distância do PLAGEDER.

48 Graduada em Administração pela Universidade de Passo Fundo; mestre em Agronegócios pelo Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Tutora a Distância do PLAGEDER.

bem como, as características e funções relacionadas à atividade. Na terceira seção, consagrada ao estudo das políticas públicas voltadas à atividade, são apresentados aspectos referentes à regulamentação e ao fomento do turismo no meio rural. Por fim, a quarta seção aborda o turismo enquanto processo estruturado em etapas, com destaque para a etapa de planejamento e as possíveis influências geradas pela atividade.

O SURGIMENTO DO TURISMO NO CONTEXTO DAS NOVAS RURALIDADES

A noção de *rural* apresenta diferentes conceituações, variáveis em consonância com o momento histórico e o contexto social no qual se insere, e é permeada por configurações econômicas e socioespaciais de acordo com cada época.

Assim sendo, o que era entendido como rural na década de 1940 já não o é hoje. Naquela época, por exemplo, as discussões em torno da noção de rural foram fortemente influenciadas pelo surgimento do processo de industrialização, ocasionando uma verdadeira ruptura cultural, por cujo efeito o rural e o urbano passaram a ser vistos em perspectivas dicotômicas e com características opostas. Resulta daí a imagem de duas sociedades paralelas, que coexistem no Brasil quase isoladas uma da outra (QUEIROZ, 1979).

Nessa conjuntura, a noção difundida por muitos estudiosos e pesquisadores acerca do rural, não somente no Brasil, como também em outros países da América Latina e Europa, encontra-se vinculada à ideia de atraso, retrocesso e desinformação. De acordo com Gomes (citado por KAGEYAMA, 2008, p. 19), essa visão tradicional acerca da ruralidade, associada à baixa densidade populacional e a uma população que se ocupa de atividades agrícolas e vive em situações de atraso material e cultural, é baseada em

[...] uma dicotomia que opõe o tradicional, representado pelo campo, pelo agrícola e pelo rural, ao moderno, representado pela cidade, pela indústria e pelo urbano. Essa situação tem por consequência lógica a inevitável migração da população rural para a cidade.

No entanto, em decorrência de uma série de fatores, entre os quais a crise que atinge o setor agrícola a partir dos anos 1970, começa a despontar no meio rural, em oposição a essa visão tradicional, uma nova realidade, caracterizada por uma grande diversidade de interesses, serviços e novas funções, já não exclusivamente produtivas, como aquelas relacionadas à residência, à paisagem, ao lazer, resultando em mudanças significativas na compreensão da noção de rural.

Essa nova fase despertou um amplo debate no meio acadêmico e científico, em busca de uma redefinição do conceito de rural brasileiro, sobretudo a partir da década de 1990. Fatores como a mobilidade crescente entre a cidade e o campo, associada à homogeneização dos modos de vida e dos comportamentos sociais, o recuo demográfico da agricultura, a industrialização e a terceirização difusas são fenômenos que têm contribuído para acentuar essa imprecisão de fronteiras.

A esse respeito, Rodrigues (2000) ressalta que, apesar das diferenças que se verificam entre campo e cidade, estes constituem, no contexto atual, realidades tão interligadas que não podem ser apreendidas de maneira dualista, como se fossem totalmente separadas, distintas e opostas. O rural apresenta hoje um enorme dinamismo e mantém estreitos vínculos com o urbano, sendo caracterizado por um conjunto de novas funções e ocupações que constituem o denominado “novo rural”.

Wanderley (2000) destaca um conjunto de elementos que caracterizam essa nova ruralidade, representada por uma integração intersetorial entre o meio rural e o meio urbano: diversificação social, relações de complementaridade com o urbano, crescimento demográfico, valorização dos patrimônios natural e cultural e o surgimento de novos papéis atribuídos aos agricultores, abrangendo aspectos que vão desde a preservação da paisagem e a proteção ambiental até a reprodução das tradições culturais rurais.

Nesse contexto, entre os traços marcantes do mundo rural de hoje, destacam-se a pluriatividade, a multifuncionalidade e a diversidade, três características que permitem entender melhor a atividade turística no espaço rural enquanto estratégia com potencial para favorecer o desenvolvimento rural.

Para Brun (1989, p. 8), a pluriatividade pode ser compreendida como a “diversificação das atividades internas e externas das explorações agrícolas que envolvem um ou mais membros do agregado familiar, a qual permite a construção de um modelo de certo equilíbrio entre o mundo rural e o urbano”. Sua caracterização compreende, portanto, três elementos principais: estruturas familiares, estrutura e orientação do processo de exploração agrícola, mercado de trabalho e oportunidades de atividades locais.

Já a multifuncionalidade pode ser entendida a partir do conceito de *desenvolvimento rural multifuncional*, que, segundo Sznajder, Prezezbórska e Scrimgeour (2009), se refere à ativação e à diversificação de atividades de negócio, de tal maneira que o futuro da população rural está conectado não somente com a agricultura, mas também com outros setores da economia que são alternativos nessa atividade.

Desse modo, o desenvolvimento multifuncional implica a inserção de um crescente número de novas funções agrícolas e não-agrícolas no espaço rural, relacionadas aos setores de produção, comércio e serviços. Entre essas funções, os mencionados autores citam a mecanização, a proteção de plantas, a compra, a estocagem, o transporte e o comércio de produtos agrícolas, a economia florestal, o cuidado de paisagem e proteção ambiental e, por fim, o turismo rural e o agroturismo.

O conceito de desenvolvimento rural multifuncional torna-se, pois, extremamente útil na medida em que permite compreender como a atividade turística rural é uma inovação social que tem promovido os espaços rurais enquanto locais de recreio e de lazer.

A ATIVIDADE TURÍSTICA NO ESPAÇO RURAL

Turismo rural: conceitos e tipologias

O turismo rural no Brasil é uma atividade relativamente recente, se comparada a outros segmentos do turismo. As primeiras experiências foram registradas no município de Lages/SC, no ano de 1984, quando alguns proprietários rurais, em virtude das dificuldades econômicas do setor agropecuário, decidiram diversificar suas atividades e passaram a receber turistas em suas propriedades (ZIMMERMANN, 1996). Desde então, esse segmento vem crescendo de maneira significativa nas diferentes regiões brasileiras, e se destaca como atividade não-agrícola com grande potencial para promover o desenvolvimento local, propiciando a dinamização social e econômica das áreas rurais.

Nesse contexto, proliferam diversas modalidades do turismo (agroturismo, ecoturismo, turismo rural, turismo cultural), delineando uma nova configuração dos espaços rurais. As características típicas do meio rural, tais como a gastronomia, o patrimônio natural e cultural, os costumes, além das opções de lazer e de descanso, têm atraído cada vez mais os habitantes das cidades.

O turismo desenvolvido em áreas rurais acaba, conseqüentemente, associado a diferentes terminologias, sobretudo em função da diversidade cultural, econômica, ambiental e social entre regiões, provocando confusão terminológica e diversidade de classificações. Isso tem gerado, muitas vezes, divergências não somente entre pesquisadores, mas também entre agentes e promotores do turismo, em nível nacional e internacional.

De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2006), turismo rural “é o conjunto de atividades turísticas desenvolvido no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (p. 49). Esse conceito evidencia claramente o caráter abrangente e, de certa forma, impreciso, presente também em outros autores, que abarcam um conjunto diversificado de aspectos, tais como turismo, território, recursos naturais, culturais e sociais.

A partir de uma sistematização das conceituações de turismo rural adotadas por diferentes autores e em diferentes países, Tulik (2003) propõe uma classificação bastante ampla do turismo rural no conjunto das modalidades turísticas, que merece ser apresentada aqui.

- **Turismo Alternativo:** expressão criada por oposição ao **Turismo Convencional**, especialmente o litorâneo, o internacional e o de massa, com o objetivo de dar maior atenção às questões ambientais e aos impactos delas decorrentes e de abranger todas as práticas turísticas desenvolvidas em meio rural: Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Aventura e o próprio Turismo Rural. Entretanto, a expressão é ambígua, pois, embora se evidencie que o Turismo Alternativo está isento de levar aglomerações e danificações ao meio, “em alguns lugares, mesmo em

algumas áreas protegidas, as diferentes formas de turismo não urbano têm assumido características de massificação” (p. 31).

- ▶ **Turismo no Espaço Rural (TER) / Turismo na Área Rural (TAR):** expressões empregadas como sinônimas de Turismo Rural. Compreendem todas as formas de turismo realizadas no espaço rural, incluídos nesse conjunto desde os componentes rurais e culturais até os naturais.
- ▶ **Turismo em Áreas Rurais e Naturais:** conceito compreendido por alguns autores como sendo o oposto de urbano. Esta tipologia tem um caráter muito amplo e generalizado, não estabelecendo distinção entre Turismo Rural e Turismo em Áreas Rurais. Inclui Turismo Verde, Agroturismo, Ecoturismo, Turismo de Aventura e Turismo Rural.
- ▶ **Turismo na Natureza / Ecoturismo:** nesta linha, o Turismo Rural encontra-se diretamente relacionado com a natureza, com o contato e a contemplação da fauna e da flora, passando pelos elementos tipicamente rurais referentes à vida no campo.
- ▶ **Turismo Cultural:** caracterizado pelo conteúdo cultural. Compreende um grupo mais abrangente, que inclui o Turismo Rural e seus subtipos.
- ▶ **Agroturismo:** de acordo com as experiências europeias, “desenvolve-se integrado a uma propriedade rural ativa, de organização e gestão familiar, com a presença do proprietário, como forma complementar de atividades de renda; pressupõe o contato direto do turista com o meio rural, alojamento na propriedade e possibilidade de participar das atividades rotineiras” (p. 39).
- ▶ **Turismo Rural:** expressão utilizada por muitos autores como sinônima de **TER** e de **TAR**. Essa modalidade de turismo adquire, muitas vezes, um caráter genérico, englobando qualquer atividade turística desenvolvida no espaço rural. Entretanto, em um sentido mais estrito e literal, o Turismo Rural relaciona-se às especificidades do rural, tais como paisagem rural, estilo de vida rural e cultura rural.

Como se verifica, é mantida, até certo ponto, uma confusão terminológica com a sobreposição de tipologias, o que dificulta a compreensão clara do que se entende por turismo rural.

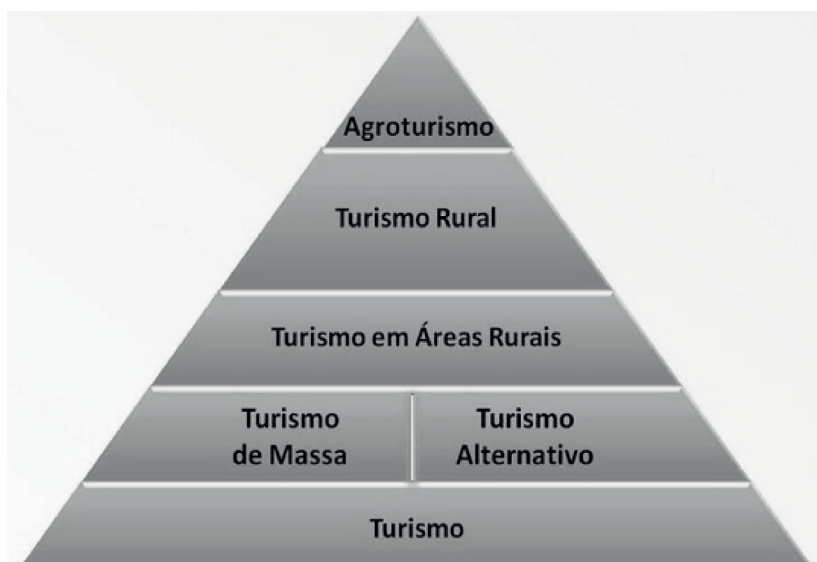
Para Campanhola e Graziano da Silva (2000), a distinção entre “turismo no meio rural” e “agroturismo” é de suma importância, uma vez que “essa diferenciação reflete melhor a separação entre aquelas atividades ligadas às diferentes formas de lazer e recreação que se realizam dentro e fora das propriedades rurais” (p. 147). Conforme esses autores, o “turismo no meio rural” está relacionado a qualquer atividade de lazer e turismo que seja realizada em áreas rurais, envolvendo, além do agroturismo, outras atividades não relacionadas a atividades agropecuárias pro-

dutivas, ou à produção agropecuária. Para o agroturismo, os autores apresentam o seguinte conceito:

Atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade, devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc.), a partir do “tempo livre” das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão de obra externa (p. 148).

Em outras palavras, “o agroturismo refere-se às atividades turísticas que ocorrem no interior das propriedades com atividades agropecuárias produtivas” (p. 148). Nessa perspectiva, as atividades agropecuárias de caráter produtivo ganham respaldo e se tornam parte importante da atividade turística, gerando renda e ocupações para as famílias envolvidas e produtos típicos e de qualidade para os turistas.

Sznajder, Prezezbórska e Scrimgeour (2009) salientam que a distinção entre agroturismo e turismo rural não é artificial. Turismo rural e agroturismo não são expressões equivalentes, mas os dois conceitos estão intimamente interligados. Por outro lado, a extensão do conceito de agroturismo varia de acordo com as diferentes regiões geográficas, variabilidade essa que resulta sobretudo do papel que a agricultura e as áreas rurais desempenham em cada região ou país. Todavia, como se observa na pirâmide abaixo, elaborada por esses autores, evidencia-se, de um modo geral, uma posição hierárquica menos abrangente do turismo rural e do agroturismo em relação aos demais tipos de turismo (turismo em áreas rurais, turismo de massa, turismo alternativo).



Pirâmide de abrangência dos termos relacionados com o turismo
Elaborado pelos autores a partir de: SZNAJDER; PREZEZBÓRSKA; SCRIMGEOUR, 2009, p. 6.

Bricalli (2005, p. 46) ressalta que o turismo no espaço rural representa a categoria mais abrangente, que envolve todas as demais modalidades de turismo, enquanto o turismo rural propriamente dito se caracteriza pelo “envolvimento dos turistas com a população local e com o ambiente onde é praticado” e o agroturismo “está relacionado com a presença das atividades agropecuárias nos limites das propriedades”.

De acordo com a definição de Bovo (2005), o turismo rural encontra-se estruturado em um espaço rural caracterizado pela natureza, pela identidade local e pelo modo de vida no campo, sendo este último o atrativo central da atividade turística. Tal conceito vai ao encontro da proposta de Zimmermann (1996), que destaca como princípios que regem o turismo rural o atendimento familiar, a preservação das raízes, a harmonia e sustentabilidade ambiental, a autenticidade de identidade, a qualidade do produto e o envolvimento da comunidade local.

Outra perspectiva de análise que merece um olhar mais atento encontra-se em Rodrigues (2000, p. 54), para quem o turismo rural estaria “relacionado a atividades agrárias passadas e presentes que conferem à paisagem sua fisionomia nitidamente rural”, diferenciando-as das áreas “cuja marca persistente é o seu grau de naturalidade, relativo a ecossistemas ricos em biodiversidade”. Para definir turismo rural, a autora sugere a sistematização e classificação que segue, levando em conta alguns aspectos importantes, tais como o processo histórico-cultural das propriedades, a estrutura fundiária e características da paisagem, entre outros.

- ▶ **Turismo Rural Tradicional:** seus principais produtos turísticos estão relacionados à história do país. Subdivide-se em:
 - **Turismo Rural de Origem Agrícola:** é representado pelas propriedades que se constituíram como unidades de exploração agrária durante os ciclos do café, do açúcar e do ouro. As hospedagens são feitas em antigas fazendas de café paulistas e em outras que tiveram origem na rota de tropeiros, a exemplo do que se verifica em Lages/SC;
 - **Turismo Rural de Colonização Europeia:** está relacionada à história da imigração europeia para o Brasil, especialmente para a região Sul. Em geral, as hospedagens são feitas em fazendas suntuosas ou em pequenas propriedades rurais, de estrutura simples e rústica, na qual a atividade agrária ainda detém um papel importante e o turismo se constitui em atividade econômica complementar: “trata-se de um turismo de pequeno porte, modesto, de estrutura essencialmente familiar”.
- ▶ **Turismo Rural Contemporâneo:** essa modalidade emerge como alternativa ao modelo “sol e praia”, estando associada ao modo de vida e cultura do campo. Integram esse grupo os hotéis-fazendas, as pousadas rurais, os *spas* rurais, as segundas residências campestres e os *campings* rurais.

Os hotéis-fazenda, assim como as pousadas rurais, estão ligados à valorização da cultura rural, via folclore, gastronomia e atividades rurais. A principal diferença entre esses dois tipos de estabelecimentos está na sofisticação, uma vez que o segundo é mais rústico e menos sofisticado que o primeiro. Os *spas* rurais têm como objetivo proporcionar ao paciente-hóspede “o bucolismo da vida campestre”, incrementado com caminhadas, esportes aquáticos e banhos de cachoeira. Podem, portanto, enquadrar-se também na categoria turismo-saúde.

A segunda residência campestre encontra-se nos arredores de aglomerações metropolitanas e em zonas serranas, como, por exemplo, as cidades de Petrópolis e Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro. A respeito de tais estabelecimentos, Bovo (2005) assinala que eles apresentam características que podem ou não defini-los como promotores de atividades de turismo rural.

A diversidade de conceitos e de terminologias apresentados no decorrer desta exposição acaba por causar confusão e dificulta a proposta de uma classificação clara e objetiva que possa servir como elemento orientador de políticas públicas voltadas ao turismo rural e ao desenvolvimento local.

Características e funções do turismo rural

De um modo geral, o turismo rural caracteriza-se como uma atividade não-agrícola que possibilita um melhor aproveitamento da propriedade rural, ajudando o agricultor a agregar valor aos produtos ou serviços que nela são gerados. No entanto, para além dessa visão geral, existem aspectos que permitem uma apreensão mais aprofundada dessa atividade enquanto fenômeno característico da atualidade e que, por esse motivo, merecem ser analisados.

Sznajder, Prezebórska e Scrimgeour (2009) resumem em três as principais características do turismo rural⁴⁹. A primeira delas refere-se à possibilidade que essa atividade tem de satisfazer determinadas necessidades humanas, como é o caso da participação prática do turista no processo de produção de alimentos, na propriedade de uma família ou na comunidade rural. Nessa perspectiva, o turista tem a oportunidade não apenas de auxiliar na produção animal e vegetal e no processamento de alimentos, mas, sobretudo, de observar parte da vida de uma família agrícola. O turismo rural compreendido nesses termos representa, segundo os autores, um tipo de turismo difícil, porém ambicioso, pois não é uma forma de turismo considerada interessante por todos os turistas, mas somente por aqueles que buscam aliar descanso à aquisição de novos conhecimentos ou experiências práticas.

A segunda característica destacada pelos autores diz respeito à possibilidade de satisfazer a necessidade cognitiva humana e/ou etnográfica, dentro do contexto da

49 Os autores utilizam o termo *agriturismo*. Optou-se, neste livro, pela utilização do termo *turismo rural*, apesar da distinção entre os conceitos que serão apresentados na sequência do texto.

produção agrícola. O turismo rural é um tipo de atividade que propicia ao turista um aprendizado sobre a vida das pessoas do meio rural, sobre sua cultura e seus costumes.

Por último, os autores mencionam a possibilidade de satisfazer necessidades emocionais, referindo-se à disposição que têm os turistas para o contato direto com animais domésticos, plantas e produtos de processamento, bem como ao seu gosto por vivenciar o rural idílico relacionado com a rusticidade, o silêncio, os sons e os aromas característicos do campo.

Esse conjunto de características evidencia outro aspecto relevante do turismo rural, qual seja, seu caráter multidisciplinar, que deveria ser abordado e tratado por diferentes disciplinas, tais como a Economia, a Geografia, a Biologia, a Agricultura, o Direito, a Ecologia, a Etnologia e outras.

Associado e essas particularidades, Sznajder, Prezezbórska e Scrimgeour destacam um conjunto de funções de importância variada relacionadas com a renda, o emprego, a ativação de áreas rurais e a conservação da natureza, e outras vinculadas ao descanso, à recreação e à educação tanto de populações urbanas quanto de populações rurais. Os autores classificam essas funções em três categorias distintas: a função psicossocial, a função econômica e a função espacial e ambiental, como mostra o quadro abaixo.

Funções do Agroturismo		
Psicossocial	Econômica	Espacial e ambiental
<ol style="list-style-type: none">1. Aquisição de novas habilidades2. Conhecimento de novas pessoas3. Possibilidade de reviver tradições rurais4. Promoção da educação	<ol style="list-style-type: none">1. Aumento das opções de acomodação2. Aumento dos locais de trabalho3. Ampliação das fontes de lucro4. Superação da recessão econômica5. Promoção do desenvolvimento econômico social	<ol style="list-style-type: none">1. Proteção integrada dos ambientes e da natureza2. Desenvolvimento da infraestrutura local3. Valorização dos imóveis locais4. Utilização de recursos5. Contenção do êxodo rural

Funções do agroturismo
Elaborado pelos autores a partir de: LAKOVIDOU et al., citados por SZNAJDER; PREZEZBÓRSKA; SCRIMGEOUR, 2009, p. 10.

A primeira dessas funções, isto é, a função psicossocial ou sociopsicológica, encontra-se vinculada a um conjunto variado de aspectos: maior respeito pela comunidade rural; o entrelaçamento entre culturas do meio urbano e do meio rural; a oportunidade de ter contato com o estilo de vida tradicional da comunidade rural; a aquisição de novas habilidades, experiências e profissões; a possibilidade de reviver tradições rurais, suscitando o respeito e a revalorização de tradições folclóricas

e culturais “esquecidas”; e a chance de adquirir conhecimentos sobre a natureza, a herança cultural e os produtos agrícolas, favorecendo, assim, a mudança de atitudes específicas em relação a diferentes aspectos da realidade.

As funções econômicas, por sua vez, estão vinculadas aos incentivos para o desenvolvimento agrícola, podendo representar a geração de uma fonte de renda adicional, tanto para as propriedades rurais quanto para as comunidades locais e regionais. No quadro, destacam-se: a ampliação das facilidades de acomodação (alojamento); a manutenção da produção existente e a melhoria da qualidade de serviços oferecidos e a consequente contribuição para o desenvolvimento de mercados locais voltados para gêneros alimentícios e diferentes tipos de serviços; a criação de empregos e a redução das taxas de desemprego; possibilidades de fontes de rendas adicionais para agricultores e a consequente redução da dependência da agricultura; a diversificação da economia local; e a revitalização da comunidade rural.

Por fim, as funções espaciais e ambientais incluem aspectos como: o cuidado com o ambiente e a proteção da natureza; o desenvolvimento da infraestrutura local (abastecimento de água, sistema de detritos, tratamento de restos de plantas, estradas, transporte público, facilidades de recreação), permitindo que a vida no campo se torne mais fácil e que se melhore o padrão de vida das populações rurais; a atenção dada ao valor estético das casas e das áreas em sua vizinhança; o aproveitamento de construções antigas, comumente abandonadas, mas que representam um elemento importante da preservação da herança cultural rural; a retenção da migração em massa nas áreas rurais; e a diminuição do êxodo rural.

De acordo com os mesmos autores, algumas das funções mencionadas se sobrepõem, se adicionam ou derivam de outra. Além disso, é difícil determinar quais delas são mais ou menos relevantes, porém muitos estudos têm evidenciado que a função primária do turismo rural destacada pelos agricultores e fornecedores de alojamentos rurais está relacionada à renda adicional.

Aspectos do turismo rural

Embora o turismo rural seja revestido de características e funções apreciáveis relacionadas ao desenvolvimento das áreas rurais, existem alguns aspectos considerados essenciais para sua plena realização, quais sejam: organização, administração, *marketing* e economia. Esses aspectos permitem uma visão mais ampla da complexidade do turismo rural e dos desafios a serem enfrentados caso ele seja encarado como uma estratégia de desenvolvimento rural. E, segundo Sznajder, Prezezbórska e Scrimgeour (2009), o conhecimento de tais aspectos pode ser transformado em produto ou serviço a ser oferecido aos turistas.

- **Organização do turismo rural** – A organização associa-se a todas as leis de negócio e finanças, bem como às regulações de segurança, instituindo uma estrutura para o turismo rural. Nesse sentido, a organização diz respeito aos tipos de propriedade, às obrigações, à estrutura interna

da entidade de turismo rural e às relações existentes entre produtos e serviços que são oferecidos pela exploração agrícola.

- ▶ **Administração em turismo rural** – Esta compreende a administração da logística, dos produtos e serviços, da hospitalidade, da qualidade e da segurança, bem como dos recursos humanos. Abrange, assim, o modo de receber os hóspedes e de dialogar com eles, a forma como as refeições são preparadas, a programação artística e, além disso, a decoração interna e dos arredores.
- ▶ **Marketing no turismo rural** – O *marketing* abrange a propaganda e a promoção dos produtos turísticos, assim como a divulgação e a política de preços. Os preços não apenas determinam a renda, mas também informam o “objetivo” aos turistas. Segundo García Henche (2006, p. 188), “na hora de estudar o instrumento preço e sua utilização no turismo rural, há que se considerar que turismo rural é a oferta de serviços turísticos aos consumidores”. Assim sendo, o *marketing* também tem por função pesquisar consumidores potenciais, em termos de idade, sexo, local de residência, nível de renda, preferências e modo de vida. A essência do *marketing* é, portanto, um produto bem desenvolvido.
- ▶ **Economia do turismo rural** – O foco da análise econômica do turismo rural contempla a descrição e a avaliação das entidades que estão em funcionamento no setor, representadas não somente por explorações agrícolas, mas também por determinadas empresas e associações. A economia do turismo rural também abrange a segmentação de consumidores de serviços turísticos rurais e a análise de mercado, bem como os problemas de financiamento de empresas turísticas rurais, investimentos na atividade e renda das pessoas rurais.

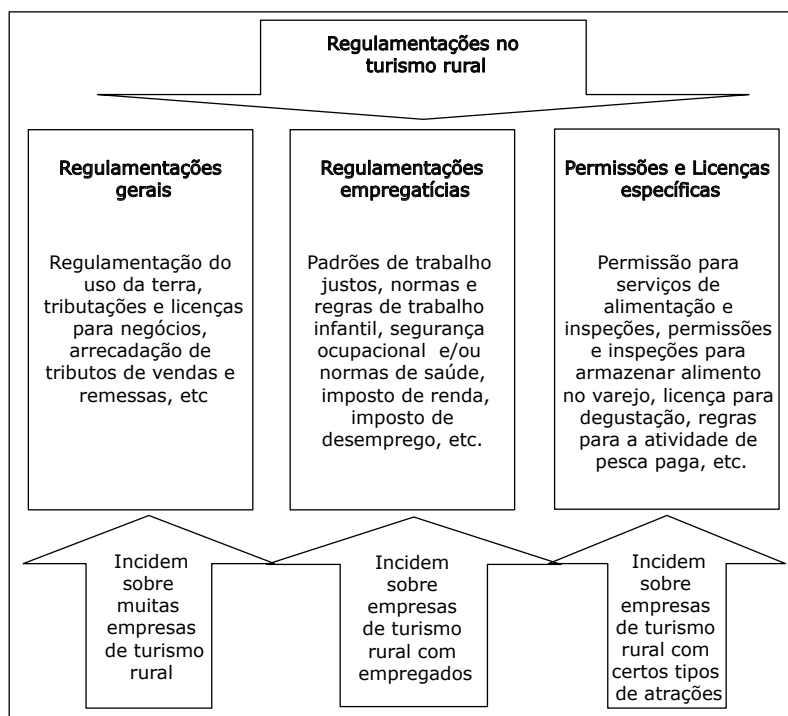
Nessa perspectiva, os desafios econômicos do turismo rural estão relacionados não apenas à situação da economia nacional e regional, mas sobretudo às decisões econômicas das empresas, dos consumidores e dos elaboradores de políticas públicas.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO COM ÊNFASE NO TURISMO RURAL

Embora tenha surgido na década de 1980, foi somente a partir da década de 1990 que a temática do turismo rural passou a ser o foco de uma série de discussões no cenário acadêmico e político brasileiro. Desde então, percebe-se uma crescente influência do Estado, com a criação de políticas públicas específicas, no sentido de viabilizar novas estratégias de fortalecimento e fomento dessa atividade em prol do desenvolvimento local e regional.

Dentro dessa conjuntura, a implementação e o desenvolvimento da atividade do turismo rural passou a ser mediada por um conjunto de normas ou regulamen-

tações, baseadas em leis e consideradas indispensáveis para sua viabilização. Assim, por exemplo, diversos regulamentos apresentam normas relativas a impostos, taxas, licenças, códigos e matrículas; ou orientam nos casos em que permissões podem ser requeridas. Esses fatores, apresentados no quadro abaixo, podem estar relacionados à localização da empresa (cidade ou mesmo região), a atrações oferecidas, ao sistema de contratação dos empregados, e assim por diante.



Regulamentações para empresas de turismo rural
Elaborado pelos autores a partir de: SZNAJDER; PREZEZBÓRSKA; SCRIMGEOUR, 2009.

As regulamentações para empreendimentos de turismo rural mudam de acordo com o tipo de empreendimento e de acordo com seu tamanho, com a natureza das tarefas e com o número de pessoas empregadas. Em uma operação de turismo rural que se encontre nos limites das cidades, o proprietário do empreendimento poderá necessitar de uma licença de negócio do distrito, ou de uma licença de negócio do município. Em outros casos, o registro de uma atividade de negócio pode incluir a obrigação de possuir um seguro social em uma instituição devidamente regulamentada, um seguro-doença, um seguro-acidente, um seguro-invalidéz, um seguro-aposentadoria, um fundo de emprego e um seguro-saúde; além disso, o registro de uma atividade de negócio pode envolver mudança no cálculo de impostos locais (SZNAJDER, PREZEZBÓRSKA E SCRIMGEOUR, 2009).

Como a atividade de turismo rural necessita de adequações legais, diversos problemas deverão ser equacionados, conforme mostra a figura abaixo.



Problemas relativos à regulamentação da atividade de turismo rural
Elaborado pelos autores a partir de: SZNAJDER; PREZEZBÓRSKA; SCRIMGEOUR, 2009.

O registro dos negócios é uma prática nas jurisdições de muitos países, e frequentemente é necessária, além do registro, a solicitação de licenças adicionais, que são emitidas por diferentes agências e departamentos governamentais. São essas licenças de negócios que vão permitir ao indivíduo ou à companhia exercer suas diferentes atividades em determinado território.

Quando relacionadas ao turismo rural, tanto no Brasil quanto em diversos outros países, as licenças ou permissões para cada tipo de atração estão atreladas a certos tipos de atividades, tais como:

- ▶ serviços alimentares;
- ▶ armazenagem de alimentos no varejo;
- ▶ produção, venda e transporte de vinho e licor;
- ▶ pequenos zoológicos;
- ▶ viveiros de plantas; e
- ▶ atividade de pesca remunerada.

Sznajder, Prezezbórska e Scrimgeour (2009) apontam que, de acordo com as leis domésticas de diferentes países, há regulamentações especiais para instituições que oferecem serviços de alojamento, incluindo quartos de hóspedes rurais e propriedades rurais de turismo. Para empresas turísticas tais como hotéis, casas de hóspedes, campos turísticos, propriedades turísticas rurais e outras instituições

com serviços similares, pode haver a exigência de solicitações específicas relativas às condições higiênico-sanitárias.

A adequação às regulamentações relativas ao turismo rural assume, portanto, importância significativa para os empreendedores do segmento, uma vez que tais fatores possibilitam o acesso às políticas públicas disponíveis. Apesar de seu caráter ainda recente no contexto brasileiro, as políticas públicas para o turismo rural são de grande importância para o desenvolvimento desses empreendimentos.

Nesse sentido, segundo George, Mair e Reid (2009), o papel das políticas públicas diz respeito a um dos principais aspectos do desenvolvimento do turismo, porém continua sendo um dos menos debatidos. Os autores salientam que uma política é um plano de ação para guiar ou influenciar decisões, ações e outros assuntos. Esse plano é desenvolvido como ferramenta administrativa, visando a atingir objetivos políticos, gerenciais, financeiros e administrativos estabelecidos. Inclusas em seu processo, estão a identificação de alternativas e a escolha daquelas que terão impactos mais positivos.

De acordo com Sznajder, Prezezbórska e Scrimgeour (2009), verifica-se falta de consenso na definição de políticas públicas, mas identificam-se, nas definições, elementos comuns, quais sejam:

- ▶ a política é feita em nome do “público”;
- ▶ a política geralmente é feita ou iniciada pelo governo;
- ▶ a política é interpretada e implementada pelos atores públicos e privados;
- ▶ identifica-se aquilo que o governo tenta fazer; e
- ▶ identifica-se aquilo que o governo escolhe não fazer.

Quando se relaciona turismo com política pública, existem, segundo George, Mair e Reid (2009), particularmente no nível local e regional, três principais objetivos, que são: diversificação econômica, renovação econômica e enfoque na área social.

Sendo considerado uma ferramenta para o desenvolvimento econômico, o turismo assume importância significativa para as áreas rurais, justificando sua inclusão nos projetos de desenvolvimento de tais áreas. No Brasil, as ações voltadas à valorização da atividade turística, bem como a atividade turística no meio rural, são destacadas no quadro abaixo, que apresenta um panorama histórico do turismo no país.

Período	Ações
1966	<ul style="list-style-type: none">• Criação do Conselho Nacional de Turismo e da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR
1971	<ul style="list-style-type: none">• Criação do Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR
1988	<ul style="list-style-type: none">• Promulgação da Constituição Federal, onde o incentivo ao turismo é citado como fator de desenvolvimento social e econômico
Década de 1990	<ul style="list-style-type: none">• Valorização da atividade turística
1994	<ul style="list-style-type: none">• Implementação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PMNT
1996	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação do Plano Nacional de Turismo – PNT
1998	<ul style="list-style-type: none">• Realização do I Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável – CITURDES• Elaboração da Carta de Santa Maria
1999	<ul style="list-style-type: none">• Atividades não-agrícolas como o turismo rural passam a ser contempladas pelo PRONAF
2003	<ul style="list-style-type: none">• Criação do Ministério do Turismo e lançamento do Plano Nacional de Turismo• Criação do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar• Apresentação do documento referente ao Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA• Diretrizes para o desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil 2003-2007
2004	<ul style="list-style-type: none">• Programa da Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil
2006	<ul style="list-style-type: none">• Segmentação do Turismo: marcos conceituais
2007	<ul style="list-style-type: none">• Documento referencial: Turismo no Brasil 2007-2010• Plano Nacional de Turismo 2007-2010

Panorama histórico do turismo no cenário brasileiro
Elaborado pelos autores a partir de: SANTOS; PIRES, 2010.

As inúmeras iniciativas governamentais acima apresentadas, destinadas a consolidar o turismo rural como vetor de desenvolvimento sustentável, revela a importância que essa atividade adquiriu no cenário político, social e econômico brasileiro. Entretanto, apesar de todos esses esforços, ainda há muito a fazer para que o turismo rural no Brasil se torne efetivamente uma atividade capaz de promover o desenvolvimento sustentável em todo o território nacional.

Segundo Santos e Pires (2010), a diversidade existente nas diferentes regiões e as peculiaridades de cada estado, no que concerne à organização territorial e institucional, acabam condicionando as ações governamentais e as articulações e parcerias com a sociedade, fazendo com que o turismo não se desenvolva de forma homogênea de norte a sul do país. Por isso, impõe-se que as políticas nacionais em torno do turismo rural sejam *a priori* incorporadas a políticas regionais e estaduais, para que tais divergências sejam superadas no processo de desenvolvimento da atividade.

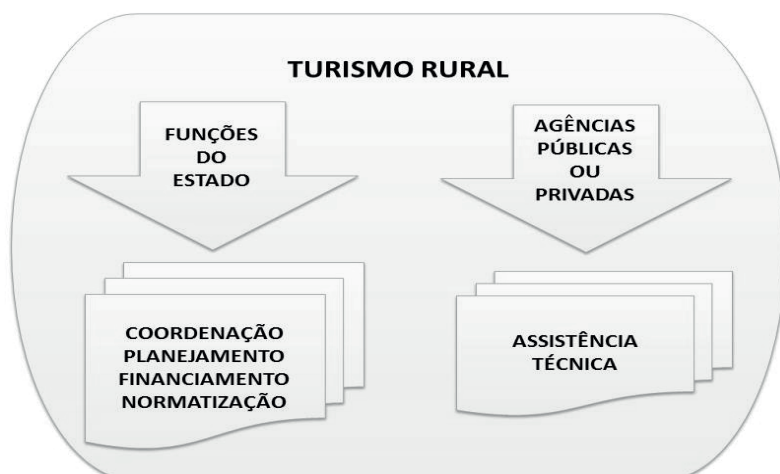
Nesse contexto, Henz (2009) considera que a política pública é a melhor alternativa para se planejar a atividade turística de forma coerente e respeitando o desenvolvimento das comunidades locais e o crescimento econômico dos agentes envolvidos no processo, desde que estes estejam coordenados com as demais políticas setoriais. De acordo com esse autor, o Estado deve desempenhar quatro funções no contexto das políticas públicas do turismo, a saber:

- ▶ coordenar, através da elaboração e implementação de uma política para o turismo;
- ▶ planejar, mediante a integração dos planos de turismo no planejamento global da atividade;
- ▶ financiar (subsidiar), oferecendo infraestrutura e apoio à iniciativa privada; e
- ▶ normatizar, através da formulação de leis e regulamentos específicos.

Corroboram essa ideia Long e Nuckolls (1994, p. 29), ao apontarem como fator “necessário para organizar efetivamente o desenvolvimento do turismo a assistência técnica”, sendo esta entendida como o fornecimento de recursos, especialistas e/ou informações por entidades públicas ou privadas, com o fim de amparar as comunidades em seu desenvolvimento. Em muitos casos, os grupos de turismo não são suficientemente conscientes do tipo e da qualidade da assistência a ser prestada, e faz-se mister um esforço conjunto por parte dos responsáveis pela assistência técnica, para definir e promover os serviços e o suporte adequados às comunidades.

Do mesmo modo, em determinadas situações, as agências públicas e privadas deixam de realizar o que realmente podem enquanto fornecedores de assistência técnica direta ou indireta, e grupos de desenvolvimento do turismo veem-se na contingência de assumir a responsabilidade por decidir da aplicabilidade e utilidade de vários tipos de recursos e especialistas para a situação. Nenhum tipo de agência de assistência técnica, quer pública, quer privada, pode satisfazer às necessidades de todos os grupos de interesse no turismo rural; entretanto, a combinação dos recursos de diversos fornecedores de assistência técnica e o desenvolvimento de parcerias e relações a longo prazo permitem que seja feito um progresso substancial para responder às necessidades locais.

A figura abaixo sintetiza as funções do Estado e das agências públicas e privadas no contexto do desenvolvimento do turismo rural.



Funções das instituições no desenvolvimento do turismo rural
Elaborado pelos autores.

Embora muitos governos estatais forneçam recursos substanciais para a promoção do turismo com abrangência em todo território do país, o suporte para o desenvolvimento regional e local do turismo na comunidade é, em sua maior parte, fragmentado ou inexistente. Com o Estado abdicando seu papel no desenvolvimento do produto turístico na comunidade, esse papel está sendo assumido mais e mais pelas agências federais, pelas universidades e, em alguns casos, por empresas de consultoria privadas.

O PROCESSO TURÍSTICO NO ESPAÇO RURAL: PLANEJAMENTO, IMPACTOS E INFLUÊNCIAS

A atividade turística compreende um processo tecido de etapas, elementos e parâmetros que orientam seu desenvolvimento. Um componente fundamental para a constituição desse processo é o planejamento, pois este baliza as ações que conduzem à efetivação da atividade turística, além de encaminhar os resultados gerados pela atividade, de acordo com a concepção que o norteia.

No contexto do turismo rural, o planejamento reveste-se de significativa relevância para as comunidades rurais, uma vez que os recursos físicos, humanos e financeiros são, na maioria das vezes, escassos e as comunidades necessitam estabelecer estratégias de planejamento adequadas à situação local e que favoreçam não só a maximização das influências positivas sobre a sociedade e a cultura, como também os impactos positivos sobre a economia e o ambiente locais.

Com o objetivo de elucidar essas questões, serão apresentadas, na sequência, dez etapas que devem compor o planejamento da atividade, dando-se ênfase especial à participação ativa da comunidade rural durante todas as suas etapas e a seu caráter sistêmico. Posteriormente, serão abordadas influências e impactos que podem ser ocasionados pela efetivação da atividade.

PLANEJAMENTO DO TURISMO RURAL

O planejamento é uma ferramenta que possibilita preestabelecer a condução de determinado fenômeno de forma organizada, facultando, assim, determinar os objetivos que se almejam atingir com relação a esse fenômeno. Molina e Rodríguez (2001, p. 81) assim definem o planejamento: “É um processo sistemático e flexível, cujo único fim consiste em garantir a consecução dos objetivos que, sem este processo, dificilmente poderiam ser alcançados”.

Sendo o turismo uma atividade que consome o espaço e seus recursos, bem como os recursos humanos de um dado local, a inserção dessa atividade socioeconômica gera, conseqüentemente, transformações nas comunidades receptoras. Nesse sentido, Ruschmann (1999) enfatiza que o processo de planejamento turístico constitui um instrumento que possibilita sistematizar a ação humana sobre o espaço turístico, de forma que esse processo colabore para alcançar objetivos e evitar os

efeitos negativos da atividade sobre o espaço e os atrativos do turismo, conduzindo de maneira harmoniosa a evolução da atividade.

Long e Nuckolls (1994) destacam que o processo de planejamento turístico em nível local deve, primeiramente, preocupar-se em estabelecer estratégias voltadas para a realidade das comunidades, privilegiando a interação entre planejadores e líderes locais com o intuito de organizar o turismo em torno de um plano de ação realista, ou seja, que leve em consideração as necessidades da comunidade local. Molina e Rodríguez (2001, p. 14), por sua vez, observam que o planejamento turístico vem passando por transformações, pois “o planejamento centralizado está cedendo lugar a um outro mais participativo, que reconhece as capacidades e interesses locais e regionais e as realidades dos grupos humanos e econômicos que atuam em suas respectivas áreas”.

O planejamento estratégico, enquanto forma de planejamento balizado por missões e caminhos que conduzem à implementação de planos táticos, é considerado por Long e Nuckolls (1994) o modelo que mais se aproxima das necessidades do turismo, devendo, no contexto específico do turismo rural, contemplar dez atividades: (1) reunir informação; (2) identificar valores da comunidade; (3) criar uma visão; (4) identificar preocupações e oportunidades críticas; (5) desenvolver uma missão; (6) desenvolver metas; (7) desenvolver objetivos; (8) desenvolver ações e estratégias; (9) avaliar o progresso; e (10) atualizar e modificar o plano. No quadro que segue, são explanadas as dez atividades do planejamento.

Planejamento do turismo em áreas rurais: uma abordagem integrada

PLANEJAMENTO DA ATIVIDADE	DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE	DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO TURÍSTICO	MARKETING DO PRODUTO TURÍSTICO
<i>Onde estamos hoje?</i>				
1. Reunir informação	Avaliar a composição do grupo existente. Identificar representantes potenciais que possam ou poderiam ser envolvidos.	Identificar tanto os interesses turísticos quanto os não-turísticos que podem ser afetados pela proposta de desenvolvimento do turismo. Determinar temas ou preocupações-chave dos vários intervenientes.	Conduzir um inventário e uma avaliação dos recursos da área do turismo, serviços e infraestrutura. Estimar níveis existentes de uso e projetar capacidade.	Traçar um perfil dos mercados existentes em termos de origem geográfica, demográfica, ciclo de vida das famílias, padrões de gastos, necessidades e interesses.
<i>Aonde queremos ir?</i>				
2. Identificar valores da comunidade	Membros da organização de turismo expressam valores da comunidade por responderem a questões relacionadas à qualidade de vida agora e no futuro.	Representantes da comunidade expressam seus valores ao responderem a questões relacionadas a qualidade de vida agora e no futuro.	Valores expressos pela organização de turismo e por representantes da comunidade começam a constituir a base sobre a qual serão alicercados o desenvolvimento futuro do turismo e decisões de alocação de recursos.	Valores expressos pela organização de turismo e por representantes da comunidade começam a constituir a base sobre a qual serão alicercados decisões futuras de <i>marketing</i> de turismo.
3. Criar uma visão	Membros da organização de turismo criam uma imagem de como a comunidade deveria olhar, sentir e ser, hoje e no futuro.	Representantes da comunidade criam uma imagem de como a comunidade deveria olhar, sentir e ser, hoje e no futuro.	A "história" descreve o desenvolvimento futuro e a qualidade de vida na comunidade e, além disso, reforça a fundação e guia o desenvolvimento do turismo e decisões de alocação de recursos.	A "história" descreve o desenvolvimento futuro e a qualidade de vida na comunidade e, além disso, reforça a fundação e guia decisões de <i>marketing</i> do turismo.
4. Identificar preocupações e oportunidades críticas	Listar, através de um <i>brainstorming</i> , as preocupações e as oportunidades que os membros das organizações de turismo podem estar enfrentando. Ideias similares são combinadas e resumidas para refletir (1) aquelas relacionadas ao turismo e (2) aquelas com as quais a organização de turismo deveria lidar.	Listar, através de um <i>brainstorming</i> , as preocupações e as oportunidades que os representantes das comunidades podem estar enfrentando. Ideias similares são combinadas e resumidas para refletir (1) aquelas relacionadas ao turismo e (2) aquelas que podem ser encaminhadas pela organização do turismo ou através das iniciativas de turismo.	As maiores preocupações e oportunidades fornecerão a direção para o desenvolvimento de iniciativas de turismo. Ideias expressas deveriam ser revistas, e quanto mais concretos possível deveriam ser os planos para desenvolver ou realçar atrações turísticas, serviços e infraestrutura que estejam sendo considerados.	As preocupações e oportunidades maiores fornecerão a direção para o desenvolvimento de iniciativas de turismo. Ideias expressas deveriam ser revistas, e quanto mais concretos possível deveriam ser os planos para o <i>marketing</i> de recursos e de serviços turísticos que estão sendo considerados.
5. Desenvolver uma missão	Membros da organização de turismo articulam seu propósito de existir e determinam a quem estão servindo. Isso é importante para reconhecer não somente o visitante, mas também as necessidades da comunidade durante essa atividade.	A missão da organização de turismo serve como veículo para informar a comunidade sobre os propósitos da existência do grupo.	A missão, além dos valores, da visão, das preocupações e das oportunidades, ajuda a guiar o esforço de desenvolvimento do turismo.	A missão, além dos valores, da visão, das preocupações e das oportunidades; ajuda a guiar o esforço de <i>marketing</i> .

continua...



...continuação

Aonde queremos ir?			
6. Desenvolver metas	Com base nos valores, na visão, nas preocupações, nas oportunidades e na missão da organização de turismo, são desenvolvidas metas relativas à estrutura e à administração da organização.	Metas relacionadas à educação e ao envolvimento da comunidade nos esforços de desenvolvimento do turismo são desenvolvidas. Muito provavelmente, metas encontrarão caminho para envolver o público no processo de planejamento.	Com base nos valores, na visão, nas preocupações, nas oportunidades e na missão da organização, são desenvolvidas metas para o desenvolvimento físico e/ou a melhoria dos recursos do turismo, dos serviços de viagem e da infraestrutura.
De que maneira teremos êxito?			
7. Desenvolver objetivos	Membros da organização de turismo desenvolvem ação orientada, declarando o que propõem para realizar cada meta organizacional. O número de objetivos para cada meta variará dependendo do estágio de desenvolvimento do grupo e da disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros.	Membros da organização de turismo desenvolvem ação orientada, declarando o que propõem para realizar cada meta de envolvimento e de educação da comunidade. O número de objetivos para cada meta variará dependendo do nível de interesse e envolvimento da comunidade nas iniciativas de turismo e da disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros.	Membros da organização de turismo desenvolvem ação orientada, declarando o que propõem para realizar cada meta de <i>marketing</i> do produto turístico. O número de objetivos para cada meta variará dependendo da quantidade e qualidade de atividades de <i>marketing</i> turístico existentes e da disponibilidade de recursos humanos, físicos e financeiros.
8. Desenvolver ações e estratégias	Membros da organização de turismo definem estratégias e táticas que delineiam especificamente como cada objetivo organizacional será atingido. Isso inclui explorar alternativas de financiamento e assistência técnica, identificando oportunidades e atribuindo tarefas.	Membros da organização de turismo definem estratégias e táticas que delineiam especificamente como cada objetivo de <i>envolvimento e educação da comunidade</i> será atingido. Isso inclui explorar alternativas de financiamento e assistência técnica identificando oportunidades e atribuindo tarefas.	Membros da organização de turismo definem estratégias e táticas que delineiam especificamente como cada objetivo de <i>marketing turístico</i> será atingido. Isso inclui explorar alternativas de financiamento e assistência técnica, identificando oportunidades e atribuindo tarefas.
Como fizemos?			
9. Avaliar o progresso	Membros da organização fazem uma revisão periódica das atividades e do progresso da organização. Um relatório é redigido e cópias são submetidas a competentes grupos governantes, a agências de financiamento e ao público em geral.	Membros da organização fazem uma revisão periódica do envolvimento público-chave nas atividades. Um relatório é redigido e cópias são submetidas a competentes grupos governantes, a agências de financiamento e ao público em geral.	Membros da organização fazem uma revisão periódica das atividades e dos progressos do <i>marketing</i> do produto turístico. Um relatório é redigido e cópias são submetidas a competentes grupos governantes, a agências de financiamento e ao público em geral.
10. Atualizar e modificar o plano	Com base nas novas informações ou nas mudanças das circunstâncias, são feitas revisões no desenvolvimento organizacional.	Com base nas novas informações ou nas mudanças das circunstâncias, são feitas revisões no plano para o envolvimento da comunidade.	Com base nas novas informações ou nas mudanças das circunstâncias, são feitas revisões no plano para o <i>marketing</i> turístico.

Adaptado de: NUCKOLLS; LONG, 2009.

Essas dez atividades do planejamento estão inseridas em três fases diferentes, conforme apresentado no quadro abaixo.

Fases do planejamento	Avaliação da capacidade da comunidade	Estratégia e execução	Formalização e controle da atividade
Atividades do planejamento	1. Reunir informação 2. Identificar valores 3. Desenvolver visão 4. Identificar preocupações 5. Formular missão	6. Desenvolver metas 7. Desenvolver objetivos 8. Delinear ações e estratégias	9. Avaliar o progresso 10. Atualizar o plano

Fases do planejamento e suas respectivas atividades
 Elaborado pelos autores a partir de: LONG; NUCKOLLS, 1994.

A primeira fase visa a avaliar a capacidade da comunidade em receber turismo e inclui as cinco primeiras atividades de planejamento, as quais desvelam o lugar e seus residentes, proporcionando a percepção dos impactos que o turismo pode ocasionar na comunidade. A segunda fase, relativa à formulação de estratégias e à execução da atividade turística, contempla três das atividades de planejamento, apresenta os valores que conduzirão à ação e a própria ação. Por fim, a terceira etapa do planejamento contempla a formalização e o controle da atividade e é composta por duas últimas atividades, que consistem em avaliar os progressos e a necessidade de atualização do plano organizacional da atividade, a fim de permitir que os valores, a missão e a visão não se percam na condução do turismo.

Long e Nuckolls (1994) destacam algumas questões que merecem ser consideradas no âmbito do planejamento turístico. Em primeiro lugar, é importante que os líderes comunitários reconheçam o papel do planejamento e que o grupo trabalhe para a efetivação do plano estratégico organizacional, pois só assim serão alcançadas as metas básicas desse processo. Embora o planejamento seja um processo flexível quanto ao estabelecimento dos diferentes passos, deve haver um compromisso por parte do grupo de desenvolvimento do turismo no sentido de incluir eventualmente todos os passos do planejamento dentro de uma estrutura de tempo razoável. Por outro lado, cumpre evitar que o processo de planejamento seja conduzido apenas com base no orçamento disponível; faz-se necessário usar de criatividade para incluir estratégias de fundos “criativos”.

Feita a caracterização do planejamento enquanto instrumento capaz de conduzir de forma ordenada e harmoniosa a atividade turística, será abordado o tema das influências e impactos que podem ser ocasionados pelo turismo, os quais terão caráter positivo ou negativo, segundo o tipo de planejamento da atividade, ou até mesmo devido à falta dele, no processo turístico.

INFLUÊNCIAS E IMPACTOS DO TURISMO RURAL

Com relação aos efeitos causados pela inserção da atividade turística em uma dada localidade, cabe lembrar que eles atingem as diversas esferas do desenvolvimento. Existem, porém, evidências de que os impactos econômicos precisam ser entendidos no contexto dos fenômenos ambientais e sociais e de que os impactos e influências do turismo devem ser enfocados dentro de uma estrutura holística. De todos os setores, o turismo é de longe o mais “íntimo”: nenhum outro setor necessita de residentes a desempenhar o papel de “anfitriões” para a visita de “hóspedes” (consumidores do turismo).

Os impactos e as influências provocados pelo turismo rural podem abarcar os seguintes aspectos, conforme ressalta Favero (2010):

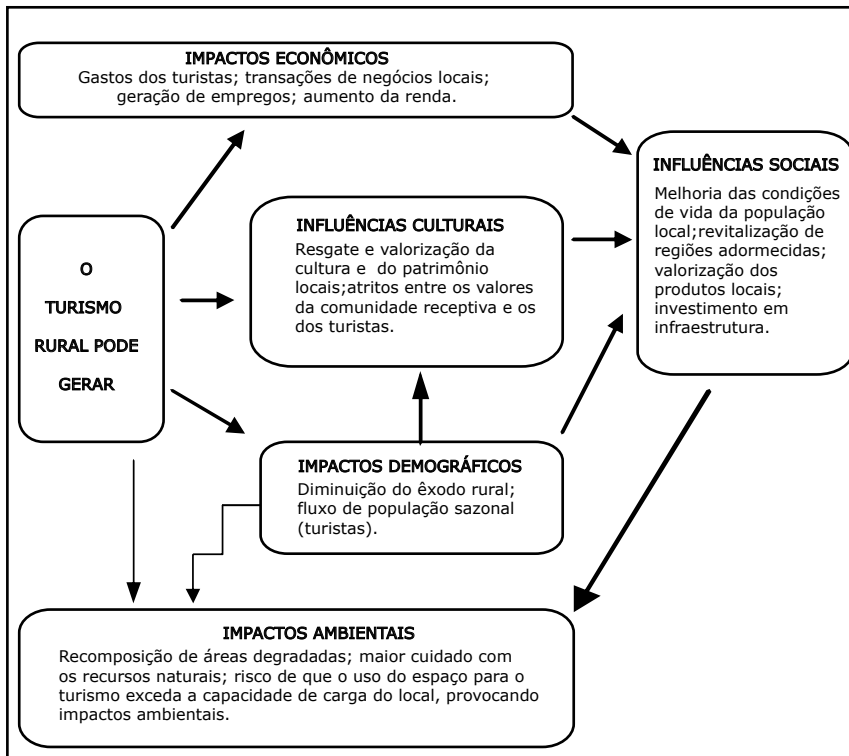
- ▶ **revitalização de regiões “adormecidas”**, a partir do desenvolvimento de uma nova atividade econômica;
- ▶ **fixação do homem no campo**, contribuindo, assim, para a diminuição do êxodo rural;
- ▶ **valorização e resgate da cultura local**, que representa os principais atrativos turísticos de cada região;
- ▶ **preservação do patrimônio arquitetônico e do meio ambiente**, aspectos de suma importância e que expressam as peculiaridades dos espaços rurais;
- ▶ **recomposição das áreas degradadas**, a partir de um cuidado maior com o meio ambiente e com a prática de atividades que possam causar danos aos recursos naturais;
- ▶ **melhoria nas condições de vida da população local**, em decorrência do aumento da renda e de investimentos em infraestrutura (saneamento básico, redes elétrica e telefônica, serviços públicos e do comércio, etc.);
- ▶ **melhoria da formação educacional do homem do campo**, componente de suma importância para um desenvolvimento bem-sucedido do turismo rural;
- ▶ **geração de empregos**, graças ao surgimento de novas oportunidades, envolvendo as mais diversas áreas;

- ▶ **melhoria da situação da mulher**, que passa a sentir-se mais valorizada em sua nova atividade;
- ▶ **valorização dos produtos locais**, que passam a ter mais qualidade, para poderem ser ofertados aos turistas e à comunidade;
- ▶ **estreitamento das relações estabelecidas entre o campo e a cidade**, a partir da troca de informações e experiências entre ambos; e
- ▶ **aumento das receitas nos municípios**, em virtude, principalmente, da circulação de recursos deixados pelos turistas.

A análise desse conjunto de benefícios deixa perceber, segundo Guerreiro (citado por ELESBÃO, 2007, p. 105), que a atividade do turismo rural contribui para o desenvolvimento rural em três níveis: (i) **demográfico**, através da fixação da população, sobretudo a mais jovem; (ii) **socioeconômico**, pela criação de empregos, melhoria dos rendimentos e diversificação das atividades econômicas; e (iii) **cultural**, por meio da promoção e recuperação do patrimônio arquitetônico, de hábitos, usos e costumes, e da dinamização dos diversos produtos regionais.

Além desses três níveis, também o nível ambiental pode ser contemplado, mediante o desenvolvimento de programas de conservação de áreas naturais, investimentos em medidas preservacionistas, realizadas pelos próprios empreendedores, e a valorização do convívio com a natureza, incorporada a uma utilização mais benéfica dos espaços naturais, entre outras ações (RUSCHMANN, 1999).

O quadro abaixo mostra que esses impactos e influências gerados pelo turismo rural nas comunidades que o incorporam como atividade socioeconômica, quer sejam de ordem positiva, quer de ordem negativa, são interligados entre si, mas incidirão sobre cada lugar de forma diferenciada, pois estão intimamente vinculados ao planejamento e às prioridades locais.



Influências e impactos gerados pelo turismo rural
 Elaborado pelos autores.

Atualmente, planejadores e pesquisadores do turismo estão reconhecendo, cada vez mais, que o desenvolvimento do turismo rural deve contribuir para a manutenção da cultura e da natureza locais, bem como colaborar para o bem-estar social e econômico das comunidades receptoras. Atingir essa meta requer um minucioso levantamento do potencial social, ambiental e dos impactos econômicos do desenvolvimento do turismo e uma exata compreensão de como esses impactos se inter-relacionam para contribuir para o sucesso ou o insucesso do empreendimento.

A INFLUÊNCIA SOCIAL E O IMPACTO ECONÔMICO DO TURISMO RURAL

As principais preocupações da pesquisa econômica rural quanto ao papel do turismo no desenvolvimento estão relacionadas aos seguintes aspectos: o vazamento de renda; multiplicadores; questões de trabalho (trabalho local *versus* trabalho importado e baixa remuneração); o número reduzido de empreendedores nas áreas rurais; e a proposição de que o turismo deveria ser antes um complemento do que o estio das economias rurais.

Segundo Slee, Farr e Snowdon (1997), para se obter uma estimativa dos benefícios econômicos que advêm do turismo a determinadas áreas, é necessário analisar

o nível de gasto dos visitantes e os impactos desses gastos na economia anfitriã. Os impactos devidos aos visitantes são de tríplice ordem:

- ▶ **impacto direto:** o impacto de gastos de turistas nas rendas e nos empregos em negócios onde os turistas gastam dinheiro;
- ▶ **impacto indireto:** o impacto provocado por sucessivas rodadas de transações de negócios locais que resultam dos gastos dos turistas; e
- ▶ **impacto induzido:** o impacto nas rendas e nos empregos causado pelo gasto de renda obtida como resultado do gasto dos turistas.

Segundo Krannich e Petrzela (2004), enquanto algumas áreas podem ser capazes de capitalizar o turismo rural com o objetivo de desenvolver uma economia local mais diversificada, outros lugares passam a ser demasiado dependentes desse tipo de turismo e podem tornar-se vulneráveis à eventual retração da atividade. Além disso, as oportunidades de emprego associadas ao crescimento do turismo tendem a localizar-se no setor de serviços, com baixos salários, frequentemente em tempo parcial, com falta de oportunidades para ascender e aporte de poucos benefícios. Embora tais empregos representem importantes opções de ocupação para alguns residentes, podem não gerar renda suficiente para sustentar devidamente a família. Por outro lado, também esses tipos de ocupação são altamente voláteis devido à sazonalidade inerente à atividade.

De fato, a magnitude das flutuações sazonais do turismo rural pode competir com a das indústrias extrativas tradicionais, porém com maior frequência de aumento e de queda. Ademais, ocorre seguidamente um vazamento substancial de renda fora da área local, particularmente quando a renda e os lucros são retirados pelas corporações estrangeiras, que muitas vezes controlam grande parte do desenvolvimento em tais cenários.

Estudos das percepções dos residentes sobre a atividade econômica baseada no turismo parecem confirmar a ideia de que os efeitos são mistos; grande parte desses estudos assinalam a tendência dos residentes a expressarem ceticismo, senão completa insatisfação, em relação às consequências do turismo em suas comunidades. Mesmo em localidades onde outras oportunidades de emprego têm sido reduzidas, muitos indivíduos estão dispostos a rejeitar perspectivas de trabalho no setor turístico, devido aos baixos salários e ao caráter sazonal da ocupação. Além disso, alguns residentes rurais relutam em trabalhar em ocupações relacionadas ao turismo, porque as consideram incongruentes com as tradições culturais e com os estilos de vida associados a trabalhos rurais mais tradicionais, tais como a derrubada, o corte e o transporte de madeira, a mineração e a agricultura.

OS IMPACTOS AMBIENTAIS DO TURISMO RURAL

Diversos autores apontam a necessidade de se conceberem formas de turismo rural responsáveis, que minimizem os impactos sobre o ambiente natural. Essa ne-

cessidade emana da relação que o turismo rural mantém com o meio ambiente, onde a natureza entra como componente-chave da atividade.

Segundo Krannich e Petrzelka (2004), é importante enfocar algumas das implicações do desenvolvimento baseado no turismo para o ambiente natural. Enquanto qualidades ambientais são ímãs que muitas vezes atraem o desenvolvimento, paradoxalmente, as crescentes pressões e mudanças que ocorrem em consequência do uso da terra podem resultar em prejuízos ambientais de monta.

Em algumas localidades, o número cada vez maior de pessoas que circulam cria volumes de tráfego que excedem a capacidade das ruas de pequenas cidades e estradas rurais, ocasionando tanto problemas de congestionamento quanto de segurança. O desenvolvimento residencial esparramado pode contribuir para a alteração do uso das terras agrícolas, a perda de espaço aberto e o agravamento da situação da segurança pública quando esse desenvolvimento se estender para paisagens de florestas e exacerbar os riscos associados a incêndios. As emissões de gases dos veículos e de fogões à lenha podem contribuir para deteriorar a qualidade do ar. Os volumes crescentes de desperdício de água e a deterioração da cobertura vegetal podem afetar a qualidade da água mesmo em localidades aparentemente intocadas.

Finalmente, entre as mais danosas consequências ambientais associadas ao desenvolvimento do turismo rural, contam-se seus efeitos sobre a vida selvagem. Efetivamente, a fragmentação da terra resultante da expansão residencial perturba o hábitat natural e pode levar ao declínio do número e da diversidade de espécies de vida selvagem.

EFEITOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO SOCIAL, A CULTURA E A CAPACIDADE DA COMUNIDADE RURAL

De acordo com Krannich e Petrzelka (2004), o crescimento da população que geralmente ocorre em áreas rurais em decorrência da atividade turística tem consequências múltiplas para o contexto social das comunidades afetadas. A chegada de novos residentes pode melhorar substancialmente o capital humano de inúmeras áreas rurais, pois eles trazem experiências ocupacionais, especializações, talentos e lideranças às suas novas comunidades. O crescimento populacional também tem potencial para gerar massa crítica de residentes, necessária para revigorar ou mesmo fundar organizações cívicas, igrejas e grupos de interesses, que, na maioria das vezes, estão exangues, senão inteiramente ausentes em muitas áreas rurais.

Assim sendo, o crescimento da população proporcionado pelo turismo tem potencial para acurar a capacidade da comunidade de responder a mudanças e de identificar as necessidades dos residentes locais. Esse potencial para aprimorar a capacidade da comunidade pode ser comprometido se o crescimento ocorrer em níveis que excedam tanto a preferência local quanto o poder de resposta das estruturas sociais e das instituições estabelecidas. Quando as taxas de crescimento são excessivas, as estruturas sociais informais, bem como as instituições públicas e as organizações formais, podem ficar tensionadas.

O aumento da população, somado à presença de um maior número de residentes recém-vindos como visitantes sazonais, corre o risco de reduzir “a densidade de convivência”, que tende a ser alta em localidades rurais mais estáveis e que contribui significativamente para a solidariedade social e para processos de apoio social informal. O crescimento da população também tem sido associado à chamada *cultura de confronto*, quando os valores tradicionais e os dos recém-chegados colidem.

REFERÊNCIAS

BOVO, Carlos Eduardo Oliveira. *Turismo rural no estado de São Paulo: uma semente que floresce*. Santa Maria: FACOS, UFSM, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Segmentação do Turismo: marcos conceituais*. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes-/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 1 set. 2010.

BRICALLI, Luiz Carlos Leonardi. *Estudo das tipologias do turismo rural: Alfredo Chaves (ES)*. Santa Maria: FACOS, UFSM, 2005.

BRUN, André. La famille comme unité d’analyse du secteur agricole. *Économie Rurale*, n. 198, p. 3-8, 1989. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecoru_0013-0559_1989_num_194_1_4016>. Acesso em: 10 nov. 2011.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (Org.). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 145-179.

ELESBÃO, Ivo. *Transformações no espaço rural a partir do turismo: um olhar sobre São Martinho (SC)*. Rio Claro, SP: [s. n.], 2007.

FÁVERO, Ivane Maria Remus. *Diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo rural*. 2000. Trabalho de Conclusão (Especialização em Gerenciamento do Desenvolvimento Turístico) – Universidade de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, 2000. Disponível em: <http://www.caminhospedra.org.br/pdf/Ivane_Remus_Favero-2000.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2010.

GARCÍA HENCHE, Blanca. *Marketing del turismo rural*. Madrid: Pirámide, 2006.

GEORGE, E. Wanda; MAIR, Heater; REID, Donald. *Rural tourism development: localism and cultural change*. Bristol, UK: Channel View Publications, 2009.

GRAZIANO DA SILVA, José. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DE DESENVOLVIMENTO. *José*

Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001. p. 5-52. (Textos para Discussão, 2).

_____. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. rev. Campinas: Instituto de Economia, Ed. da UNICAMP, 2002. (Pesquisas, 1).

HAAL, Colin Michael; PAGE, Stephen. Rural recreation and tourism. In: _____; _____. *The geography of tourism and recreation: environment, place and space*. London: Routledge, 1999. p. 223-252.

HENZ, Aline Patrícia. *Políticas públicas de turismo no Brasil: a interferência da política nacional de turismo entre 2003 e 2007 no direcionamento das políticas estaduais*. 2009. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, SC, 2009.

KAGEYAMA, Angela A. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. (Estudos Rurais).

KRANNICH, Richard S.; PETRZELKA, Peggy. Tourism and natural amenity development: real opportunities? In: BROWN, David Louis; SWANSON, Louis E. *Challenges for rural America in the twenty-first century*. Pennsylvania, USA: The Pennsylvania State University Press. 2004. p. 190-202.

LONG, Patrick; NUCKOLLS, Jonelle. Organizing resources for rural tourism development: the importance of leadership, planning and technical assistance. *Tourism Recreation Research*, v. 19, n. 2, p. 19-34, 1994.

MOLINA, Sergio; RODRÍGUEZ, Sergio A. *Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

NUCKOLLS, Jonelle; LONG, Patrick. Organizing resources for tourism development in rural areas. Trabalho apresentado no Center for Sustainable Tourism East Carolina University, 2009. Não publicado. Disponível em: <<http://www.ecu.edu/cs-acad/sustainabletourism/upload/RuralTourismBookletMaster-2.doc>>. Acesso em: 1 set. 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Nacional: 1979. p. 161-176.

RODRIGUES, Ayr Aparecida Balastrieri. Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (Org.). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru, SP: EDUSC, 2000. p. 51-68.

RUSCHMANN, Doris Van Meene. *Turismo e desenvolvimento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1999.

SANTOS, Alessandra Santos dos; PIRES, Paulo dos Santos. Políticas públicas de turismo rural: uma alternativa necessária. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de (Org.). *Teoria e prática do turismo no espaço rural*. Barueri, SP: Manole, 2010. p. 60-79.

SLEE, Bill; FARR, Helen; SNOWDON, Patrick. The economic impact of alternative types of rural tourism. *Journal of Agricultural Economics*, v. 48, n. 1/3, p. 179-192, Jan. 1997.

SZNAJDER, Michal; PRZEZBÓRSKA, Lucyna; SCRIMGEOUR, Frank. *Agritourism*. Wallingford, UK; Cambridge, MA, USA: CAB International, 2009.

TULIK, Olga. *Turismo rural*. São Paulo: Aleph, 2003.

VEIGA, José Eli da et al. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 15, p. 87-145, out. 2000.

ZIMMERMANN, Adonis. *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Florianópolis: Ed. do Autor, 1996.



- 10. ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS**
Leonardo Xavier da Silva (Org.)
- 11. QUESTÃO AGRÁRIA E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL**
Luiz Fernando Mazzini Fontoura
Roberto Verdum (Org.)
- 12. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL**
Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto
Lenivaldo Manoel de Melo
Cláudio Machado Maia
- 13. PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**
Alberto Bracagiali Neto
Ivaldo Gehlen
Valter Lúcio de Oliveira
- 14. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA**
Jalcione Almeida (Org.)
- 15. GESTÃO E PLANEJAMENTO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA**
Elvio Giasson
João Armando Dessimon Machado
Lovois de Andrade Miguel
Saionara Araújo Wagner (Org.)
- 16. MERCADOS E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS**
Paulo Dabdab Waquil
Marcelo Miele
Glauco Schultz
- 17. ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS PARA A AGRICULTURA**
Valter Lúcio de Oliveira (Org.)
- 18. ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM UNIDADES DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA**
Susana Cardoso
Fábio de Lima Beck
Fernanda Bastos de Mello
Fábio Kessler Dal Soglio (Org.)
- 19. GESTÃO E PLANEJAMENTO DE ORGANIZAÇÕES AGROINDUSTRIAS**
Jean Philippe Palma Révillion
Marcelo Silveira Badejo
- 20. MERCADOS E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROINDUSTRIAS**
Marcelo Miele
Paulo Dabdab Waquil
Glauco Schultz
- 21. ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS PARA AGROINDÚSTRIAS**
Susana Cardoso
Jane Maria Rübensam
- 22. ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM UNIDADES AGROINDUSTRIAS**
Fábio de Lima Beck
Fábio Kessler Dal Soglio
Fernanda Bastos de Mello
Jalcione Almeida
- 23. ELABORAÇÃO DE MONOGRAFIA NA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO RURAL**
Egon Raque Fröhlich
Simone Bachi Dorneles (Org.)
- 24. COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÃO**
Saionara Wagner
Cesar Avancini (Org.)
- 25. TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL**
Gabriela Coelho-de-Souza (Org.)

Tipologia do texto:
Lapidary333 BT, 12/14,4
Impresso em papel: Offset 75g
Impressão: Gráfica da UFRGS – www.grafica.ufrgs.br

Editora da UFRGS • Ramiro Barcelos, 2500 – Porto Alegre, RS – 90035-003 – Fone/fax (51) 3308-5645 – admeditora@ufrgs.br – www.editora.ufrgs.br • *Direção*: Sara Viola Rodrigues • *Editoração*: Luciane Delani (coordenadora), Carla M. Luzzatto, Fernanda Kautzmann, Michele Bandeira e Rosângela de Mello; *suporte editorial*: Alexandre Giaparelli Colombo, Débora Lima da Silva, Jaqueline Moura e Jeferson Mello Rocha (bolsistas) • *Administração*: Najára Machado (coordenadora), Aline Vasconcellos da Silveira, Jaqueline Trombin, Laerte Balbinot Dias, Maria da Glória Almeida dos Santos e Valéria Gomes da Silva; *suporte administrativo*: Getulio Ferreira de Almeida e Janer Bittencourt.



Este livro apresenta, de forma acessível, os temas abordados na disciplina Tópicos Especiais (DERAD 25), oferecida no Curso de Graduação Tecnológica Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER) da UFRGS, na modalidade a distância. Dividida em quatro partes, esta obra apresenta as bases do conhecimento sobre impacto ambiental, etnoecologia, educação do campo, segurança alimentar e nutricional e turismo rural, bem como as ferramentas aplicáveis à gestão do espaço rural. Busca-se, assim, contribuir para as transformações que conduzam à diversificação das atividades, à valorização dos saberes e práticas locais e ao fortalecimento dos agricultores familiares e das populações tradicionais, ações essas que fortalecem a multiculturalidade brasileira.